



Escritos Essenciais para Tempos
de Guerra:

INTERNACIONALISMO, MARXISMO, ANARQUISMO E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL



**Grito do
POVO**

Uma Editora de Luta!

- KROPOTKIN - MALATESTA - KAUTSKY - LENIN -
TROTSKY - PANNEKOEK - GOLDMAN - BERKMAN -

Coletânea de textos

**ESCRITOS ESSENCIAIS PARA TEMPOS DE
GUERRA: INTERNACIONALISMO, MARXISMO,
ANARQUISMO E A PRIMEIRA GUERRA
MUNDIAL**

Tradução

Editora Grito do Povo

Revisão

Editora Grito do Povo

Grito do Povo

2022

Creative Commons 4.0  BY-SA

Organização, tradução, adaptação e revisão:

Editora Grito do Povo

Projeto gráfico, capa e diagramação:

Editora Grito do Povo

Impressão e acabamento:

Editora Grito do Povo

1ª Edição, maio de 2022.



Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons BY-SA atribuição 4.0

SUMÁRIO

NOTA EDITORIAL	7
A SEGUNDA INTERNACIONAL: A SOCIALDEMOCRACIA FRENTE A GUERRA (2013) – Jazmín Jimenez	9
O POLÊMICO MANIFESTO DOS DEZESSEIS ANARQUISTAS (1916) – Autor desconhecido	16
UMA CARTA A STEFFEN (1914) – Piotr Kropotkin	25
OS ANARQUISTAS ESQUECERAM SEUS PRINCÍPIOS (1914) – Errico Malatesta	34
PREPARAÇÃO PARA A PAZ (1914) – Karl Kautsky	40
SOBRE O ORGULHO DOS GRANDES RUSSOS (1914) – Vladimir Lenin	44
O IMPERIALISMO DA CLASSE TRABALHADORA (1914) – Leon Trótski	50
NOVAS TÁTICAS CONTRA AS BASES PRÓ-GUERRA DA NOVA INTERNACIONAL (1915) – Anton Pannekoek	55
O PROLETARIADO REVOLUCIONÁRIO E O DIREITO DAS NAÇÕES À AUTODETERMINAÇÃO (1915) – Vladimir Lenin	70
A INTERNACIONAL ANARQUISTA - MANIFESTO ANTI- GUERRA (1915)	79
MANIFESTO DOS DEZESSEIS (1916) – Piotr - Kropotkin e Jean Grave	84
ANARQUISTAS DE GOVERNO (1916) – Errico Malatesta	89
MANIFESTO DA LIGA DA CONSCRIÇÃO (1917) – Emma Goldman e Alexandre Berkman	93
OS PRINCÍPIOS DO SOCIALISMO E A GUERRA (1915) – Vladimir Lenin	97
A RECONSTITUIÇÃO DA INTERNACIONAL (1915) – Vladimir Lenin	119

O PROGRAMA MILITAR DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA (1916) – Vladimir Lenin	129
A GUERRA E O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL – Nikolai Bukharin	143
O INTERNACIONALISMO DEVE SER PRIORIDADE PARA A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA (2022) – J. Nascimento.....	161

NOTA EDITORIAL

Salve Camaradas!

Esperamos que este livro venha encontrá-los em um momento de relativo bem-estar, caso contrário, o que é mais provável em tempos de crise, esperamos que este livro ajude-os a trazer mais conhecimento e reflexões nesta época tão difícil para a classe trabalhadora como um todo, pois a vida é guerra, a política é guerra, tão logo, este livro é extremamente necessário para além de períodos de guerra declarada.

Se não bastassem mais de dois anos de pandemia que ceifaram mais de 6 milhões de vidas pelo mundo, se não bastasse o avanço da fome, do desemprego e da miséria pelo mundo, a burguesia internacional resolveu tirar do seu bolso sujo de sangue mais uma das suas guerras em busca de terras, recursos e poder. Contudo não há nada de novo no front, a não ser o acúmulo de desgraças globais ao mesmo tempo.

Como socialistas e revolucionários, sabemos que as guerras são inevitáveis e permanentes no capitalismo, isto porque elas são frutos da concorrência e o sistema capitalista é um sistema baseado na concorrência do micro ao macro. Hoje existem guerras na Síria, Iêmen, Etiópia, entre outras várias regiões onde existem conflitos armados. Para além, deste conteúdo bélico que é parte integrante e essencial para o capitalismo, os revolucionários e revolucionárias devem ter clareza de que querer revolução é querer guerra, mesmo que seja em

caráter transitório e de protagonismo civil. É neste sentido, de entender a guerra como um dos temas centrais, quando se trata de discutir capitalismo e possibilidade revolucionária, que decidimos lançar essa publicação especial no momento em que os dirigentes dos estados burgueses da Rússia, OTAN, Ucrânia e outros fomentam mais uma guerra pelo mundo.

O livro se trata de um apanhado de textos de autores anarquistas e marxistas debatendo as posições a serem tomadas pelos partidos e organizações da classe trabalhadora frente à Primeira Guerra Mundial. Escolhemos textos desde anarquistas e marxistas em defesa da guerra, àqueles contrários à guerra. Contudo, ao contrário de hoje, tais posições não se tratavam de mera torcida para um lado ou para outro, mas sim de estratégias que tinham em seu núcleo o objetivo de avanço ou conservação de projetos políticos a nível da classe trabalhadora.

Este é um livro que mostra não só as posições políticas de notáveis anarquistas e marxistas em um determinado momento histórico, mas também é um compilado histórico de confronto de estratégias revolucionárias distintas dentro e fora das limitações de diferentes escolas políticas. Está aqui, em suas mãos, uma das disputas políticas mais importantes da história da classe trabalhadora, um embate político que teve impacto para o fim da Segunda Associação Internacional dos Trabalhadores, para a escolha dos caminhos estratégicos durante a revolução russa, para a comissão internacional entre os anarquistas e entre os marxistas. Em resumo, você tem em mãos parte dos registros históricos do momento histórico e do debate internacional que tiveram maior influência nas direções de tomadas de decisões pelas organizações da classe trabalhadora no século XX.

A SEGUNDA INTERNACIONAL: A SOCIALDEMOCRACIA FRENTE A GUERRA (2013)

Jazmín Jimenez

Neste texto veremos como a expansão do capitalismo imperialista causou a divisão do mundo entre os grandes monopólios e as potências capitalistas e resultou em uma nova relação entre nações opressoras e oprimidas. Entre estes últimos estão as colônias, países que não possuem independência política ou econômica, ou as semi-colônias, Estados formalmente independentes, mas que estão subordinados política e militarmente às potências e sofrem dominação econômica por sua dependência de recursos de capital financeiro estrangeiro.

Após a derrota da revolução de 1905, iniciou-se um período de refluxo político, não apenas na Rússia, mas em toda a Europa. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista voltou a colaborar estreitamente com o Partido Liberal, um partido burguês; na França, os sindicalistas passaram a posições reformistas; na Alemanha, a ala central da social-democracia virou-se para a direita e a ala direita ergueu a cabeça.

Posições foram ganhas pelos países imperialistas, dando uma ideia do desenvolvimento contínuo do capitalismo. Os salários melhoraram, as leis de proteção trabalhista foram conquistadas e a miséria diminuiu, mas não desapareceu. Por sua vez, os partidos socialistas aumentaram os votos em cada eleição e conquistaram assentos no parlamento. No entanto, longe de um desenvolvimento pacífico, as contradições aumentaram em vez de diminuir: foi o limiar de uma era de guerras imperialistas, guerras civis e revoluções sociais.

O capitalismo nesta fase caracteriza-se por sua natureza parasitária. Lenin explica que a exportação de capital dá lucros enormes, o que permite à burguesia dos países imperialistas corromper os dirigentes operários e a camada superior da "aristocracia operária", de forma direta e indireta, dividindo o proletariado. Tratava-se de uma camada de trabalhadores gentrificados, por seu modo de viver e sua mentalidade, que passou a ser o principal suporte da Internacional; verdadeiros agentes da burguesia dentro do movimento operário, portadores do reformismo e do nacionalismo. Um importante setor de dirigentes dos partidos e sindicatos operários dos países imperialistas passou a representar apenas os interesses dessa camada privilegiada; tornando-se uma burocracia dentro dessas organizações. Essas são as raízes materiais que explicam por que o revisionismo ganhou tanto peso na teoria e o reformismo na prática, produzindo uma ruptura com o legado do marxismo em grande parte dos membros da Internacional. Esses líderes, que tinham uma vida calma e pacífica, reconciliados com a burguesia de seus países, tornaram-se parceiros menores do imperialismo de suas nações, e cada vez mais indiferentes ao que acontecia com os trabalhadores das colônias. Por exemplo, os sindicalistas, que eram a tendência de direita da Internacional, como os liderados por Eduard David, na Alemanha, permaneceram passivos diante da escravidão nas colônias, ou no máximo argumentaram que, "uma vez que as colônias eram inevitável no capitalismo", eles apenas tiveram que lutar para melhorar as condições de vida dos povos desses países.

Essas foram as pressões materiais que os partidos da Internacional sofreram. A tendência do centro - a corrente que oscilava entre posições revolucionárias e posições reformistas - neste momento se inclinava para a direita: Kautsky e Bebel, seus principais dirigentes, que acompanharam a

esquerda nas conclusões de 1905 e na ideia de que aquela era o futuro da revolução européia, eles acabaram fortalecendo uma estratégia reformista, que consistia em pressionar os governos capitalistas para obter concessões, e a luta para destruir a ordem existente ficou apenas para discursos. Enquanto isso, a ala esquerda, liderada por Luxemburgo, Liebknecht, Lenin e Trotsky, enfrentou essas tendências a partir de uma estratégia revolucionária.

Nesse contexto, a discussão sobre a greve geral tornou-se uma luta estratégica no maior partido da Internacional. Em 1910, um movimento pelo sufrágio universal desenvolvido na Alemanha, haverá assembleias de dezenas de milhares de trabalhadores. As manifestações foram em massa, como em Berlim, que mobilizou 200.000 pessoas. Mas a social-democracia estava incomodada, pois seu "objetivo" prioritário eram as eleições de 1912. Por isso, a orientação oficial do partido era aplacar o movimento. O que parecia uma discussão de uma nova tática se transformou em um debate geral sobre a estratégia da nova era que se iniciava, entre uma perspectiva evolucionista e eleitoralista, e uma estratégia revolucionária baseada na luta de classes.

Rosa Luxemburgo propôs a adoção da greve geral para conseguir a democratização do sistema eleitoral. Kautsky, seu principal adversário, contrariava a necessidade de o proletariado apostar no desgaste da burguesia para obter as reivindicações, e não correr o risco que implicava uma greve de massas. A estratégia de "desgaste" de Kautsky foi explicada nas sucessivas campanhas eleitorais que, segundo ele, deveriam dar ao partido a maioria no parlamento. Rosa o confrontou com força: “Como o camarada Kautsky se opõe à greve de massas assim concebida com uma oposição artificial à nossa velha e comprovada tática do parlamentarismo, na realidade tudo o que ele faz é recomendar para agora e para a situação atual nada mais do que o

parlamentarismo [...] De fato, o camarada Kautsky – este é o pilar fundamental da estratégia de atrito – nos remete insistentemente para as próximas eleições para o Reichstag (Parlamento)”.

Para Rosa, a Rússia que havia desenvolvido, em 1905, a greve geral e os sovietes como o organismo mais democrático, mostrou o caminho. Se a natureza da greve de massas combativa naquele país e o papel do proletariado fossem levados em conta, então o elemento econômico não poderia ser separado do político, contrariamente aos esquemas teóricos que os diferenciavam.

A revolução mostrou que a greve geral política unificou as massas em ação e ultrapassou os limites corporativos dos sindicatos. A greve geral, embora não resolvesse o problema de quem tinha o poder, para o qual a insurreição era necessária, foi uma poderosa ferramenta de luta do proletariado. A discussão sobre a greve geral e o papel da ação direta na estratégia do proletariado não se limitará a Alemanha, mas será uma das discussões fundamentais que percorrerá toda a Internacional, quando se tratar de definir os meios que seria chamado a usar o proletariado para deter a guerra interimperialista que a burguesia preparava.

Como Lênin havia afirmado, o capitalismo em seu estágio imperialista estava em sua fase de declínio. O mundo estava dividido entre algumas potências imperialistas que competiam cada vez mais violentamente, aumentando a tendência para uma grande guerra interimperialista. Em julho de 1914 começou a Primeira Guerra Mundial.

A discussão sobre a guerra, e qual deveria ser a atitude dos revolucionários em relação a ela, passou pelos diversos Congressos desde a fundação da II Internacional. Luxemburgo havia argumentado que os socialistas deveriam

combater o militarismo e o colonialismo, se opunham aos orçamentos militares e organizavam mobilizações contra a guerra.

O Congresso de Amsterdã em 1904 foi atravessado pelo debate com os revisionistas, que viam a possibilidade de um caminho pacífico para o socialismo por meio de reformas. A revolução de 1905, desencadeada pela Guerra Russo-Japonesa, elevou a relação entre guerra e revolução na nova era. No Congresso de Stuttgart de 1907, a discussão sobre guerra e colonialismo foi central, devido às crescentes tensões entre os países imperialistas. A ala esquerda da Internacional liderada por Lenin, Luxemburgo, entre outros, prevaleceu. Como resolução foi declarado que, se a guerra ameaçava estourar, era dever da classe trabalhadora desses países e seus representantes no parlamento, com a ajuda da liderança internacional, fazer todos os esforços para evitá-la. E no caso de a guerra estourar, eles tinham o direito de intervir para detê-la usando a crise econômica e política criada pela guerra, mobilizando amplos setores populares e, assim, acelerando a queda da dominação capitalista. Mas não estava claro quais seriam os métodos de luta para precipitar essa queda. Essa discussão, que será central no Congresso de Copenhague em 1910, girará em torno da eficácia ou não da greve geral, embora aqui também não tenhamos uma definição porque não houve acordo entre as diferentes alas da Internacional. Em 1912 a direção da Internacional organizou atos contra a guerra e convocou um congresso extraordinário, em Basileia, com o objetivo de dar uma demonstração de força e solidariedade internacional, onde pela primeira vez se denunciou o caráter imperialista da guerra.

Em julho de 1914 eclodiu a guerra; diante disso, a social-democracia alemã emitiu um manifesto exigindo que o governo não entrasse e organizou reuniões nas quais participaram milhões de trabalhadores. Mas o declínio do capitalismo

e as tensões entre as grandes potências estavam se tornando tão agudos que a única maneira de detê-lo era com a convocação de uma greve geral, o que eles não fizeram. O segundo mandato da resolução de Stuttgart não foi cumprido: "usar com todas as suas forças a crise econômica e política causada pela guerra, para revoltar as massas e assim precipitar a queda do domínio capitalista". Este foi o teste final e aqui a Internacional se desfez, destruindo todas as proclamações dos anos anteriores.

Enquanto a maioria dos dirigentes garantiu que a luta de classes não se desenvolveria dentro de seus países, ou seja, eles estavam fazendo um favor à burguesia, para que ela pudesse ir à guerra sem se preocupar com assuntos internos; Lenin, por outro lado, afirmou que a guerra imperialista deveria ser transformada em uma guerra civil. Essa política foi chamada de “derrotismo revolucionário”, e consistia no fato de que a classe trabalhadora não deveria parar a luta revolucionária contra o governo de seu país, diante da possibilidade de ser derrotada na guerra. Para ele, a revolução em tempos de guerra era guerra civil.

4 de agosto de 1914 marcou o colapso da Segunda Internacional, os 111 parlamentares do Partido Social Democrata Alemão, aprovaram os créditos que o governo pediu para ir à guerra, os socialistas franceses fizeram o mesmo do outro lado da fronteira, levando os trabalhadores a um açougue; renunciaram à luta de classes em nome da "defesa da pátria atacada". Assim quebraram a solidariedade internacional do proletariado, renderam-se à sua burguesia e traíram a causa do socialismo. Desta forma, a Segunda Internacional chegou à falência.

Mas Lênin, Trotsky, Liebknecht, Rosa Luxemburgo e a ala esquerda da Internacional se opuseram à guerra, e então organizaram as Conferências de Zimmerwald e Kiental, que lançariam as bases para uma nova Internacional.

Karl Liebknecht, líder do Partido Social Democrata alemão, foi o único deputado a se opor à guerra, preso de 1916 a 1918 por sua atividade anti guerra. Fundador juntamente com Rosa Luxemburgo da Liga Spartacus. Ambos assassinados, por ordem do governo social-democrata, por liderarem a insurreição de janeiro de 1919. Assim se lembrava Trotsky: O nome de Karl Liebknecht tornou-se conhecido em todo o mundo nos primeiros dias da grande guerra européia. Desde as primeiras semanas desta guerra, quando o militarismo alemão celebrou suas primeiras vitórias, suas primeiras orgias sangrentas, (...) entre esses dias sombrios e trágicos, apenas uma voz se ergueu na Alemanha para protestar e xingar: a de Karl Liebknecht. Na realidade, Liebknecht não estava sozinho: Rosa Luxemburgo, uma mulher de grande coragem, lutava ao seu lado

O POLÊMICO MANIFESTO DOS DEZESSEIS ANARQUISTAS (1916)

Autor desconhecido

A eclosão da Primeira Guerra Mundial provocou debates acirrados dentro do movimento libertário internacional dividido entre “defensores” e “antimilitaristas”.

Em fevereiro de 1915, 36 anarquistas, incluindo Alexandre Berkman, Luigi Bertoni, Henri Combes, Emma Goldman, Hippolyte Havel, Errico Malatesta, Ferdinand Domela Nieuwenhuis, publicam em Londres uma declaração intitulada "The Anarchist International and the War": "A verdade é que a causa das guerras, daquela que hoje ensanguenta as planícies da Europa, como todas as que a precederam, reside unicamente na existência do Estado, que é a forma política do privilégio. O Estado nasceu da força militar; desenvolveu-se usando força militar; e é novamente na força militar que ele deve contar logicamente para manter sua onipotência. Seja qual for a forma que assuma, o Estado é apenas opressão organizada para o benefício de uma minoria privilegiada. [...] Devemos aproveitar todos os movimentos de revolta, de todo o descontentamento, para fomentar a insurreição, para organizar a revolução, da qual esperamos o fim de todas as iniquidades sociais. Sem desânimo - mesmo em face de uma calamidade como a guerra atual. É em tempos tão difíceis, quando milhares de homens heroicamente dão suas vidas por uma ideia, que devemos mostrar a esses homens a generosidade, grandeza e beleza do ideal anarquista; justiça social alcançada pela livre organização dos produtores; guerra

e militarismo suprimidos para sempre; liberdade completa conquistada pela destruição total do Estado e de seus corpos coercitivos."

Em fevereiro de 1916, Pierre Kropotkine co-escreveu o Manifesto dos Dezesseis com Jean Grave. O texto é assinado, em particular, por Christiaan Cornelissen, Charles-Ange Laisant, François Le Levé ou Charles Malato.

No contexto da Sagrada União, tomam assim publicamente o lado dos Aliados e contra a "agressão alemã": "No fundo da nossa consciência, a agressão alemã foi uma ameaça - realizada - não só contra os nossos países. Esperanças de emancipação, mas contra toda a evolução humana. É por isso que nós, anarquistas, nós antimilitaristas, nós, inimigos da guerra, nós, partidários apaixonados da paz e da irmandade dos povos, ficamos do lado da resistência e não acreditávamos que devíamos separar nosso destino daquele do resto da população. Não nos parece necessário insistir que teríamos preferido que esta população assumisse, nas suas próprias mãos, o cuidado da sua defesa. Como isso era impossível, bastava passar pelo que não podia ser mudado. E, com os que lutam, acreditamos que, a menos que a população alemã, voltando a noções mais saudáveis de justiça e direito, finalmente desista de servir de instrumento para projetos de dominação política pan-alemã, não pode ser de paz. Sem dúvida, apesar da guerra, apesar dos assassinatos, não esquecemos que somos internacionalistas, que queremos a união dos povos, o desaparecimento das fronteiras. E é porque queremos a reconciliação dos povos, inclusive do povo alemão, que acreditamos que devemos resistir a um agressor que representa o aniquilamento de todas as nossas esperanças de libertação. "

O Manifesto, portanto, baseia sua análise da situação na convicção de que a Alemanha é o agressor e que, além disso, sua vitória na guerra atual representaria o triunfo do militarismo e do autoritarismo na Europa. Nessa

perspectiva, a Alemanha é o "bastião do estatismo", a França "a pátria da Revolução de 89 e da Comuna", por isso a vitória da Alemanha dificultaria o desenvolvimento de ideias libertárias e a marcha para um federalismo e sociedade descentralizada na Europa.

Para Kropotkin, que está no crepúsculo de sua vida, a França e o ideal revolucionário são um só. Ele era apaixonado pela Grande Revolução de 1789 e ingressou na Primeira Internacional no dia seguinte à Comuna de Paris. Defender a França não significa defender o Estado francês e sua política imperialista, mas defender a própria ideia de emancipação individual e coletiva, ideia que fluiria nas veias latinas do povo francês. Porque se depara com essa França fantasiada, a encarnação do mal: o Império Alemão, seu militarismo, seu clericalismo, seu feudalismo.

Os "antimilitaristas", a maioria no movimento anarquista, incluindo Errico Malatesta, Emma Goldman, Alexander Berkman, Rudolf Rocker, Voline, Sébastien Faure e Ferdinand Domela Nieuwenhuis se opõem a esta posição, considerando "a guerra como o resultado inevitável do regime capitalista e da existência de Estados enquanto tal".

Em uma edição da *Freedom* em abril de 1916, Malatesta pessoalmente protesta contra as afirmações dos Dezesesseis em um artigo intitulado "Anarquistas a favor do governo": "Exceto a Revolução Popular, não há outra forma de resistência à ameaça de um exército disciplinado, do que ter um exército mais forte e mais disciplinado, para que os antimilitaristas mais rígidos, se não forem anarquistas, e se tiverem medo da destruição do Estado, sejam inevitavelmente levados a se tornarem militaristas ardentes. Na verdade, na esperança problemática de esmagar o militarismo prussiano, eles renunciaram a todo o espírito e, a todas as tradições de liberdade, prussianizaram a Inglaterra

e a França; eles se submeteram ao czarismo; eles restauraram o prestígio do trono vacilante da Itália. Os anarquistas podem, por um único momento, aceitar este estado de coisas sem renunciar a qualquer direito de se intitularem anarquistas?"

Em abril de 1916, o Grupo Internacional Anarquista de Londres responde com a “Declaração Anarquista de Londres”: “Colaborar com um Estado, com um governo, em sua luta, mesmo sem violência sanguinária, contra outro Estado, contra outro governo, para escolher entre dois modos da escravidão, que são apenas superficialmente diferentes, sendo esta diferença superficial o resultado da adaptação dos meios de governo ao estado de evolução a que chegaram as pessoas que estão sujeitas a ela, isto é, claro, quem não é um anarquista. Ainda mais quando essa luta assume o aspecto particularmente desprezível da guerra. O que sempre diferenciou o anarquista dos demais elementos sociais dispersos nos diversos partidos políticos, nas diversas escolas filosóficas ou sociológicas, é o repúdio ao Estado, feixe de todos os instrumentos de dominação, centro de toda tirania; o Estado que é, por seu destino, inimigo do indivíduo, por cujo triunfo o anarquismo sempre lutou, e que é tão barato no presente período, pelos defensores da direita também situados, não nos esqueçamos, de ambos os lados da fronteira. Ao incorporar-se voluntariamente a ela, os signatários da declaração, ao mesmo tempo, renunciaram ao anarquismo. ”

Na França, Sébastien Faure fundou em abril de 1916, “O que se deve” dizer, um jornal cujo objetivo principal é se opor ao “Manifesto dos Dezesesseis”. Censurado, nenhuma linha do contra-manifesto presente no primeiro número pôde ser publicada.

O manifesto se deve a uma iniciativa de Piotr Kropotkin e Jean Grave, que obteve a assinatura de outras 13 personalidades (um erro de interpretação na assinatura de Antoine Orfila teria levado a pensar que eram 14).

Posteriormente, uma centena de outras personalidades anarquistas trouxeram seu apoio da França, Itália, Suíça, Inglaterra, Bélgica e Portugal.

Os signatários iniciais: Christiaan Cornelissen, Henri Fuss, Jean Grave, Jacques Guérin, Piotr Alexeyevich Kropotkin, Charles-Ange Laisant, François Le Levé, de Lorient, Charles Malato, Jules Moineau, de Liège, Antoine Orfila, de Hussein Dey (Argélia), Hussein Dey Marc Pierrot, Paul Reclus, Ph. Richard, na Argélia, Sanshirō Ishikawa (Japão), Varlam Cherkezishvili.

Signatários adicionais: Federico Urales (Espanha) e Jean Wintsch (Suíça).

A publicação do Manifesto foi recebida com grande desaprovação pelo movimento anarquista internacional, e considerando seu impacto, George Woodcock afirmou que ele "apenas confirmou uma cisão que existia no movimento anarquista". Os signatários do Manifesto viam a Primeira Guerra Mundial como um conflito entre o imperialismo alemão e a classe trabalhadora internacional. Em contrapartida, a maior parte dos anarquistas da época, como Emma Goldman e Alexander Berkman, viam a guerra como um conflito entre capitalistas de diferentes Estados imperialistas às custas da classe trabalhadora. Os partidários da posição de Kropotkin, no entanto, foram poucos, enquanto a esmagadora maioria dos anarquistas adotaram as posições de Goldman e Berkman.

Junto com uma reimpressão do Manifesto na edição do periódico Freedom de abril de 1916, estava uma resposta de Malatesta ao documento, intitulada "Anarquistas Governistas", que reconhecia "a boa fé e boas

intenções" dos signatários do Manifesto, mas acusava-os de traírem os princípios anarquistas.

Os anarquistas, que permaneceram quase todos fiéis a suas convicções, têm o dever de protestar contra essa tentativa de envolver o anarquismo na continuidade de um feroz massacre, que nunca cumpriu qualquer promessa de qualquer benefício para a causa da Justiça e da Liberdade e que agora, por si mesmo, mostra-se absolutamente desprovido de qualquer resultado, mesmo do ponto de vista dos dirigentes dos dois campos. (Errico Malatesta, 1916)

Malatesta juntou-se a outros anarquistas notórios, como Luigi Fabbri, Sébastien Faure e Emma Goldman, denunciando o Manifesto e seus partidários.

Decidimos repudiar a posição de Piotr, e felizmente nós não estávamos sozinhos nisso. Muitos outros sentiam-se como nós, ainda que fosse duro nos voltarmos contra o homem que durante tanto tempo havia sido nossa inspiração. (...) Para falar a verdade, eram só alguns contra os milhões ébrios de guerra, mas conseguimos circular pelo mundo o manifesto feito pelo Gabinete Internacional, e aumentamos nossas energias em casa para expor a verdadeira natureza do militarismo. (Emma Goldman, Vivendo Minha Vida)

Como resultado de seu firme apoio à guerra, a popularidade de Kropotkin declinou, e vários amigos cortaram relações com ele. Duas exceções foram Rudolf Rocker e Alexander Schapiro, porém ambos estavam presos na época. Consequentemente, Kropotkin isolou-se cada vez mais durante seus últimos anos em Londres, até retornar à Rússia logo após a Revolução Russa. Em Peter Kropotkin: His Federalist Ideas (1922), análise das obras de Kropotkin de Camilo Berneri, o autor expôs uma crítica à postura militarista do anarquista russo. Para Berneri, "com sua atitude pró-guerra, Kropotkin rompe com o

anarquismo", afirmando que o Manifesto dos Dezesseis "marca o culminar da incoerência dos anarquistas pró-guerra", e que na Rússia, Kropotkin "também apoiou Kerensky a prosseguir com a guerra". O escritor anarquista Vernon Richards especula que se não fosse pela vontade de Thomas Keell, o editor de Freedom (firmemente contrário à guerra), de ceder espaço aos partidários da guerra para manifestarem suas opiniões e defenderem seus posicionamentos desde o início, talvez Kropotkin e os demais signatários do Manifesto estariam politicamente isolados desde muito antes.

O historiador Paul Avrich descreve que as consequências do apoio à guerra resultaram em uma divisão "quase fatal" no movimento anarquista russo. Os anarquistas de Moscou dividiram-se em dois grupos, com a maioria apoiando as posições de Kropotkin; e a minoria, repudiando-as, abandonando o anarco comunismo de Kropotkin e aderindo ao anarcossindicalismo. Apesar disso, o movimento anarquista na Rússia continuou a ganhar força. Em um artigo publicado na edição de dezembro de 1916 de O Estado e a Revolução, o líder bolchevique Lênin acusou a grande maioria dos anarquistas russos de seguirem as idéias de Kropotkin e Grave, denunciando-os como "anarco-chauvinistas". Críticas semelhantes vieram de outros bolcheviques. Stálin, em uma carta escrita para Lênin, escreveu: "Recentemente li os artigos de Kropotkin — o velho tolo parece ter perdido totalmente a razão". Trotsky também criticou o apoio de Kropotkin à guerra e denunciou-o como um partidário do "poder burguês":

O veterano anarquista Kropotkin, que conservava, desde a sua juventude, uma fraqueza em relação aos populistas, falando da guerra, negava tudo o que ele tinha ensinado quase meio século: negador do Estado, ele apoiou

a Entente e, se ele se queixava da dualidade de poderes na Rússia, não era para reclamar a supressão do poder, mas era pelo poder único da burguesia. (Leon Trotsky, A História da Revolução Russa)

O historiador George Woodcock classificou tais críticas como aceitáveis, na medida em que eram direcionadas ao militarismo de Kropotkin. Entretanto, apontou as críticas aos anarquistas russos como sendo "injustificadas", e a respeito das acusações de que os anarquistas russos teriam abraçado a mensagem de Kropotkin e Grave, Woodcock afirma que apenas cerca de uma centena de anarquistas assinaram pronunciamentos em favor da guerra; e a maioria dos anarquistas em todos os países mantiveram uma postura anti militarista tão coerente como a dos bolcheviques.

Em Genebra, um raivoso grupo de "internacionalistas" – Grossman-Roštšin, Alexander Ghe, K. Orgeiani, entre outros – denunciaram os anarquistas que apoiaram a guerra como "anarco-patriotas". Eles sustentavam que a única guerra aceitável para os "verdadeiros" anarquistas era a guerra de classes, que derrubaria a burguesia e suas instituições opressoras. Jean Wintsch, fundador da Escola Ferrer de Lausanne e editor do periódico Libre Fédération, foi isolado do movimento anarquista suíço quando alinhou-se aos signatários do Manifesto. Os anarcossindicalistas espanhóis, que opuseram-se à guerra argumentando que nenhum dos Estados beligerantes estava do lado dos trabalhadores, repudiaram rigorosamente Kropotkin e os demais signatários do Manifesto. Um pequeno número de anarquistas galegos e asturianos que apoiaram o Manifesto foram isolados e marginalizados pela maior parte dos anarcossindicalistas catalães, que na época eram maioria na Confederação Nacional del Trabajo.

UMA CARTA A STEFFEN (1914)¹

Piotr Kropotkin

Prezado Steffen,

Você pergunta minha opinião sobre a guerra. Já o expressei em várias ocasiões na França, e os acontecimentos atuais, infelizmente, apenas o reforçam.

Considero que o dever de todos aqueles que acalentam totalmente a ideia do progresso humano, e especialmente aqueles que foram inscritos pelos proletários europeus na bandeira da Associação Internacional dos Trabalhadores, é fazer tudo o que estiver ao seu alcance, de acordo com as suas capacidades, para esmagar a invasão dos alemães na Europa Ocidental.

A causa desta guerra não foi a atitude da Rússia em relação ao ultimato austríaco, como o governo alemão, fiel às tradições de Bismarck, tentou representá-lo. Já em 19 de julho, era conhecido entre os estadistas continentais da Europa Ocidental que o governo alemão havia definitivamente decidido declarar guerra. O ultimato austríaco foi a consequência, não a causa dessa decisão. Tivemos assim uma repetição do conhecido truque de Bismarck de 1870.

A causa da guerra atual está nas consequências da guerra de 1870-71. Essas consequências já haviam sido previstas em 1871 por Liebknecht e Bebel, quando protestaram contra a anexação da Alsácia e partes da Lorena ao império alemão, pelo qual foram presos por dois anos. Eles previam que esta anexação seria a causa de novas guerras, o crescimento do militarismo prussiano, a militarização de toda a Europa e a detenção de todo o progresso social. O

¹ Carta de Kropotkin a um professor sueco chamado Gustav Steffen foi publicada em "Freedom" no outono de 1914.

mesmo foi previsto por Bakunin, por Garibaldi, que veio com seus voluntários para lutar pela França assim que a república foi proclamada e, de fato, por todos os representantes do pensamento avançado na Europa.

Nós, que trabalhamos nas diferentes frações, social-democratas e anarquistas, do grande movimento socialista na Europa, sabemos perfeitamente como a ameaça de uma invasão alemã paralisou todos os movimentos avançados na Bélgica, França e Suíça, pois os trabalhadores sabiam disso, no momento em que uma luta interna começasse nesses países, a invasão alemã se seguiria imediatamente. A Bélgica foi avisada disso. A França sabia perfeitamente bem sem aviso prévio.

Os franceses sabiam que Metz, da qual os alemães haviam feito não uma fortaleza para a defesa do território de que se apropriaram, mas um acampamento fortificado para fins agressivos, estava a menos de dez dias de marcha de Paris, e que no dia de uma declaração de guerra (ou mesmo antes desse dia) um exército de 250.000 homens poderia marchar de Metz contra Paris, com toda sua artilharia e trem.

Sob tais condições, um país não pode ser livre, e a França não foi livre em seu desenvolvimento, assim como Varsóvia não é livre sob as armas da cidadela russa e das fortalezas vizinhas, e Belgrado não foi livre sob as armas austríacas de Zemlin.

Desde 1871, a Alemanha tornou-se uma ameaça permanente ao progresso europeu. Todos os países foram obrigados a introduzir o serviço militar obrigatório nos moldes que haviam sido introduzidos na Alemanha e a manter imensos exércitos permanentes. Todos viviam sob a ameaça de uma invasão repentina.

Mais do que isso, para a Europa Oriental, e especialmente para a Rússia, a Alemanha foi o principal suporte e proteção da reação. O militarismo prussiano, a falsa instituição de representação popular oferecida pelo Reichstag alemão e os Landtags feudais das partes separadas do império alemão, e os maus-tratos das nacionalidades subjugadas na Alsácia, e especialmente na Polônia prussiana, onde os poloneses foram tratados ultimamente tanto quanto na Rússia (sem protesto dos partidos políticos avançados), esses frutos do imperialismo alemão foram as lições que a Alemanha moderna, a Alemanha de Bismarck, ensinou aos seus vizinhos e, sobretudo, ao absolutismo russo. O absolutismo teria se mantido por tanto tempo na Rússia, e teria esse absolutismo ousado maltratar a Polônia e a Finlândia como os maltratou, se não pudesse dar o exemplo da "Alemanha culta" e se não fosse certeza da proteção da Alemanha?

Não esqueçamos a história a ponto de esquecer a intimidade que existia entre Alexandre II e Guilherme I, o ódio comum que eles manifestavam pela França por causa de seus esforços para libertar a Itália e sua oposição aos próprios italianos quando em 1860 enviaram afastar os governantes austríacos de Florença, Parma e Modena; e Florença tornou-se a capital da Itália. Não esqueçamos os conselhos reacionários que Guilherme I deu a Alexandre III em 1881, e o apoio que seu filho deu a Nicolau II em 1905. Não esqueçamos também que se a França concedeu o empréstimo de 1906 à autocracia russa, foi porque ela viu que, a menos que a Rússia conseguisse reformar seus exércitos após a derrota da Manchúria, ela estaria condenada a ser despedaçada pela Alemanha, Itália e Áustria aliadas contra ela. Os acontecimentos das últimas semanas já provaram quão bem fundamentadas eram essas apreensões.

Os últimos quarenta e três anos foram uma confirmação do que Bakunin escreveu em 1871, a saber, que se a influência francesa desaparecesse da Europa, a Europa retrocederia em seu desenvolvimento por meio século. E agora é evidente que, se a atual invasão da Bélgica e da França não for derrotada pelo esforço comum de todas as nações da Europa, teremos mais meio século ou mais de reação geral.

Durante os últimos quarenta anos, uma guerra franco-alemã pairava sobre a Europa. Bismarck não estava satisfeito com a derrota esmagadora infligida à França. Ele descobriu que ela estava se recuperando muito rapidamente de seus ferimentos. Lamentou não ter anexado a província de Champagne e não ter recebido uma indenização de quinze bilhões de francos em vez de cinco bilhões. Em três ocasiões diferentes, Alexandre II e Alexandre III tiveram que interferir para evitar que os imperialistas alemães atacassem a França mais uma vez. E no momento em que começaram a se sentir fortes como uma potência marítima, os alemães puseram em suas cabeças destruir a potência marítima da Grã-Bretanha, firmar uma posição firme na costa sul do Canal e ameaçar a Inglaterra com uma invasão. A "imprensa de répteis" alemã está dizendo agora que, ao enviar suas hordas selvagens para saquear e queimar as cidades da Bélgica e da França, estão lutando contra a Rússia; mas espero que não haja ninguém estúpido o suficiente para acreditar nesse absurdo. Eles conquistam a Bélgica e a França e lutam contra a Inglaterra.

Seu objetivo é forçar a Holanda a se tornar parte do império alemão, de modo que as passagens que levam do Oceano Índico ao Pacífico, agora estão nas mãos dos holandeses, passando para as mãos dos alemães; tomar posse de Antuérpia e Calais; anexar a parte oriental da Bélgica, bem como a província francesa de Champagne, de modo a estar em poucos dias da capital da França.

Este é o sonho dos "Kaiseristas alemães" desde os tempos de Bismarck, muito antes de haver uma reaproximação entre a França e a Rússia, e este continua a ser o seu sonho.

Não foi para lutar contra a Rússia que a Alemanha em 1886 colocou as mãos sobre a Dinamarca e anexou a província de Schleswig-Holstein. Não foi contra a Rússia, mas contra a França e a Inglaterra, que a Alemanha construiu sua enorme marinha, que cavou e fortificou o Canal de Kiel e estabeleceu o porto militar de Wilhelmshafen, onde uma invasão da Inglaterra ou um ataque a Brest e Cherbourg podem ser preparada com total segurança e sigilo. A história da luta contra a Rússia nas planícies da França e da Bélgica, que agora é repetida pela imprensa alemã, foi inventada para exportação para a Suécia e os Estados Unidos; mas não há um único homem inteligente na própria Alemanha que não saiba que os inimigos visados ultimamente eram a Grã-Bretanha e a França. Os próprios alemães não fizeram segredo disso em suas conversas e seus trabalhos sobre a guerra que se aproximava.

A decisão de declarar a guerra atual foi tomada na Alemanha, assim que as obras de ampliação e fortificação do Canal de Kiel terminaram com muita pressa neste verão, em 20 de junho. Mas a guerra quase estourou em junho de 1911 – nos conhecíamos bem aqui. Teria estourado no verão passado, se a Alemanha estivesse pronta. Em fevereiro passado, a chegada da atual guerra era tão evidente que, estando em Bordighera, disse aos meus amigos franceses que era tolice deles se oporem à lei militar de três anos enquanto a Alemanha se preparava ativamente para a guerra; e aconselhei meus amigos russos a não ficarem muito tarde nos bebedouros alemães, porque a guerra começaria assim que as colheitas estivessem prontas na França e na Rússia. Na verdade, só

aqueles que enterravam a cabeça na areia, como avestruzes, podiam continuar sem ver por si mesmos.

Agora aprendemos o que a Alemanha quer, quão extensas são suas pretensões, quão imensos e detalhados foram seus preparativos para esta guerra, e que tipo de "evolução" devemos esperar dos alemães se eles forem vitoriosos. Quais são seus sonhos de conquista, nos foi dito pelo próprio imperador alemão, seu filho e seu chanceler. E agora ouvimos não apenas o que um tenente ou general alemão bêbado pode dizer para justificar as atrocidades cometidas na Bélgica pelas hordas alemãs, mas o que um líder do partido social-democrata alemão, Dr. os trabalhadores da Suécia e da Itália, tiveram a insolência de dizer desculpa pelas barbaridades cometidas pelos hunos alemães nas aldeias e cidades belgas. Eles cometeram essas atrocidades porque os habitantes civis atiraram contra os invasores em defesa de seu território!! Para um social-democrata alemão isso é o bastante! Quando Napoleão III deu a mesma desculpa para explicar o fuzilamento dos parisienses no dia de seu golpe de estado, toda a Europa o chamou de canalha. Agora, a mesma desculpa é apresentada para explicar atrocidades infinitamente mais abomináveis, por um aluno alemão de Marx!

Isso nos dá a medida da degradação da nação durante os últimos quarenta anos.

E agora que cada um imagine por si mesmo quais seriam as consequências se a Alemanha saísse vitoriosa dessa guerra.

Holland - compelida a se juntar ao império alemão, porque ela detém as passagens do Oceano Índico ao Pacífico, e "os alemães precisam delas".

A maior parte da Bélgica foi anexada à Alemanha - já está anexada. Cobrou-se uma imensa e ruínosa contribuição, além da pilhagem já realizada.

Antuérpia e Calais até os portos militares da Alemanha, além de Wilhelmshafen. Dinamarca - à mer da Alemanha, para serda no momento que não ousasse servir aos anexos dos alemães, planos que devem se estender como se estenderem como sucessor dos anexos de 1871.

Leste da França - anexada à Alemanha, cujas novas fortalezas estarão a dois ou três dias de marcha de Paris. A França ficará assim à mercê da Alemanha pelos próximos cinquenta anos. Todas as colônias francesas - Marrocos, Argel, Tonkin - tomadas pela Alemanha: "Não temos colônias que valem dois pences: devemos tê-las", disse outro dia o filho mais velho de Wilhelm. É tão simples - e tão sincero!

Tendo em frente às suas costas uma série de portos militares alemães ao longo da costa sul do Canal da Mancha e do Mar do Norte, o que pode ser a vida do Reino Unido, mas uma vida inteiramente regida pela ideia de uma nova guerra a ser travada para livrar-se da ameaça permanente de uma invasão - uma invasão não é mais impossível agora, pois o agressor teria à sua disposição grandes navios, barcos submarinos e aeronaves.

Finlândia - finlandesa uma província alemã. A Alemanha trabalha desde 1883, e seus primeiros passos na campanha atual mostram onde ela está mirando. Polônia - compelido definitivamente a abandonar todos os sonhos de independência nacional. Os governantes da Alemanha não estão agora tratando os poloneses de Pozen tão mal quanto, se não pior, do que o autocrata russo? E os sociais-democratas alemães já não consideram os sonhos poloneses de renascimento nacional como bobagem? Deutschland uber Alles! Alemanha acima de tudo!

Mas chega! Qualquer pessoa que tenha algum conhecimento dos assuntos europeus e do rumo que eles tomaram durante os últimos vinte anos completará o quadro.

"Mas e o perigo da Rússia?" meus leitores provavelmente perguntarão.

A esta pergunta, toda pessoa séria provavelmente responderá que, quando você é ameaçado por um grande, muito grande perigo, a primeira coisa a fazer é combater esse perigo e depois cuidar do próximo. A Bélgica e boa parte da França são conquistadas pela Alemanha, e toda a civilização da Europa é ameaçada por seu punho de ferro. Vamos lidar primeiro com esse perigo.

Quanto ao próximo, há alguém que não tenha pensado que a guerra atual, na qual todos os partidos da Rússia se levantaram unanimemente contra o inimigo comum, tornará materialmente impossível o retorno à antiga autocracia? E então, aqueles que seguiram seriamente o movimento revolucionário da Rússia em 1905 certamente sabem quais foram as idéias que dominaram a primeira e a segunda Dumas, aproximadamente livremente eleitas. Eles certamente sabem que o governo doméstico completo para todas as partes componentes do império era um ponto fundamental de todos os partidos liberais e radicais. Mais do que isso: a Finlândia realmente realizou sua revolução na forma de uma autonomia democrática, e a Duma a aprovou.

E, finalmente, aqueles que conheceram a Rússia e seu último movimento certamente sentem que a autocracia nunca mais será restabelecida nas formas que tinha antes de 1905, e que uma constituição russa nunca poderia assumir as formas e o espírito imperialistas que o governo parlamentar assumiu na Alemanha. Quanto a nós, que conhecemos a Rússia por dentro, temos certeza de que os russos nunca serão capazes de se tornar a nação agressiva e guerreira que a Alemanha é. Não apenas toda a história dos russos mostra isso, mas com

a federação que a Rússia está destinada a se tornar em um futuro muito próximo, tal espírito guerreiro seria absolutamente incompatível.

Mas mesmo se eu estivesse errado em todas essas previsões, embora todo russo inteligente as confirmasse - bem, então haveria tempo para combater o imperialismo russo da mesma forma que toda a Europa amante da liberdade está pronta neste momento para combater esse vil espírito guerreiro que tomou posse da Alemanha desde que abandonou as tradições de sua antiga civilização e adotou os princípios do imperialismo bismarckiano.

É certo que a presente guerra será uma grande lição para todas as nações. Terá ensinado a eles que a guerra não pode ser combatida por sonhos pacifistas e todo tipo de bobagem sobre a guerra ser tão assassina agora que será impossível no futuro. Tampouco pode ser combatido por esse tipo de propaganda antimilitarista que tem sido feita até agora. Algo muito mais profundo do que isso é necessário.

As causas da guerra devem ser atacadas pela raiz. É uma grande esperança de que a guerra atual abra os olhos das massas operárias e de um certo número de homens entre as classes médias educadas. Eles verão o papel que o capital e o Estado desempenharam na criação dos conflitos armados entre as nações.

Mas, por enquanto, não devemos perder de vista o principal trabalho do dia. Os territórios da França e da Bélgica devem ser libertados dos invasores. A invasão alemã deve ser repelida - não importa quão difícil isso possa ser. Todos os esforços devem ser direcionados dessa forma.

OS ANARQUISTAS ESQUECERAM SEUS PRINCÍPIOS (1914)

Errico Malatesta

Correndo o risco de parecer simplório, confesso que nunca teria acreditado que os socialistas - mesmo os social-democratas - se posicionarem e se tornassem participantes dispostos, seja do lado dos alemães ou dos aliados, em uma guerra como a que está atualmente devastando a Europa. Mas o que você pode dizer quando o mesmo é feito por anarquistas, não em grande número, é verdade, mas entre eles muitos camaradas que eu amo e respeito?

Diz-se que a situação atual mostra a falência de “nossas fórmulas” – isto é, de nossos princípios – e que será necessário revisá-los.

De um modo geral, cada fórmula deve ser revista sempre que se revele insuficiente em contacto com o facto; mas não é o caso hoje em dia, quando a falência não deriva da deficiência de nossas fórmulas, mas do fato de terem sido esquecidas e traídas.

Voltemos aos nossos princípios. Não sou “pacifista”. Luto, como todos nós, pelo triunfo da paz e da fraternidade entre todos os seres humanos; mas sei que o desejo de parar a batalha só pode ser satisfeito quando ambos os lados o querem, e que enquanto houver homens que queiram violar as liberdades dos outros, cabe a estes outros defender-se se não desejam serem golpeados eternamente; e também sei que atacar é muitas vezes o melhor, ou o único, meio eficaz de defesa. Além disso, acho que os oprimidos estão em legítima defesa e sempre têm o direito de atacar os opressores. Admito, portanto, que há guerras que são necessárias, as guerras santas: e estas são as guerras de libertação - como geralmente é a "guerra civil" - isto é, as revoluções.

Mas o que a guerra atual tem em comum com a emancipação humana, que é nossa causa?

Hoje é comum ver os socialistas no topo, como qualquer burguês, da França ou da Alemanha, juntos a algum político ou aglomeração nacional – fruto de lutas históricas – como uma unidade etnográfica homogênea, cada qual com seus próprios interesses e aspirações. Em missões em oposição aos interesses uniões rivais. Isso pode ser relativamente verdadeiro, desde que os oprimidos, e especialmente os trabalhadores, não tenham consciência, não reconheçam a injustiça de seus opressores. Há, então, a classe dominante que é a única que conta; e que, por seu desejo de preservar e ampliar seu poder, antes de seus preconceitos e de suas próprias ideias, pode achar conveniente excitar ambições e ódios raciais e enviar sua nação, seu rebanho, contra os "estrangeiros", com o objetivo de libertá-los de seus opressores presentes e submetê-los à sua própria dominação econômica e política.

Mas a missão daqueles que, em nossa opinião, querem o fim de toda opressão e de toda exploração do homem pelo homem, deve estar aí para despertar a consciência do antagonismo de interesses entre dominadores e dominados, entre exploradores e trabalhadores, e desenvolver a luta dentro de cada país e solidariedade entre todos os trabalhadores para além das fronteiras, em contraste com todas as feridas e todas as paixões que têm a ver com raça ou nacionalidade.

E é isso que sempre fizemos. Sempre pregamos que os trabalhadores de todos os países são irmãos, e que o inimigo – o “estrangeiro” – é o explorador, quer tenha nascido perto de nós ou em algum outro país distante, quer fale nossa língua ou qualquer outra. Sempre escolhemos nossos amigos, nossos camaradas de armas, assim como nossos inimigos, pelas ideias que professam e

pela posição que ocupam na luta social, e nunca por razões de raça ou nacionalidade. Sempre lutamos contra o patriotismo, que é uma sobrevivência do passado e serve aos interesses dos opressores; e orgulhamo-nos de ser internacionalistas, não só pela palavra, mas pelos sentimentos profundos da nossa alma.

E agora as consequências mais atrozes da dominação capitalista e estatal devem indicar, mesmo aos cegos, que estamos certos, a maioria dos socialistas e muitos anarquistas nos países beligerantes estão associados aos governos e à burguesia de seus respectivos países, esquecendo o socialismo, luta de classes, fraternidade, internacionalismo e todo o resto.

Vão à ruína!

É possível que os acontecimentos atuais estejam mostrando que os sentimentos nacionais estão mais vivos, enquanto os sentimentos de fraternidade internacional estão menos enraizados do que pensávamos; mas esta deveria ser mais uma razão para intensificar, não abandonar, nossa propaganda antipatriótica. Esses eventos também mostram que na França, por exemplo, o sentimento religioso é mais forte e os padres têm uma influência maior do que imaginamos. Será esta a razão da nossa conversão à religião católica?

Entendo que há circunstâncias que podem surgir em que a ajuda de todos é necessária para o bem-estar geral: como uma epidemia, um terremoto, uma invasão de bárbaros, que matam e destroem tudo o que está em suas mãos. Nesse caso, a luta de classes e as diferenças de posição social devem ser esquecidas, e a causa comum deve ser feita contra o perigo comum; mas com a condição de que essas diferenças sejam esquecidas por ambas as partes. Se alguém estiver na prisão durante um terremoto e houver o perigo de ser esmagado até a morte, é nosso dever salvar a todos, até mesmo os carcereiros –

porque eles começarão abrindo as portas da prisão. Mas sendo dever dos carcereiros tomar todas as precauções para a custódia segura dos prisioneiros durante e após a catástrofe, é então dever dos prisioneiros para consigo mesmos, bem como para com seus companheiros de cativeiro, deixar os carcereiros à sua sorte, encontrando a melhor ocasião para se beneficiarem.

Se, quando os soldados estrangeiros invadem o solo sagrado da pátria, a classe privilegiada renuncia a seus privilégios e age de tal forma que a "pátria" se torna realmente propriedade comum de todos os habitantes, então seria justo para todos nós lutarmos contra os invasores. Mas se os reis querem continuar sendo reis, os proprietários continuam cuidando de suas terras e de suas casas, e os mercadores querem se apoderar de seus bens, e até vendê-los por um preço mais alto, então os trabalhadores, os socialistas e anarquistas, devem deixá-los à sua própria sorte, enquanto continuam a procurar uma oportunidade para se livrarem dos opressores dentro do país, bem como daqueles que vêm do exterior.

Em todas as circunstâncias, é dever dos socialistas, e especialmente dos anarquistas, fazer todo o possível para enfraquecer o Estado e a classe capitalista e tomar como único guia para sua conduta os interesses do socialismo; ou, se eles são materialmente impotentes para agir eficazmente por sua própria causa, eles devem pelo menos tentar recusar qualquer ajuda voluntária à causa do inimigo e se afastar para salvar pelo menos seus princípios – o que significa salvar o futuro.

Tudo o que acabei de dizer conta apenas como teoria, e talvez seja aceito como tal pela maioria dos que, na prática, fazem o contrário. Como, então, poderia ser aplicado na situação atual? O que devemos fazer, o que devemos desejar, no interesse de nossa causa? Tudo o que acabei de dizer conta apenas

como teoria, e talvez seja aceito como tal pela maioria dos que, na prática, fazem o contrário. Como, então, poderia ser aplicado na situação atual? O que devemos fazer, o que devemos desejar, no interesse de nossa causa?

Diz-se, deste lado do Reno, que a vitória dos aliados seria o fim do militarismo, o triunfo da civilização, a justiça internacional, etc. O mesmo é dito do outro lado da fronteira sobre uma possível vitória alemã.

Pessoalmente, julgando pelo seu justo valor o "cachorro louco" de Berlim e o "velho carrasco" de Viena, não tenho maior confiança no czar sangrento, nem nos diplomatas ingleses que oprimem a Índia, que traíram a Pérsia, que esmagaram as repúblicas dos bôeres; nem na burguesia francesa, que assassinou os nativos de Marrocos; nem na Bélgica, que permitiu as atrocidades no Congo e se beneficiou muito delas - e só me lembro de algumas de suas maldades, tomadas ao acaso, para não mencionar o que todos os governos e todas as classes capitalistas fazem contra os trabalhadores e os rebeldes em seus próprios países.

Na minha opinião, a vitória da Alemanha significaria, naturalmente, o triunfo do militarismo e da reação; mas o triunfo dos aliados significaria a dominação russo-inglesa (isto é, knuto-capitalista) da Europa e da Ásia, o recrutamento e desenvolvimento do espírito militarista na Inglaterra, uma reação clerical e talvez monárquica na França.

Além disso, na minha opinião, é mais provável que não haja uma vitória definitiva de um lado ou de outro. Após uma longa guerra, uma enorme perda de vidas e riquezas, ambos os lados estarão exaustos e uma certa paz será arranjada, deixando todas as questões em aberto, preparando assim uma nova guerra mais assassina que a atual.

A única esperança é a revolução; e como penso que é a derrota da Alemanha que muito provavelmente, devido ao presente estado de coisas, fará com que a revolução estoure, é por esta razão – é apenas por esta razão – que desejo a derrota da Alemanha.

É claro que me é permitido errar ao avaliar a verdadeira situação. Mas o que parece ser elementar e fundamental para todos os socialistas (anarquistas, ou outros) é que é preciso evitar qualquer tipo de compromisso com governos e classes dominantes, para poder aproveitar todas as oportunidades que possam surgir, e, em qualquer caso, poder reiniciar e continuar nossos preparativos e propaganda revolucionários.

PREPARAÇÃO PARA A PAZ (1914)

Karl Kautsky

Uma "Paz Vantajosa"

Mas, então, o que é vantajoso? "O que para um é uma coruja é para o outro um rouxinol." Uma coisa, porém, seria geralmente admitido. Para as massas, uma paz vantajosa é a que promete ser de longa duração, e que nada interfira na relação pacífica entre os povos.

A paz como resultado de uma trégua, seria absolutamente prejudicial. Ela seria usada por cada nação para acumular armamentos novos. E qualquer recuperação econômica, originária das feridas da guerra, se tornaria impossível.

A maior promessa de que a paz dure é quando os seus resultados encontram-se na direção do desenvolvimento histórico. Resultados que vão contra este desenvolvimento são, no entanto, uma fonte de isolamento permanente que não permite que as populações retornem a um estado de descanso.

A independência dos povos — isto é, a democracia — está na direção do desenvolvimento histórico. Esta democracia foi representada há cem anos, principalmente pela burguesia e pelo liberalismo. E hoje ela é representada pelo proletariado e pela Social-Democracia, em cada caso, uma crescente classe em desenvolvimento.

Estados baseados em Nações

A democracia só pode encontrar sua melhor expressão a partir de um Estado que consista de uma nação, com uma língua única. A produção moderna gera um contato maior entre as pessoas. Quanto mais as divisões internas diminuïrem e os membros do Estado falarem a mesma língua, a vida econômica, a do intelectual e do político podem proceder com mais eficiência. E com esse método de produção, surge a cooperação das classes inferiores para a vida intelectual e política, o que significaria o fortalecimento para toda a nação. Em um Estado, composto por várias nacionalidades que entre em colisão hostil com outro, o efeito seria a regressão do processo econômico e político, mais intensamente que o progresso derivado do desenvolvimento.

Seria, portanto, uma regressão negativa se algum dos grandes Estados nacionais que estão em guerra busque a vitória, a fim de anexar o território estrangeiro, e assim tornar-se um Estado com nacionalidades ao invés de um Estado nacional. Isso seria uma grande desgraça, não só para o derrotado, mas também para o vencedor. Tal ação também seria um prejuízo para a independência das nações, pois cada uma das nações envolvidas juraria só querer proteger sua própria independência e integridade.

A liberdade do domínio estrangeiro

Isso não quer dizer que qualquer mudança no mapa da Europa estaria em contradição com este princípio. A derrubada da dominação estrangeira em algumas nações seria benéfica para a situação acima. Se, por exemplo, a Rússia fosse derrotada, os habitantes da Polônia, as províncias do leste do Mar e a Finlândia iriam reivindicar o direito de gerir seus próprios assuntos sem coerção

externa, o que estaria bastante de acordo com as leis da democracia. O mesmo aconteceria no Egito Pérsia.

Também é de suma importância para todas as nações que quando a guerra chegar ao fim, as causas que a produziu devem ser superadas. Um conflito local entre a Áustria e a Sérvia não teria capacidade de resolver este mundo em chamas neste momento, pois a competição de armamentos já tinha dividido a Europa em dois campos hostis. Para acabar com esta situação atual deve ser mais fácil após o seu término. Pois, provavelmente as nações derrotadas serão obrigadas a se desarmar, e isso, indiretamente, afetará também os armamentos de seus antagonistas.

Desarmamento Compulsório

A partir deste desarmamento obrigatório pela nação derrotada, o nosso papel como social-democratas é protestar contra quaisquer formas humilhantes de degradação que possa vir a acontecer. Mas a coisa em si é muito séria para somente ficar no desejo. Social-democratas em todos os países apoiarão o desarmamento, e a diminuição da ameaça de armamento por seus vizinhos irão dar-lhes mais confiança para defender este desarmamento.

Um terceiro ponto a ser considerado é a respeito dos tratados comerciais. Os tratados existentes serão destruídos pela guerra, e novos acordos, que até agora são inatingíveis devido à pressão que a guerra produz, podem tornar-se viáveis e concluídos. É possível que o vencedor possa, a partir de seus interesses, forçar o livre comércio ou algo próximo a isso às nações derrotadas. Ou mesmo, que várias nações possam constituir-se a partir de um Zollverein. O que

significaria progresso se isto não fosse usado como um meio de proporcionar o livre comércio entre os países em uma área protegida, isto deve ser combatido.

A Social-Democracia para a Paz

Seria prematuro especular agora sobre possíveis deslocamentos de poder e suas consequências. Não podemos "dividir a pele do urso antes dele ser morto", todavia isto pode ser dito agora: Em todos os países, a Social-democracia será, certamente, o primeiro partido a demandar a conclusão da paz, e sempre trabalhar no sentido da moderação.

O sucesso que deveremos encontrar depende das condições que não podem ser reconhecidas hoje. Não são as pessoas que decidem sobre a paz, mais do que sobre a guerra. Entretanto, mesmo os Estados absolutistas devem contar com uma opinião pública fortemente ativa.

Entre as classes dominantes, as maiores diferenças estão muitas vezes em relação aos termos de paz. Nos casos em que as decisões estejam em equilíbrio, a consideração do povo pode ter algum peso, mesmo onde, em outros momentos, as pessoas não eram sequer consultadas.

SOBRE O ORGULHO DOS GRANDES RUSSOS

(1914)

Vladimir I. Lenin

Quando se fala, se comenta e se grita agora sobre a nacionalidade, sobre a pátria! Os ministros liberais e radicais da Inglaterra, uma infinidade de publicistas avançados da França (que se encontram plenamente de acordo com os publicistas da reação), um sem-número de escribas oficiais, democratas-constitucionalistas e progressistas (incluindo alguns populistas e marxistas) da Rússia — todos celebram de mil modos a liberdade e a independência da pátria, a grandeza do princípio da independência nacional. É impossível distinguir onde termina aqui o venal enaltecedor do verdugo Nicolau Románov ou dos torturadores dos negros e dos habitantes da Índia, onde começa o filisteu medíocre que vai na corrente por estupidez ou por falta de carácter. Mas nem sequer é importante diferenciá-lo. Temos diante de nós uma corrente ideológica muito ampla e muito profunda, cujas raízes estão ligadas muito solidamente aos interesses dos senhores latifundiários e capitalistas das nações dos Estados que são grandes potências. Para a propaganda das ideias vantajosas para estas classes são gastas dezenas e centenas de milhões por ano: é um grande moinho, que recebe água de toda a parte, a começar pelo convicto chauvinista Ménchikov e a terminar nos chauvinistas por oportunismo ou por falta de carácter, Plekhanov e Máslov, Rubanóvitch e Smirnov, Kropotkin e Burtsev.

Tentemos também nós, sociais-democratas grão-russos, definir a nossa atitude para com esta corrente ideológica. Para nós, representantes de uma nação de uma grande potência do extremo leste da Europa e de uma boa parte da Ásia, seria indecoroso esquecer o enorme significado da questão nacional;

particularmente num país que é chamado com razão prisão de povos; num momento em que precisamente no extremo leste da Europa e na Ásia o capitalismo está a despertar para a vida e para a consciência toda uma série de novas nações, grandes e pequenas; num momento em que a monarquia czarista pôs em armas milhões de grão-russos e alógenos para resolver toda uma série de questões nacionais de acordo com os interesses do conselho da nobreza unificada e dos Gutchkov, dos Krestóvnikov, dos Dolgorúkov, dos Kútler, dos Róditchev.

Ser-nos-á alheio a nós, proletários grão-russos conscientes, o sentimento de orgulho nacional? Naturalmente que não! Amamos a nossa língua e a nossa pátria, fazemos o máximo para que as suas massas trabalhadoras, (isto é, 9/10 da sua população) se elevem a uma vida consciente de democratas e socialistas. Causa-nos a maior dor ver e sentir a que violências, opressão e vexames submetem a nossa bela pátria os verdugos czaristas, os nobres e os capitalistas. Nos orgulhamo-nos de que essas violências tenham provocado resistências entre nós, entre os grão-russos, de que entre estes se tenham destacado um Radíchtchev, os dezembristas, os revolucionários raznotchintsi dos anos 70, de que a classe operária grã-russa tenha criado em 1905 um poderoso partido revolucionário de massas, de que o mujique grão-russo tenha começado ao mesmo tempo a tornar-se um democrata, tenha começado a derrubar o padre e o latifundiário.

Recordamos que há meio século atrás o democrata grão-russo Tchernichévski, consagrando a sua vida à causa da revolução, disse: nação miserável, nação de escravos, de alto abaixo — todos são escravos. Os escravos grão-russos declarados e encobertos (escravos em relação à monarquia czarista) não gostam de recordar estas palavras. Mas nós cremos que estas eram palavras

de autêntico amor à pátria, amor entristecido pela ausência de espírito revolucionário nas massas da população grã-russa. Então ele não existia. Atualmente, ainda que pouco, já existe. Estamos penetrados pelo sentimento de orgulho nacional porque a nação grã-russa também criou uma classe revolucionária, também provou que é capaz de dar à humanidade grandes exemplos de luta pela liberdade e pelo socialismo, e não apenas grandes pogroms, fileiras de forças, masmorras, grandes fomes e grande servilismo perante os padres, os tsares, os latifundiários e os capitalistas.

Estamos penetrados pelo sentimento de orgulho nacional, e precisamente por isso odiamos particularmente o nosso passado de escravos (quando os latifundiários nobres levavam para a guerra os mujiques para estrangular a liberdade da Hungria, da Polónia, da Pérsia, da China) e o nosso presente de escravos, quando os mesmos latifundiários, apoiados pelos capitalistas, nos levam à guerra para estrangular a Polónia e a Ucrânia, para esmagar o movimento democrático na Pérsia e na China, para reforçar o bando dos Románov, dos Bobrinski, dos Purichkévitich, que desonram a nossa dignidade nacional grã-russa. Ninguém é culpado de ter nascido escravo; mas o escravo que não só evita aspirar a conquistar a sua liberdade, mas também justifica e embeleza a sua escravidão (por exemplo, chama o estrangulamento da Polónia, da Ucrânia, etc, defesa da pátria dos grão-russos), tal escravo é um lacaios e um bruto que provoca um legítimo sentimento de indignação, de desprezo e de repugnância.

Não pode ser livre um povo que oprime outros povos, assim diziam os maiores representantes da democracia consequente do século XIX, Marx e Engels, que se tornaram os mestres do proletariado revolucionário. E nós, operários grão-russos, penetrados pelo sentimento de orgulho nacional,

queremos, aconteça o que acontecer, uma Grã-Rússia livre e independente, autônoma, democrática, republicana e orgulhosa, que assente as suas relações com os vizinhos no princípio humano da igualdade, e não no princípio feudal do privilégio, que humilha uma grande nação. E precisamente porque a queremos assim, dizemos: não se pode, no século XX, na Europa (ainda que seja na Europa extremo-oriental), defender a pátria de outra forma que não seja lutando com todos os meios revolucionários contra a monarquia, os latifundiários e os capitalistas da própria pátria, isto é, contra os piores inimigos da nossa pátria; os grão-russos não podem defender a pátria de outra forma que não seja desejando em qualquer guerra a derrota do czarismo, como o mal menor para 9/10 da população da Grã-Rússia, pois o czarismo não só oprime económica e politicamente estes 9/10 da população como também a desmoraliza, humilha, desonra, prostitui, habituando-a a oprimir outros povos, habituando-a a encobrir a sua vergonha com frases hipócritas, pretensamente patrióticas.

Objetar-nos-ão, talvez, que além do czarismo e sob a sua asa surgiu e se fortaleceu já outra força histórica, o capitalismo grão-russo, que faz um trabalho progressivo, centralizando economicamente e unindo enormes regiões. Mas tal objeção não justifica, antes acusava ainda mais fortemente os nossos socialistas-chauvinistas, a quem se deveria chamar socialistas do tsar e de Purichkévitch (como Marx chamou aos lassalianos socialistas do rei da Prússia). Admitamos mesmo que a história decidirá a questão a favor do capitalismo de grande potência grã-russo, contra cento e uma pequenas nações. Isto não é impossível, pois toda a história do capital é uma história de violências e de pilhagens, de sangue e de lama. E nós não somos de modo algum, partidários incondicionais de nações pequenas; nós somos incondicionalmente, sendo iguais as outras

condições, pela centralização e contra o ideal filisteu de relações federativas. Todavia, mesmo em tal caso, em primeiro lugar, não nos cabe, não cabe aos democratas (sem falar já dos socialistas), ajudar os Románov—Bobrínski—Purichkévitch a estrangular a Ucrânia, etc. Bismarck realizou à sua maneira, à maneira dos junkers, um trabalho histórico progressivo, mas seria um belo marxista aquele que nesta base pensasse justificar a ajuda socialista a Bismarck! E, além disso, Bismarck ajudou o desenvolvimento econômico ao unificar os alemães dispersos, que eram oprimidos por outros povos. Ao passo que o florescimento econômico e o rápido desenvolvimento da Grã-Rússia exigem a libertação do país da violência dos grão-russos sobre outros povos — esta diferença é esquecida pelos nossos admiradores dos quase-Bismarcks verdadeiramente russos.

Em segundo lugar, se a história decidir a questão a favor do capitalismo de grande potência grão-russo, daí decorre que será tanto maior o papel socialista do proletariado grão-russo, como principal propulsor da revolução comunista, gerada pelo capitalismo. Mas para a revolução do proletariado é necessária uma longa educação dos operários no espírito da mais plena igualdade e fraternidade nacionais. Consequentemente, do ponto de vista dos interesses precisamente do proletariado grão-russo, é necessária uma longa educação das massas no sentido da defesa mais decidida, consequente, corajosa e revolucionária da plena igualdade de direitos e do direito à autodeterminação de todas as nações oprimidas pelos grão-russos. O interesse entendido não servilmente do orgulho nacional dos grão-russos coincide com o interesse socialista dos proletários grão-russos (e de todos os outros proletários). O nosso modelo continuará a ser Marx, que, depois de viver décadas na , Inglaterra, se

tornou meio inglês e reivindicou liberdade e independência nacional para a Irlanda no interesse do movimento socialista dos operários ingleses.

Em contrapartida os nossos chauvinistas socialistas domésticos, Plekhanov, etc, etc, neste último e hipotético caso que foi por nós examinado, revelar-se-ão traidores não só à sua pátria, à livre e democrática Grã-Rússia, mas também traidores à fraternidade proletária de todos os povos da Rússia, isto é, à causa do socialismo.

O IMPERIALISMO DA CLASSE TRABALHADORA (1914)

Leon Trótski

A dependência do movimento proletário, particularmente em seus conflitos econômicos, do alcance e dos sucessos da política imperialista de Estado é uma questão que, até onde eu saiba, nunca foi discutida na imprensa socialista. Nem posso tentar resolvê-lo no curto espaço deste trabalho. Portanto, o que direi sobre este ponto terá necessariamente a natureza de uma breve revisão.

O proletariado está profundamente interessado no desenvolvimento das forças de produção. O Estado nacional criado na Europa pelas revoluções e guerras dos anos de 1789 a 1870 foi o tipo básico da evolução econômica do período passado. O proletariado contribuiu com toda a sua política consciente para o desenvolvimento das forças produtivas em bases nacionais. Apoiou a burguesia em seus conflitos com inimigos estrangeiros pela libertação nacional; também em seus conflitos com a monarquia, com o feudalismo e a igreja pela democracia política. E na medida em que a burguesia se voltou para a “lei e ordem”, ou seja, se tornou reacionária, o proletariado assumiu a tarefa histórica que a burguesia havia deixado incompleta. Ao defender uma política de paz, cultura e democracia, contra a burguesia, contribuiu para a ampliação do mercado nacional e, assim, deu impulso ao desenvolvimento das forças produtivas.

O proletariado tinha igual interesse econômico na democratização e no progresso cultural de todos os outros países em sua relação de comprador ou vendedor com seu próprio país. Nisso reside a garantia mais importante para a

solidariedade internacional do proletariado, tanto no que diz respeito aos objetivos finais quanto às políticas cotidianas. A luta contra os resquícios da barbárie feudal, contra as exigências ilimitadas do militarismo, contra os direitos agrários e os impostos indiretos era o principal objeto da política operária e servia, direta e indiretamente, para ajudar a desenvolver as forças produtivas. Essa é a razão pela qual a grande maioria do trabalho organizado uniu forças políticas com a social-democracia. Todos os obstáculos ao desenvolvimento das forças de produção atingem mais de perto os sindicatos.

À medida que o capitalismo passou de um terreno nacional para um internacional-imperialista, a produção nacional, e com ela a luta econômica do proletariado, passou a depender diretamente daquelas condições do mercado mundial que são asseguradas por dreadnoughts e canhões. Em outras palavras, em contradição com os interesses fundamentais do proletariado tomados em sua ampla extensão histórica, os interesses comerciais imediatos de vários estratos do proletariado mostraram depender diretamente dos sucessos ou fracassos das políticas externas dos governos.

A Inglaterra muito antes dos outros países colocou seu desenvolvimento capitalista na base do imperialismo predatório, e ela interessava as camadas superiores do proletariado em seu domínio mundial. Ao defender seus próprios interesses de classe, o proletariado inglês limitou-se a exercer pressão sobre os partidos burgueses que lhe concederam participação na exploração capitalista de outros países. Não iniciou uma política independente até que a Inglaterra começou a perder sua posição no mercado mundial, posta de lado, entre outros, por sua principal rival, a Alemanha.

Mas com o crescimento da Alemanha para a importância mundial industrial, cresceu a dependência de amplas camadas do proletariado alemão do

imperialismo alemão, não apenas materialmente, mas também idealmente. Os Vorwärts escreveram em 11 de agosto que os trabalhadores alemães, “contados entre os politicamente inteligentes, a quem pregamos os perigos do imperialismo há anos (embora com muito pouco sucesso, devemos confessar)” denunciam a neutralidade italiana como os chauvinistas mais radicais. Mas isso não impediu que os Vorwärts alimentassem os trabalhadores alemães com argumentos "racionais" e “democráticos” para justificar o trabalho sangrento do imperialismo. (A espinha dorsal de alguns escritores é tão flexível quanto suas canetas).

No entanto, tudo isso não altera os fatos. Quando chegou o momento decisivo, parecia não haver inimizade irreconciliável com as políticas imperialistas na consciência dos trabalhadores alemães. Pelo contrário, eles pareciam ouvir prontamente os sussurros imperialistas velados em fraseologia nacional e democrática. Não é a primeira vez que o imperialismo socialista se revela na social-democracia alemã. Basta lembrar que no Congresso Internacional de Stuttgart foi a maioria dos delegados alemães, notadamente os sindicalistas, que votaram contra a resolução marxista sobre a política colonial. A ocorrência causou mal-estar na época, mas seu verdadeiro significado aparece mais claramente à luz dos acontecimentos atuais. Agora a imprensa sindical está ligando a causa da classe trabalhadora alemã ao trabalho do exército com mais consciência e naturalidade do que os órgãos políticos.

Enquanto o capitalismo se manteve numa base nacional, o proletariado não poderia deixar de cooperar na democratização das relações políticas e no desenvolvimento das forças produtivas através de suas atividades parlamentares, comunais e outras. As tentativas dos anarquistas de estabelecer uma agitação revolucionária formal em oposição às lutas políticas da social-

democracia os condenaram ao isolamento e à extinção gradual. Mas quando os Estados capitalistas ultrapassam sua forma nacional para se tornarem potências mundiais imperialistas, o proletariado não pode se opor a esse novo imperialismo. E a razão é o chamado programa mínimo que moldou sua política na estrutura do estado nacional. Quando sua principal preocupação são os tratados tarifários e a legislação social, o proletariado é incapaz de despende a mesma energia na luta contra o imperialismo que gastou na luta contra o feudalismo. Ao aplicar seus velhos métodos de luta de classes – a constante adaptação frente aos movimentos dos mercados – às condições alteradas produzidas pelo imperialismo, ele próprio cai na dependência material e ideológica do imperialismo.

A única maneira de o proletariado lançar sua força revolucionária contra o imperialismo é sob a bandeira do socialismo. A classe operária é impotente contra o imperialismo enquanto suas grandes organizações mantêm suas velhas táticas oportunistas. A classe trabalhadora será toda-poderosa contra o imperialismo quando entrar no campo de batalha da Revolução Social.

Os métodos de oposição nacional-parlamentar não só não produzem resultados práticos, mas também deixam de apelar às massas trabalhadoras, porque os trabalhadores descobrem que, às costas dos parlamentares, o imperialismo, pela força armada, reduz os salários e a própria vida dos trabalhadores para uma dependência cada vez maior de seus sucessos no mercado mundial.

Estava claro para todo socialista pensante que a única maneira de fazer o proletariado passar do oportunismo à revolução não era pela agitação, mas por uma reviravolta histórica. Mas ninguém previu que a história escreveria essa inevitável mudança de tática por um colapso tão catastrófico da Internacional.

A história trabalha com uma implacabilidade titânica. O que é a Catedral de Reims para a História? E o que é algumas centenas ou milhares de reputações políticas? E o que é a vida ou morte de centenas de milhares ou de milhões?

O proletariado permaneceu muito tempo na escola preparatória, muito mais tempo do que seus grandes lutadores pioneiros pensavam. A história pegou sua vassoura na mão, varreu a Internacional dos epígonos em todas as direções e levou os lentos milhões para o campo onde suas últimas ilusões estão sendo lavadas em sangue. Um experimento terrível! De seu resultado talvez dependa o destino da civilização europeia.

NOVAS TÁTICAS CONTRA AS BASES PRÓ-GUERRA DA NOVA INTERNACIONAL (1915)

Anton Pannekoek

É preciso mais do que uma conferência de delegados dos partidos socialistas das nações neutras para reorganizar a Internacional. Tal conferência não pode sequer ser um instrumento para a paz, pois agora que todas as resoluções altissonantes da social-democracia se tornaram meras palavras vazias, ninguém sente qualquer respeito pelo seu poder.

Mesmo que os líderes de todos os partidos socialistas se encontrassem quando a guerra terminasse, caíssem no pescoço uns dos outros e perdoassem seus pecados nacionalistas, sua "Internacional" não seria nada mais do que uma Internacional de Líderes para a proteção de interesses comuns. Uma Internacional que obedientemente se desfaz em exércitos nacionais opostos quando a burguesia exige a guerra para sustentar seus interesses não é uma verdadeira Internacional do Trabalho. A Internacional do Proletariado só é possível quando fundada na oposição incessante e na luta crescente contra as classes dominantes. A primeira condição para uma verdadeira política internacional do Proletariado é a tática da luta de classes, a negação enfática de todo oportunismo na política interna.

Mas, mais do que isso, devemos assumir a luta contra a guerra, não com resoluções, mas fazendo tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar a guerra. Para evitar a guerra, a classe trabalhadora precisa de poder mental e poder material. A criação deste poder por si só pode tornar possível uma reorganização da Internacional.

O poder mental é necessário.

Enquanto uma classe dominante puder influenciar suas mentes de tal maneira que os trabalhadores peguem em armas contra outras nações, será impossível evitar guerras. Enquanto as teorias e palavras de ordem burguesas puderem arrastar os trabalhadores para a maré da guerra e do entusiasmo pela guerra, as fileiras da classe trabalhadora serão rompidas de novo e de novo, enquanto o socialismo for um sonho. Um desses lemas burgueses é o de "Guerras de Defesa".

A guerra de defesa

Vários socialistas americanos expressaram a opinião de que os social-democratas alemães eram os culpados por não terem impedido a guerra; por outro lado, sustentam que os camaradas franceses e belgas estavam absolutamente justificados em defender seu país quando este foi atacado.

Se esse julgamento, que surge fundamentalmente de uma atitude já fixada em favor de uma nação e contra a outra, estivesse certo, então os camaradas alemães seriam exonerados, juntamente com os da França e da Bélgica. Pois na Alemanha todo operário e todo social-democrata estava absolutamente convencido de que sua nação corria o risco de ser invadida pelo inimigo. Eles acreditavam, tão firmemente quanto os socialistas franceses, que estavam pegando em armas apenas para se defender.

Quem estava certo? Quem estava errado? Primeiro, vamos olhar para a França. Há mais de vinte anos, a França mantém uma aliança firme com a Rússia. Em 1902 veio o entendimento com a Inglaterra, a Entente, resolvendo

todos os antigos conflitos com a Inglaterra, a França, escolhendo lados com a Inglaterra no crescente antagonismo entre Inglaterra e Alemanha. Por França, queremos dizer aqui o governo francês, a camarilha de políticos, controlada pelas Altas Finanças, fazendo as ordens dos lobos do dinheiro e controlando o Parlamento por uma máquina partidária corrupta. O povo tem tão pouca influência na França quanto na Alemanha ou na Inglaterra. Desses governos falamos quando discutimos os conflitos e alianças da França, Inglaterra, Alemanha e Rússia. Os objetos de seus conflitos são sempre terras estrangeiras que desejam controlar como colônias ou como "esferas de influência", buscando enormes lucros para seu próprio capital. A Entente de 1902, por exemplo, consistiu apenas em um entendimento sobre o Egito e Marrocos, a França renunciando às suas reivindicações sobre o Egito e entregando-o aos ingleses, que o ocupam desde 1882; A Inglaterra, por outro lado, entregando Marrocos aos capitalistas franceses. Mas aqui um novo reclamante veio à frente. A Alemanha exigiu o direito de ser ouvida. O autor inglês Brailsford, cujo livro *The War of Steel and Gold* (que aparece pouco antes da guerra) apresenta em sua primeira parte uma excelente exposição dos fundamentos econômicos do imperialismo e da política moderna, diz:

"A tese alemã era perfeitamente simples e, em princípio, defensável. Era que a França e a Grã-Bretanha não tinham o direito, por uma negociação exclusiva, de resolver o destino do Marrocos sem consultar outras potências. A resposta da imprensa francesa e britânica foi mais plausível do que convincente. Foi o nosso caso que, como o que chamamos de 'comércio' de Marrocos está principalmente em mãos francesas e britânicas, a Alemanha não era, em nenhum sentido verdadeiro, uma parte interessada. O 'comércio' de Marrocos, se por essa palavra se entende a troca dos produtos

manufaturados europeus contra os produtos brutos da sua agricultura é, na melhor das hipóteses, desprezível. Ninguém arriscaria a vida dos soldados e o dinheiro dos contribuintes pelo bem do mercado marroquino. O que importa no Marrocos é a riqueza de suas minas virgens. Este era um campo aberto, e aqui a Alemanha tem uma reivindicação tão boa ou ruim quanto qualquer outra. Uma firma alemã, os Irmãos Mannesmann, podia de fato se gabar de ter obtido uma concessão exclusiva para trabalhar todas as minas do Marrocos em troca do dinheiro que havia emprestado a um envergonhado sultão durante suas guerras civis. Que esta era a verdadeira questão é provada pelos termos que foram discutidos mais de uma vez entre Paris e Berlim para a solução da controvérsia. Em 1910 foi concluída uma disputa ou resolução provisória do diferendo, que tinha apenas uma cláusula - que as financeiras alemãs partilhariam com as financeiras francesas as várias empresas, que visavam "abrir" Marrocos por portos, estradas-de-ferro, minas e outros trabalhos públicos. Nenhum efeito foi dado a esse empreendimento, e a irritação alemã com os atrasos da diplomacia francesa e das financeiras francesas culminou no despacho da canhoneira Panther para Agadir como um prelúdio para novas 'conversas'. Se o sr. Caillaux tivesse permanecido no poder, sabemos, pelas investigações subsequentes perante o Comitê do Senado, como essas conversas teriam terminado. Eles teriam efetuado não apenas um ajuste dos interesses coloniais franceses e alemães, mas um entendimento geral que abrangeria todo o campo das relações franco-alemãs. Os pontos sobre os quais ele havia começado a negociar eram todos econômicos, e o principal deles era uma proposta para acabar com o boicote das financeiras francesas à ferrovia de Bagdá e admitir títulos alemães à cotação na bolsa de Paris.”

Como duas feras famintas que fixaram os olhos na mesma presa, esses governos observam e se seguem furtivamente, rosnando e ameaçando, ora prontos para atacar, ora recuando – e então, quando de repente todo o bando

salta, saltando cada um sobre as costas dos outros, estrangulando e mordendo, venha o padre e decida: este aqui é o culpado, foi o primeiro a saltar; os outros estão apenas se defendendo? Entre os servidores do capital francês, foi Delcassé, sobretudo, quem se esforçou, junto com o rei Eduardo, para isolar a Alemanha, rebitar mais firmemente o anel de seus oponentes, afrouxar os laços que a prendiam a seus aliados. A Alemanha sentiu-se "encurralada", foi impedida por todos os lados em seus esforços para a expansão das potências da Entente. Isso foi verdade na época da crise de Agadir, quando Lloyd George ameaçou em seu discurso na Mansion House que a Inglaterra estava pronta para colocar sua força armada à disposição da França e instou a Alemanha a recuar. É digno de nota especial que essa ameaça, que poderia ter precipitado a guerra naquela época, foi aceita por apenas três pessoas, Asquith, Gray e Lloyd George: isto é, o governo parlamentar inglês! Essa atitude autocrática de três ministros ingleses é uma das causas da atual guerra: pois deixou na burguesia alemã a firme convicção de que seus inimigos, para impedir o crescimento da Alemanha, se prepararam para cercá-la cada vez mais, até que chegasse a hora em que estivessem prontos para atacá-la.

A causa imediata da guerra veio do Oriente. A França foi atraída como aliada da Rússia. Essa aliança prendeu rapidamente a França à Rússia; e só a Rússia falar em defesa da francesa que terá que se defender contra um ataque alemão. Foi este o caso? A primeira a atacar foi a Áustria, quando apresentou seu ultimato à Sérvia declarando guerra. A Rússia apoiou a Sérvia e ameaçou a Áustria; A Alemanha apoiou a Áustria e um ultimato à Rússia. A Rússia poderia ter evitado uma guerra interrompendo sua mobilização, a Alemanha poderia tê-la evitado pressionando a Áustria. E deveríamos dizer: "A verdadeira razão está muito mais longe; a Rússia se mobilizou porque a Alemanha a humilhou em

1909; não a Áustria, mas a Sérvia foi o primeiro agressor, quando inspirou o assassinato do príncipe austríaco"? – mas prova que um exame atento da questão de quem foi o agressor nos leva a uma teia emaranhada de brigas e antagonismos passados. Deparamo-nos com a Áustria atormentando os sérvios que lutam por um grande Estado nacional e portos de exportação; a Áustria com o objetivo de estender seus poderes sobre os Balcãs; conflitos imperialistas entre a Rússia e a Alemanha na Armênia.

A guerra de 1914 não veio porque uma nação atacou outra voluntariamente com malícia planejada; veio porque, em certo grau de tensão, Rússia e Alemanha disseram a si mesmas: "Se deve ser, que seja agora!" Eles agarraram a oportunidade. Nos últimos dias de julho, uma tentativa infrutífera foi feita para persuadir a Áustria e a Rússia a chegarem a um acordo na controvérsia sérvia; o que impediu a paz foi o ultimato dado pela Alemanha — segundo a Inglaterra; foi a mobilização da Rússia — segundo a Alemanha. Na realidade não há como distinguir o agressor do defensor; cada um ataca e se defende do outro. Nesta luta pelo poder mundial, qualquer diferenciação entre guerras "agressivas" e "defensivas" não faz sentido.

No entanto, essa diferenciação desempenhou um papel importante no movimento social-democrata. Repetidamente os socialistas declararam abertamente que se opunham a toda guerra, mas que defenderiam seus países se atacados. Líderes proeminentes do partido, como Bebel, adotaram esse ponto de vista. Kautsky se opôs a ele na convenção de 1906 em Essen, chamando a atenção para o fato de que o governo sempre pode fazer parecer que sua nação está sendo atacada. Quão verdadeiro é esse ponto de vista, a guerra de 1870 com a mensagem falsificada de Bismarck, bem como a guerra atual, mostram claramente.

Mas isso não elimina inteiramente o assunto. Esse ponto de vista fundamenta-se na concepção de que as guerras são precipitadas à vontade pela ação do próprio governo ou de um governo estrangeiro. A posição do proletariado então deveria ser: Abaixo os perturbadores da paz! Isso pode ter sido verdade em algum momento; mas não hoje. A guerra hoje é guerra imperialista; o perturbador é o desenvolvimento capitalista, capital faminto por poder mundial. Todos querem poder, terra, colônias. Eles ameaçam e são ameaçados um pelo outro. Nenhum deles desejava a guerra voluntariamente, conscientemente, mas todos sabiam que era inevitável e atacavam quando as chances eram favoráveis. Essas circunstâncias fazem a guerra parecer a toda burguesia, a todo governo, uma guerra de defesa. Foi mais do que meras tentativas hipócritas de enganar o povo. Foi uma guerra em defesa de seu poder mundial, seus objetivos mundiais contra os de seus concorrentes. Assim, cada um sentiu que estava certo e saiu com toda a energia e convicção que possuía para abrir o caminho para o futuro. Para a massa do povo, a palavra defesa tem um significado totalmente diferente. Agricultores e pequenos cidadãos nada sabiam da política mundial. Quando lhes dizem: "Os russos nos ameaçam, os alemães estão nos atacando", isso significa para eles uma defesa de sua paz e de seu sustento. A palavra de ordem que tantos socialistas usam, "Participe apenas de uma guerra de defesa", é a tradução política do velho ponto de vista burguês e do pequeno agricultor: "Deixo em paz aquele que me deixa em paz, mas aquele que perturba a paz de minha casa, eu ferirei a cabeça."

Portanto, era natural e necessário que a classe dominante fizesse a guerra parecer uma guerra de defesa. Esta mentira por si só poderia fazer a massa do povo apoiar a guerra. Os elementos da classe média e dos agricultores vieram por vontade própria, o Partido Socialista respondeu à velha fórmula que prevê

a participação nas guerras de defesa. Esta fórmula, na atualidade, serve apenas para tornar os trabalhadores dispostos a ir à guerra pelo imperialismo. Se em tempos futuros as guerras devem ser evitadas pela ação do proletariado, primeiro será necessário que eles se tornem mentalmente livres da influência burguesa e das tradições da classe média. Uma nova Internacional só pode ser construída sobre um princípio: "Abaixo toda a guerra, abaixo a guerra de defesa!"

Ação contra a guerra

Não é suficiente que os trabalhadores se opunham à guerra, a cada guerra, se recusem a se deixar levar pelo grito de defesa nacional. Eles também devem ter o poder e os meios para evitar a guerra.

Na Revista Socialista Internacional de novembro, um escritor condena com razão os socialistas europeus em termos não medidos por terem violado seu dever como socialistas. Ele despedaça os argumentos frágeis de "defesa", "pátria" e "cultura". Mas quando ele chega à pergunta: "Os socialistas poderiam ter agido de outra forma? Eles poderiam ter evitado a guerra?" sua resposta é: "Uma análise cuidadosa dos fatos prova que eles podiam. Estavam no poder de decidir. Havia apenas um curso que eles poderiam ter adotado. Seria desesperado, sangrento, mas poderia ter salvado milhões de vidas. A única arma que poderia ter derrotado o choque assassino do militarismo, seria a revolução!"

Esta resposta não irá satisfazer muitos leitores. Além disso, desculpará os socialistas alemães aos olhos de muitos outros. Pois não há a menor dúvida de que a Alemanha, para não falar dos outros países, não estava pronta para uma revolução proletária. O número daqueles que se opõem aos socialistas lá é

novamente tão grande quanto o número daqueles que votam nos socialistas. Mesmo entre estes, apenas uma parte lutaria ativamente pelo socialismo. Atrás dos outros está todo o poder da nação. Se a revolução fosse a única alternativa, teríamos que admitir que os socialistas alemães, assim como os outros, não poderiam ter agido de forma diferente, que foram forçados a se submeter sem oposição aos comandos de guerra da burguesia.

Mas esta conclusão é falsa. Para deixar isso claro, vamos primeiro examinar o significado da palavra "revolução". O que parece no horizonte distante um único e fino traço de cor torna-se, à medida que nos aproximamos, uma ampla paisagem com colinas e vales, cheios de variações. Assim, uma revolução, que ao longe surge como um objetivo final indivisível, como um ato único e resplandecente, torna-se, à medida que a abordamos, todo um período histórico com características peculiares, cheio de cargas, de subidas e descidas, de grandes acontecimentos e mortificantes. Aquele que está longe da meta em meio ao primeiro período de propaganda e mobilização de forças, no primeiro período do despertar operário, tem razão quando aponta a revolução como algo em um futuro distante, como o sinal para todas as grandes mudanças que estão por vir. Ali está a montanha, o cume brilhante, cuja vista nos inspira coragem e paciência enquanto forçamos dolorosamente nosso caminho através de matagais e pântanos. Mas quando as grandes massas estão organizadas e cheias do espírito do socialismo, a Revolução deixa de ser um ideal e se torna uma questão prática. O ideal distante torna-se uma prática definida e difícil. Como vamos continuar? Aquele que está no sopé da montanha ainda tem o caminho mais difícil, o mais próximo a percorrer.

Agora só ele pode vê-lo claramente. Esta foi, aproximadamente, a posição do movimento operário alemão. Aos camaradas de outros países parecia tão

grande, tão poderoso, tão forte, que perguntaram: Por que os alemães não fazem uma revolução? Na realidade, eles estavam apenas no sopé da montanha. Na realidade, o proletariado alemão viu com mais clareza quão difícil, quão grande ainda era a luta, quão longe ainda estava a vitória e o socialismo.

Não se fazem revoluções; elas crescem a partir de ações, movimentos, lutas, quando as circunstâncias se tornam maduras. Esse amadurecimento das condições depende da existência de uma classe revolucionária internamente tão forte, possuidora de um poder social tão grande, que toda luta, toda ação resulta em uma vitória. A grande Revolução Francesa, por exemplo, foi uma longa cadeia de rebeliões, de reuniões de corpos delegados, de legislação pacífica e guerras sangrentas. Foi devido à força e à obstinada autoconfiança da classe média que o início, a convocação da "Generalstannde" para aliviar as dificuldades financeiras de seus governos, culminou na Revolução. Cada palavra corajosa, cada ato ousado, cada batalha amarga com o governo despertou energia e entusiasmo em milhares e os atraiu para a luta. A determinação deles forçou o governo a fazer concessões, mas cada nova concessão, cada nova tentativa de repressão enfraquecia a posição do governo. Os primeiros representantes que se reuniram em 1789 tinham apenas objetivos modestos; eles mal conheciam a força de sua própria classe. Somente durante a Revolução e através dela, sua força e a força da classe média cresceram e com seu poder cresceram suas demandas. Em 1848 vemos desenvolvimentos semelhantes. A causa imediata foi um conflito parlamentar entre a oposição da classe média e o governo. A proibição de uma manifestação pública resultou em tumultos, que se alimentaram da profunda insatisfação das massas e da pequena burguesia até que todo o sistema governamental fosse derrubado. E se olharmos para a Revolução em um sentido ainda mais amplo, como a conquista do poder pela

nova classe da burguesia, vemos um processo que durou centenas de anos, amargas lutas de classes alternadas com períodos de crescimento silencioso do poder econômico.

A revolução proletária, que mais uma vez deve colocar uma nova classe no poder, também será um longo processo histórico, embora possa ser concluído em um tempo comparativamente muito mais curto do que a ascensão da burguesia ao poder, devido à rapidez do crescimento econômico. Esse processo se divide naturalmente em uma série de ações revolucionárias fragmentadas, que se alternam com períodos de quietude, de organização pacífica e até de colapso periódico.

Para uma ação revolucionária desse tipo não é necessário que a maioria dos trabalhadores pense como socialista, que eles estejam dispostos a sacrificar tudo pela Revolução Socialista. As minorias podem empreender tais ações quando sentem que as massas irrefletidas simpatizam com seu objetivo e podem ser arrastadas pela força do movimento. É claro que o poder do proletariado, sua organização e consciência de classe, devem ter atingido um certo estágio para se engajar nessa ação revolucionária. E por esta ação se fortalece a esperança, a energia e a consciência de classe proletária, a solidariedade das massas, em suma a força do proletariado, para que sejam capazes de empreender lutas ainda mais difíceis.

O objetivo de tal ação não é a Revolução. Essas ações são empreendidas para obter fins mais insignificantes, que podem ser chamados de reformas importantes. Mas o sucesso da luta ou talvez a oposição que necessariamente exige uma atividade mais enérgica, significará maior força, coragem e autoconfiança. Os objetivos crescem cada vez mais à medida que o escopo da luta se amplia. Os "Etats généraux" de 1789 não pensavam em república nem

em governo parlamentar, a oposição de 1848 desejava apenas ministros mais liberais. Mas o desenvolvimento de um sentimento de poder no povo os levou muito além desse objetivo original. Certamente, as cidadelas podem ser conquistadas em uma tempestade que está além da força que foi conquistada, e podem então ser perdidas em uma contra-revolução. Os reformistas prometem aos trabalhadores que eles podem obter melhorias e reformas unindo-se aos partidos capitalistas e abandonando a luta de classes, que essas reformas melhoraram a condição dos trabalhadores, que eles receberão direitos e influência constantemente crescentes, para que o mundo finalmente se torne um lugar bastante atraente para eles. Muitos radicais falam do objetivo final, a Revolução, para o qual devemos fortalecer nossa organização, para que possamos, quando for a hora, subitamente derrubar o governo do Capital por uma gigantesca rebelião. Sustentamos, por outro lado, que o domínio capitalista não pode ser destruído de um só golpe, que será necessária uma série de lutas que, cada uma em si, trará um ganho parcial, na medida em que as massas forcem e as classes dominantes cedam. Mas cada vitória parcial deve ser conquistada pelos conflitos revolucionários. Em 1893, o Parlamento belga e, em 1905, o czar, foram forçados a ceder a uma greve de massa. Na Rússia, nos últimos anos, os trabalhadores foram obrigados a lutar pelos direitos mais fundamentais, por sua organização e sua imprensa, pelos meios silenciosos de cobranças e prisões, pelos meios maiores de manifestações e greves. Na América, os trabalhadores lutaram pelo direito de organização e reunião de maneira revolucionária, sacrificando seus próprios interesses. Eles não podiam esperar ganhar essas reformas pedindo esmola e a boa vontade da burguesia. Não diziam: "Por que lutar por medidas tão insignificantes? Queremos a Revolução!" Na Alemanha, a luta pelo sufrágio popular na Prússia começou há

cinco anos com os meios revolucionários de colossais manifestações de rua, apesar da proibição policial. Desde então, esse movimento parou porque os líderes temiam que o governo esmagasse as organizações dos trabalhadores. Cada uma dessas ações fortaleceu o poder, a coragem e a organização dos trabalhadores. Sua descontinuidade marca o início do declínio, foi o precursor da atual queda.

Na época das revoluções burguesas as ações decisivas foram a guerra civil, como na Inglaterra em 1646; rebeliões armadas, como em Paris em 1790; batalhas de rua e barricadas, como em 1848. No movimento proletário, o método do conflito armado desempenhou um papel apenas no período mais antigo, quando o Exército ainda era pequeno, técnica primitiva, cidades pequenas e o povo de caráter de classe média. Hoje estamos em um período de exércitos gigantescos e serviço militar obrigatório, governos centralizados, cidades gigantes com milhões de trabalhadores; — e outros métodos prevalecem. A pressão que as massas agora podem exercer, manifestando-se nas ruas e expressando seus desejos, apesar dos clubes de policiais, é uma advertência ao governo; a prontidão para o sacrifício é a medida de sua determinação. Mais eficaz ainda é a greve de massas, quando o proletariado usa seu poder sobre a produção para paralisar toda a vida industrial da nação; nenhum governo pode governar por qualquer período de tempo contra a resistência determinada das massas.

Essas ações de massa são o método revolucionário do proletariado moderno. Eles só são possíveis quando os números, a prontidão para lutar, a solidariedade e a compreensão do proletariado atingiram um nível elevado. Mas, por outro lado, despertam em grande medida essas qualidades, atraem novos

lutadores que ficaram de lado, aumentam sua coragem, seu conhecimento, sua solidariedade.

Em vez de uma única Revolução, encontramos uma série de ações revolucionárias, que percorrem todo o período histórico em que o proletariado luta pela supremacia. Cada uma dessas ações tem um objetivo concreto, que não é a Revolução inteira e, conseqüentemente, pode ser concedido pela classe dominante se for forçado a isso por necessidade. Cada uma dessas lutas, cada uma dessas ações, aumenta a força do proletariado. Cada um ajuda a construir a base de sua supremacia e mina um pouco o poder da classe dominante. Quando, finalmente, o poder do proletariado estiver completamente construído, quando sua organização, seu poder e sua solidariedade, sua consciência de classe e sua compreensão social atingirem o ponto mais alto, quando ao mesmo tempo a posição moral, a autoridade, a força e a força física do governo forem quebradas, então o domínio de classe do capitalismo desmoronará como uma casca vazia. A Revolução será realizada.

Se perguntarmos novamente: poderia o proletariado alemão ter feito alguma coisa contra a guerra – porque era mais forte em organização e conhecimento – a resposta é sim. Não poderia ter feito uma Revolução, mas poderia ter usado a ação revolucionária. Poderia ter exercido uma pressão extraordinária sobre o governo convocando manifestações e greves em massa na semana anterior ao início da guerra, se estivesse determinado a combater a guerra com todas as suas forças.

Sabemos que as condições não estavam maduras para tal luta. Havia grandes massas socialistas e organizações fortes – como seria necessário em outros países também – mas eles não sabiam como agir por iniciativa própria, os líderes temiam que uma luta significasse a destruição da organização. O

movimento não estava preparado para o uso de táticas revolucionárias – e ação de massa. Mas esta guerra não será a última.

Em algumas décadas, poderemos estar diante de uma nova e maior guerra mundial. Então o proletariado da Europa e da América enfrentará novamente a questão: como podemos evitar esta guerra? Então, não devemos implorar como fizemos em Basileia em 1912. Então a Internacional do Trabalho deve saber que deve se opor ao espírito de guerra das classes dominantes em todas as nações com a ação revolucionária de massas das organizações e uma classe trabalhadora socialista, para que não seja novamente rasgado e esmagado no tumulto. A determinação de adotar uma tática revolucionária contra a guerra deve ser a base da nova Internacional!

O PROLETARIADO REVOLUCIONÁRIO E O DIREITO DAS NAÇÕES À AUTODETERMINAÇÃO (1915)

Vladimir I. Lenin

O manifesto de Zimmerwald, tal como a maioria dos programas ou resoluções táticas dos partidos sociais-democratas, proclama o direito dos povos à autodeterminação. Parabellum, nos n.ºs 252-253 do *Berner Tagwacht* declara ilusória a luta pelo inexistente direito à autodeterminação e opõe-lhe a luta revolucionária de massas do proletariado contra o capitalismo, assegurando ao mesmo tempo que nós somos contra as anexações (esta afirmação é repetida cinco vezes no artigo de Parabellum) e contra quaisquer violências sobre as nações.

A fundamentação da posição de Parabellum reduz-se a dizer que atualmente todas as questões nacionais, a questão da Alsácia-Lorena, a questão arménia, etc., são questões do imperialismo — que o capital ultrapassou os limites dos Estados nacionais — que se não pode fazer andar a roda da história para trás, para o ideal ultrapassado dos Estados nacionais, etc.

Vejamos se os raciocínios de Parabellum são corretos.

Em primeiro lugar, é precisamente Parabellum que olha para trás, e não para a frente, quando, partindo em campanha contra a adoção pela classe operária do ideal do Estado nacional, volta os olhos para a Inglaterra, a França, a Itália, a Alemanha, isto é, para os países onde o movimento de libertação nacional pertence ao passado, e não para o Oriente, para a Ásia, a África, as colônias, onde esse movimento pertence ao presente e ao futuro. Basta citar a Índia, a China, a Pérsia, o Egito.

Prossigamos. O imperialismo significa que o capital ultrapassou o quadro dos Estados nacionais, significa o alargamento e a agudização da opressão nacional sobre uma nova base histórica. Daí decorre precisamente, ao contrário do que diz Parabellum, que nós devemos ligar a luta revolucionária pelo socialismo a um programa revolucionário na questão nacional.

Acontece que Parabellum, em nome da revolução socialista, rejeita com desdém um programa consequentemente revolucionário no domínio democrático. Isto é errado. O proletariado não pode vencer senão através da democracia, isto é, realizando integralmente a democracia e ligando a cada passo da sua luta reivindicações democráticas formuladas da maneira mais decidida. É absurdo opor a revolução socialista e a luta revolucionária contra o capitalismo a uma das questões da democracia, neste caso a questão nacional. Devemos combinar a luta revolucionária contra o capitalismo a um programa e a uma tática revolucionária em relação a todas as reivindicações democráticas: república, milícia, eleição dos funcionários pelo povo, igualdade de direitos das mulheres, autodeterminação das nações, etc. Enquanto existir o capitalismo, todas essas reivindicações só serão realizáveis como excepção e mesmo assim de maneira incompleta e deformada. Apoiando-nos na democracia já existente, desmascarando o seu carácter incompleto sob o capitalismo, nós exigimos a derrubada do capitalismo, a expropriação da burguesia, como base necessária tanto para liquidar a miséria das massas como para a completa e integral realização de todas as transformações democráticas. Algumas dessas transformações foram iniciadas antes da derrubada da burguesia, outras durante essa derrubada, outras ainda depois dela. A revolução social não é uma batalha única, mas uma época com toda uma série de batalhas por todas e cada uma das questões das transformações económicas e democráticas, que só terminarão

com a expropriação da burguesia. É precisamente em nome desse objetivo final que devemos formular de modo consequentemente revolucionário cada uma das nossas reivindicações democráticas. É inteiramente concebível que os operários de qualquer país determinado derrubem a burguesia antes da realização integral mesmo de uma só transformação democrática essencial. Mas é completamente inconcebível que o proletariado, como classe histórica, possa vencer a burguesia se não estiver preparado para isso por uma educação no espírito do democratismo mais consequente e resolutamente revolucionário.

O imperialismo é a progressiva opressão das nações do mundo por um punhado de grandes potências, é a época das guerras entre estas pelo alargamento e o reforço da opressão sobre as nações, a época da mistificação das massas populares pelos sociais-patriotas hipócritas, isto é, por pessoas que a pretexto da liberdade das nações, do direito das nações à autodeterminação e da defesa da pátria justificam e defendem a opressão da maioria das nações do mundo pelas grandes potências.

Por isso, um ponto central no programa da social-democracia deve ser precisamente a divisão das nações em opressoras e oprimidas, que constitui a essência do imperialismo e que é mentirosamente professada pelos sociais-chauvinistas e por Kautsky. Essa divisão não é essencial do ponto de vista do pacifismo burguês ou da utopia pequeno-burguesa da concorrência pacífica entre nações independentes no capitalismo, mas é essencial do ponto de vista da luta revolucionária contra o imperialismo. E dessa divisão deve decorrer a nossa definição do direito das nações à autodeterminação, definição consequentemente democrática, revolucionária e conforme com a tarefa geral da luta imediata pelo socialismo. Em nome desse direito, defendendo o seu reconhecimento sem hipocrisias, os sociais-democratas das nações opressoras

devem reivindicar a liberdade de separação das nações oprimidas — pois do contrário o reconhecimento da igualdade de direitos das nações e a solidariedade internacional dos operários seria na prática apenas uma palavra oca, apenas uma hipocrisia. Quanto aos sociais-democratas das nações oprimidas, devem pôr em realce a unidade e a fusão dos operários das nações oprimidas com os operários das nações opressoras — pois do contrário esses sociais-democratas tornar-se-ão involuntariamente aliados de uma ou outra burguesia nacional, que trai sempre os interesses do povo e a democracia, sempre pronta, por seu lado, a anexar e oprimir outras nações.

Pode servir de exemplo instrutivo a maneira como se colocava a questão nacional no final dos anos 60 do século passado. Os democratas pequeno-burgueses, estranhos a qualquer ideia de luta de classes e de revolução socialista, desenharam a utopia de uma concorrência pacífica entre nações livres e iguais em direitos no capitalismo. Os proudhonistas negavam completamente a questão nacional e o direito das nações à autodeterminação do ponto de vista das tarefas imediatas da revolução social. Marx ridicularizou o proudhonismo francês e mostrou a sua afinidade com o chauvinismo francês (toda a Europa pode e deve ficar tranquila e pacificamente sentada sobre o seu traseiro até que os senhores na França liquidem a miséria... sem que eles próprios se apercebem disso, compreendam, ao que parece, por negação das nacionalidades, a sua absorção pela nação-modelo, pela nação francesa). Marx reivindicava a separação da Irlanda da Inglaterra — mesmo que depois da separação se chegasse à federação — e reivindicava-a não do ponto de vista da utopia pequeno-burguesa do capitalismo pacífico, nem da justiça para com a Irlanda, mas do ponto de vista dos interesses da luta revolucionária do proletariado da nação opressora, isto é, inglesa, contra o capitalismo. A liberdade desta nação

era tolhida e deformada pelo fato dela oprimir outra nação. O internacionalismo do proletariado inglês seria uma frase hipócrita se ele não reivindicasse a separação da Irlanda. Não tendo nunca sido partidário dos pequenos Estados, nem da fragmentação estatal em geral, nem do princípio da federação, Marx considerava a separação da nação oprimida como um passo para a federação e, por conseguinte, não para a fragmentação mas para a concentração tanto política como econômica, mas uma concentração numa base democrática. Do ponto de vista de Parabellum, Marx travou, provavelmente, uma luta ilusória ao expor esta reivindicação de separação da Irlanda. Mas na realidade só essa reivindicação era um programa consequentemente revolucionário, só ela correspondia ao internacionalismo, só ela defendia a concentração de modo não imperialista.

O imperialismo dos nossos dias conduziu a que a opressão de nações pelas grandes potências se tenha tornado um fenômeno generalizado. É precisamente o ponto de vista da luta contra o social-chauvinismo das nações que são grandes potências, as quais travam presentemente uma guerra imperialista para reforçar a opressão sobre as nações e oprimem a maioria das nações do mundo e a maioria da população da terra, é precisamente esse ponto de vista que deve ser decisivo, principal, fundamental no programa nacional da social-democracia.

Veamos as atuais tendências do pensamento social-democrata sobre esta questão. Os utopistas pequeno-burgueses que sonham com a igualdade e a paz entre as nações no capitalismo cederam o lugar aos sociais-imperialistas. Ao lutar contra os primeiros, Parabellum luta contra moinhos de vento, fazendo involuntariamente o jogo dos segundos. Qual é o programa dos sociais-chauvinistas na questão nacional?

Ou negam de totalmente o direito à autodeterminação, apresentando argumentos no gênero dos de Parabellum (Cunow, Parvus, os oportunistas russos: Semkovski, Libman, etc.). Ou então reconhecem esse direito de maneira claramente hipócrita, não o aplicando precisamente às nações que são oprimidas pela sua própria nação ou pelos aliados militares da sua própria nação (Plekhanov, Hyndman, todos os patriotas francófilos, depois Scheidemann, etc., etc.). A formulação mais plausível, e por isso mais perigosa para o proletariado, da mentira social-chauvinista é feita por Kautsky. Em palavras ele é a favor da autodeterminação das nações, em palavras ele é a favor de que o partido social-democrata *die Selbständigkeit der Nationen allseitig (!!) und rückhaltlos (??) achtet und fordert* (*Neue Zeit*, 33, II, S. 241; 21.V. 1915). Mas na realidade ele adapta o programa nacional ao social-chauvinismo dominante, deturpa-o e trunca-o, não define com precisão os deveres dos socialistas das nações opressoras e falsifica mesmo abertamente o princípio democrático, dizendo que exigir a independência estatal (*staatliche Selbständigkeit*) para cada nação significaria exigir demasiado (*zu viel*, *Neue Zeit*, 33, II, 77; 16.IV. 1915). Basta, vejam bem, a autonomia nacional!! E precisamente a questão principal, aquela que a burguesia imperialista não permite abordar — a questão das fronteiras do Estado, baseado na opressão das nações —, Kautsky elude-a, retirando do programa aquilo que é mais essencial, para agradar a essa burguesia. A burguesia está pronta a prometer qualquer igualdade das nações e qualquer autonomia nacional desde que o proletariado se mantenha no quadro da legalidade e se psubmeta pacificamente na questão das fronteiras do Estado! Kautsky formula o programa nacional da social-democracia de maneira reformista e não revolucionária.

O Parteivorstand, Kautsky, Plekhanov e C^a subscrevem com as duas mãos o programa nacional de Parabellum, ou melhor, a sua afirmação de que nós somos contra as anexações, precisamente porque esse programa não desmascara os social-patriotas dominantes. Esse programa subscrevem-no também os burgueses pacifistas. O magnífico programa geral de Parabellum (luta revolucionária de massas contra o capitalismo) serve-lhe — tal como aos proudhonistas dos anos 60 — não para, de acordo com ele, no seu espírito, elaborar um programa intransigente, igualmente revolucionário, na questão nacional, mas para limpar aqui o terreno aos sociais-patriotas. A maioria dos socialistas do mundo pertencem na nossa época imperialista às nações que oprimem outras nações e que procuram alargar essa opressão. Por isso a nossa luta contra as anexações será uma luta sem conteúdo, que nada terá de assustador para os sociais-patriotas, se nós não declararmos: o socialista de uma nação opressora que não faça tanto em tempo de paz como em tempo de guerra propaganda da liberdade de separação das nações oprimidas não é socialista nem internacionalista, é chauvinista! O socialista de uma nação opressora que não faça essa propaganda a despeito das proibições dos governos, isto é, na imprensa livre, isto é, ilegal, será um partidário hipócrita da igualdade de direitos das nações!

A propósito da Rússia, que ainda não terminou a sua revolução democrática burguesa, Parabellum disse uma única frase:

Selbst das wirtschaftlich sehr zurückgebliebene RuBland hat in der Haltung der Polnischen, Lettischen, Armenischen Bourgeoisie gezeigt, daB nicht nur die militärische Bewachung es ist, die die Völker in diesem "Zuchthaus der Völker" zusammenhält, sondern Bedürfnisse der

kapitalistischen Expansion, für die das ungeheure Territorium ein glänzender Boden der Entwicklung ist.)

Isto não é um ponto de vista social-democrata mas burguês liberal, não é internacionalista mas chauvinista grão-russo. Parabellum, que luta tão admiravelmente contra os social-patriotas alemães, conhece pelo visto muito mal este último chauvinismo. Para fazer desta frase de Parabellum uma tese social-democrata e tirar conclusões sociais-democratas, é necessário modificá-la e completá-la do seguinte modo:

A Rússia é uma prisão de povos não apenas em consequência do carácter militar-feudal do tsarismo, não apenas porque a burguesia grã-russa apoia o tsarismo, mas também porque a burguesia polaca, etc., sacrificou aos interesses da expansão capitalista a liberdade das nações, do mesmo modo que a democracia em geral. O proletariado da Rússia não pode nem marchar à frente do povo para a revolução democrática vitoriosa (esta é a sua tarefa mais imediata) nem lutar juntamente com os seus irmãos proletários da Europa pela revolução socialista sem reivindicar desde já completa e rückhaltlos, a liberdade, para todas as nações oprimidas pelo tsarismo, de se separarem da Rússia. Não reivindicamos isto independentemente da nossa luta revolucionária pelo socialismo, mas porque esta luta será uma palavra oca se não a ligarmos num todo com a formulação revolucionária de todas as questões democráticas, incluindo a questão nacional. Nós reivindicamos a liberdade de autodeterminação, isto é, a independência, isto é, a liberdade de separação das nações oprimidas, não porque sonhamos com o fraccionamento económico ou com o ideal de pequenos Estados, mas, pelo contrário, porque queremos

grandes Estados e a aproximação, e mesmo a fusão, das nações, mas numa base autenticamente democrática, autenticamente internacionalista, inconcebível sem a liberdade de separação. Tal como Marx em 1869 reivindicava a separação da Irlanda não para o fraccionamento mas para a futura união livre da Irlanda com a Inglaterra, não por justiça para com a Irlanda mas no interesse da luta revolucionária do proletariado inglês, assim nós consideramos que a recusa dos socialistas da Rússia a reivindicar a liberdade de autodeterminação das nações, no sentido por nós indicado, é uma traição direta à democracia, ao internacionalismo e ao socialismo.

A INTERNACIONAL ANARQUISTA - MANIFESTO ANTI-GUERRA (1915)

A Europa em chamas, dezenas de milhões de homens em desacordo na carnificina mais assustadora da história registrada, centenas de milhões de mulheres e crianças em prantos, a vida econômica, intelectual e moral de sete grandes povos brutalmente suspensa, com a ameaça cada vez mais grave de outras complicações militares – tal é, cinco meses depois, o espetáculo sombrio, angustiante e odioso oferecido pelo mundo civilizado.

Mas esse espetáculo foi antecipado, pelo menos pelos anarquistas.

Pois nunca houve e não há dúvida – e os horríveis acontecimentos de hoje reforçam essa confiança – que a guerra está permanentemente incubada dentro do corpo existente da sociedade e que o conflito armado, seja ele específico ou geral, nas colônias ou na Europa, é a natural consequência e destino necessário e inescapável de um regime fundado na desigualdade econômica de seus cidadãos, baseado no desenfreado choque de interesses e colocando o mundo do trabalho sob a estreita e dolorosa supervisão de uma minoria de parasitas que detêm tanto o poder político quanto o poder econômico. A guerra era inevitável; de qualquer lado, simplesmente tinha que vir. Não é à toa que o último meio século foi gasto na preparação febril dos armamentos mais formidáveis e a cada dia que passava os orçamentos da morte aumentavam. Refinamento contínuo dos materiais de guerra, cada mente e cada vontade mantidas constantemente voltadas para uma organização cada vez melhor da máquina militar – dificilmente a maneira de trabalhar pela paz.

Portanto, é ingênuo e pueril, multiplicadas as causas e as ocasiões de conflito, tentar definir o grau de culpa de tal governo. Nenhuma distinção é possível entre guerras ofensivas e guerras defensivas. No conflito atual, os governos de Berlim e Viena se justificaram produzindo documentos tão autênticos quanto os produzidos pelos governos de Paris, Londres e Petrogrado. É para quem de cada lado produzir a documentação mais incontestável e reveladora para provar sua boa fé e se apresentar como o defensor imaculado do direito e da liberdade, o campeão da civilização.

Civilização? Quem defende isso no momento? É o Estado alemão com seu formidável militarismo, tão poderoso que sufocou todo vestígio de rebelião? Ou o Estado russo, cujos únicos métodos de persuasão são o chicote, a força e a Sibéria? Ou o Estado francês com seu Hiribi, suas conquistas sangrentas em Tonkin, Madagascar, Marrocos e recrutamento forçado de tropas negras; a França cujas prisões abrigaram, durante anos, camaradas cujo único crime foi ter escrito e falado contra a guerra? Ou a Inglaterra, enquanto explora, divide, passa fome e oprime os povos de seu enorme império colonial?

Não. Nenhum dos beligerantes têm o direito de reivindicar a civilização, assim como nenhum deles tem o direito de reivindicar legítima defesa.

A verdade é que a raiz das guerras, da guerra que hoje sangra as planícies da Europa, como todas as que a antecederam, está localizada exclusivamente na existência do Estado, que é a forma política do privilégio.

O Estado nasce do poderio militar; ele cresceu por meio do recurso ao poderio militar e, logicamente, é no poderio militar que deve confiar para manter sua onipotência. Seja qual for a forma que assuma, o Estado é apenas opressão organizada em benefício de uma minoria privilegiada. O conflito atual oferece uma ilustração impressionante disso: todas as formas de Estado estão

envolvidas na guerra atual – o absolutismo é representado pela Rússia, o absolutismo mitigado pelo parlamentarismo, pela Alemanha, um Estado governando povos muito diferentes, pela Áustria, a democracia constitucional pela Inglaterra e o sistema republicano democrático pela França.

A desgraça dos povos, que no entanto, todos estavam profundamente comprometidos com a paz, que confiam no Estado com seus diplomatas ardilosos, na democracia e nos partidos políticos (mesmo os partidos da oposição, como os parlamentares socialistas) guerra. Essa confiança foi deliberadamente e continua a ser abusada pelos governantes, com a ajuda de toda a sua imprensa, convencem seus respectivos povos de que esta guerra é uma guerra de libertação.

Somos decididamente contra qualquer guerra entre os povos e, nos países neutros, como a Itália, onde os governantes procuram mais uma vez empurrar mais povos para o inferno da guerra, nossos camaradas se opuseram, se opõem e sempre se oporão à guerra com todos os grama de energia que possuem.

Não importa onde eles se encontrem, o papel dos anarquistas na tragédia atual é continuar proclamando que há apenas uma guerra de libertação: aquela travada em cada país pelos oprimidos contra o opressor, pelos explorados contra o explorador. Nossa tarefa é convocar os escravos para se revoltarem contra seus senhores.

A propaganda anarquista e a ação anarquista devem se empenhar obstinadamente em minar e desmembrar os vários Estados, cultivando o espírito de rebelião e agindo como parteira do descontentamento dos povos e dos exércitos.

A cada soldado de cada país convencido de que está lutando por justiça e liberdade, devemos explicar que seu heroísmo e seu valor servirão apenas para perpetuar o ódio, a tirania e a miséria.

Para os operários fabris, devemos ser um lembrete de que os fuzis que agora seguram em suas mãos foram usados contra eles durante greves e revoltas legítimas, e serão novamente usados contra eles mais tarde para forçá-los a se submeterem à exploração dos patrões.

Temos que mostrar aos camponeses que depois da guerra eles terão que se curvar novamente sob o jugo e trabalhando na terra de seus senhores e alimentando os ricos.

A todos os párias deve ser mostrados que não devem depor suas armas até que tenham acertado as contas com seus opressores e tomado a terra e a fábrica para si.

Mostraremos às mães, namorados e filhas, vítimas de miséria e privações avassaladoras, quem tem a real responsabilidade por sua dor e pela carnificina de seus pais, filhos e cônjuges.

Devemos capitalizar cada movimento de rebelião, cada descontentamento para fomentar a insurreição, para organizar a revolução para a qual esperamos o fim de todas as iniquidades da sociedade.

Sem desânimo, mesmo diante de uma calamidade como a guerra! É em tempos tão conturbados, quando milhares de homens estão heroicamente dando a vida por uma ideia, que devemos mostrar a eles a generosidade, grandeza e beleza do ideal anarquista: justiça social alcançada através da livre organização dos produtores: guerra e militarismo erradicada para sempre, a liberdade completa conquistada pela demolição total do Estado e de seus órgãos de coerção.

Viva a Anarquia!

Signatários: Leonard D. Abbott, Alexander Berkman, L. Bertoni, L. Bersani, G. Bernard, G. Barrett, A. Bernardo, E. Boudot, A. Calzitta, Joseph J. Cohen, Henry Combes, Nestor Ciele van Diepen, F.W. Dunn, Ch. Frigerio, Emma Goldman, V. Garcia, Hippolyte Havel, T.H. Keell, Harry Kelly, J. Lemaire, E. Malatesta, H. Marques, F. Domela Nieuwenhuis, Noel Panavich, E. Recchioni, G. Rijnders, I. Rohtchine, A. Savioli, A. Schapiro, William Shatoff, V.J.C. Schermerhorn, C. Trombetti, P. Vallina, G. Vignati, Lillian G. Woolf, S. Yanovsky.

MANIFESTO DOS DEZESSEIS (1916)

Piotr Kropotkin e Jean Grave

De vários lados, vozes se erguem para exigir paz imediata. Já houve derramamento de sangue suficiente, dizem eles, destruição suficiente, e é hora de coisas, de uma forma ou de outra. Mais do que ninguém, e por muito tempo, nós e nossos periódicos temos sido contra toda guerra de agressão entre os povos, e contra o militarismo, não importa que uniforme, imperial ou republicano, ele use. Assim, ficaríamos encantados em ver as condições de paz contratadas – se isso fosse possível – pelos trabalhadores europeus, reunidos em um congresso internacional. Sobre desde que o povo alemão se deixou tudo em agosto de 1914, e realmente acredita que se mobiliza para a defesa de seu território, teve tempo de perceber que errou ao embarcar em uma defesa de seu território.

De fato, os trabalhadores alemães, pelo menos em suas associações mais ou menos avançadas, devem entender agora que os planos para a invasão da França, Bélgica e Rússia estavam preparados há muito tempo e que, se essa guerra não eclodiu em 1875, 1886, 1911, ou em 1913, foi porque as relações internacionais não se apresentavam então tão favoráveis, e porque os preparativos militares não estavam suficientemente completos para prometer a vitória à Alemanha. (Havia linhas estratégicas para completar, o canal de Kiel para expandir e os grandes canhões de cerco para aperfeiçoar). E agora, depois de vinte meses de guerra e terríveis perdas, eles devem perceber que as conquistas feitas pelo exército alemão não podem ser mantidas, especialmente porque devem reconhecer o princípio (já reconhecido pela França em 1859, após a derrota da Áustria) de que é a população de cada território que deve manifestar o seu consentimento em relação à anexação.

Se os trabalhadores alemães comesçassem a entender a situação como nós a entendemos, e como já é entendida por uma minoria fraca de seus social-democratas – e se eles pudessem se fazer ouvir por seu governo – poderia haver um terreno comum para iniciar discussões sobre paz. Mas então eles devem declarar que se recusam absolutamente a fazer anexações ou aprová-las; que renunciem à pretensão de recolher “contribuições” das nações invadidas, que reconheçam o dever do Estado alemão de reparar, na medida do possível, os danos materiais causados por sua invasão de Estados vizinhos, e que não pretendam impor condições de sujeição econômica, sob o nome de tratados comerciais. Infelizmente, não vemos, até agora, sintomas de um despertar, nesse sentido, do povo alemão.

Alguns falaram da conferência de Zimmerwald, mas faltava a essa conferência o elemento essencial: a representação dos trabalhadores alemães. Muito tem sido feito sobre o caso de alguns distúrbios que ocorreram na Alemanha, devido ao alto custo dos alimentos. Mas esquecemos que tais eventos sempre ocorreram durante as grandes guerras, sem influenciar sua duração. Além disso, todos os arranjos feitos, neste momento, pelo governo alemão, provam que ele está preparando novas agressões no retorno da primavera. Mas como se sabe também que na primavera os Aliados se oporão a ela com novos exércitos, equipados com novos equipamentos e com uma artilharia muito mais poderosa que antes, também trabalha para semear a discórdia entre as populações aliadas. E emprega para isso um meio tão antigo quanto a própria guerra: o de espalhar o boato de uma paz iminente, à qual, entre os adversários, apenas se opõem os militares e os fornecedores dos exércitos. Foi isso que Bülow, com seus secretários, fez durante sua última estada na Suíça.

Mas em que condições ele sugere que a paz seja concluída?

O Neue Zuercher Zeitung acredita que sabe – e o jornal oficial, o Nord-deutsche Zeitung não o contradiz – que a maioria da Bélgica será evacuada, mas com a condição de prometer que não repetirá o que fez em agosto de 1914, quando se opôs à passagem das tropas alemãs. Quais serão essas promessas? As minas de carvão belgas? O Congo? Ninguém está dizendo. Mas já é exigida uma grande contribuição anual. O território conquistado na França será restaurado, assim como a parte da Lorena onde se fala francês. Mas, em troca, a França transferirá para o Estado alemão todos os empréstimos russos, cujo valor é de dezoito bilhões. Essa é uma contribuição de dezoito bilhões que os trabalhadores agrícolas e industriais franceses terão que pagar, já que são eles que pagam os impostos. Dezoito bilhões para recomprar dez departamentos que, por seu trabalho, tornaram tão ricos e opulentos, mas que lhes serão devolvidos arruinados e devastados.

Quanto ao que se pensa na Alemanha sobre as condições da paz, um fato é certo: a imprensa burguesa prepara a nação para a ideia da anexação pura e simples da Bélgica e dos departamentos do norte da França. E, não há, na Alemanha, nenhuma força capaz de se opor a isso. Os trabalhadores que deveriam estar levantando a voz contra a conquista, não o fazem. Os trabalhadores sindicalizados deixaram-se levar pela febre imperialista, e o partido social-democrata, demasiado fraco para influenciar as decisões do governo sobre a paz – ainda que representasse uma massa compacta – vê-se dividido, nessa questão, em dois partidos hostis, e a maioria do partido marcha com o governo. O império alemão, sabendo que seus exércitos estão, há dezoito meses, a 90 km de Paris, e apoiados pelo povo alemão em seus sonhos de novas conquistas, não vê por que não deveria lucrar com as conquistas já realizadas. Acredita-se capaz de ditar condições de paz que lhe permitirão usar os novos bilhões em contribuições para novos armamentos, para atacar a França quando

achar conveniente, tomar suas colônias, assim como outras províncias, e não mais ter que temer sua resistência.

Falar de paz neste momento, é justamente jogar o jogo do partido ministerial alemão, de Bülow e seus agentes. De nossa parte, recusamo-nos absolutamente a compartilhar as ilusões de alguns de nossos camaradas sobre as disposições pacíficas daqueles que dirigem os destinos da Alemanha. Preferimos encarar o perigo de frente e procurar o que podemos fazer para afastá-lo. Ignorar esse perigo seria aumentá-lo.

Estamos profundamente conscientes de que a agressão alemã era uma ameaça – uma ameaça agora realizada – não apenas contra nossas esperanças de emancipação, mas contra toda a evolução humana. É por isso que nós, anarquistas, antimilitaristas, inimigos da guerra, partidários apaixonados da paz e da fraternidade dos povos, estamos do lado da resistência, e por isso não nos sentimos obrigados a separar nosso destino do resto da população. Não achamos necessário insistir que teríamos preferido que essa população cuidasse de sua defesa em suas próprias mãos. Isso sendo impossível, não havia nada além de sofrer o que não podia ser mudado. E com aqueles que lutam, achamos que, a menos que a população alemã, voltando às noções mais sãs de justiça e de direito, finalmente se recuse a servir mais como instrumento dos projetos de dominação política pan-germânica, não pode haver dúvida da paz. Sem dúvida, apesar da guerra, apesar dos assassinatos, não esquecemos que somos internacionalistas, que queremos a união dos povos e o desaparecimento das fronteiras. Mas é porque queremos a reconciliação dos povos, incluindo o povo alemão, que pensamos que eles devem resistir a um agressor que representa a destruição de todas as nossas esperanças de libertação.

Falar de paz enquanto o partido que, durante quarenta e cinco anos, fez da Europa um campo vasto e entrincheirado, é capaz de ditar as suas condições, seria o erro mais desastroso que poderíamos cometer. Resistir e derrotar seus

planos é preparar o caminho para a população alemã que permanece sã e dar-lhe os meios para se livrar daquele partido. Que nossos camaradas alemães entendam que este é o único resultado vantajoso para ambos os lados e estamos prontos para colaborar com eles.

28 de fevereiro de 1916.

Pressionados pelos acontecimentos para publicar esta declaração, quando foi comunicada à imprensa francesa e estrangeira, apenas quinze camaradas, cujos nomes seguem, aprovaram o texto da mesma: Christian Cornelissen, Henri Fuss, Jean Grave, Jacques Guérin, Pierre Kropotkin, A Laisant. F. Le Lève (Lorient), Charles Malato, Jules Moineau (Liège), A. Orfila, Hussein Dey (Algérie), M. Pierrot, Paul Reclus, Richard (Argélia), Tchikawa (Japão), W. Tcherkesoff.

ANARQUISTAS DE GOVERNO (1916)

Errico Malatesta

Acaba de aparecer um manifesto, assinado por Kropotkin, Grave, Malato e uma dúzia de outros velhos camaradas, no qual, ecoando os partidários dos governos da Entente que exigem uma luta até o fim e o esmagamento da Alemanha, se posicionam contra qualquer ideia de “paz prematura”.

A imprensa capitalista publica, com natural satisfação, trechos do manifesto, e o anuncia como obra de “líderes do Movimento Anarquista Internacional”.

Os anarquistas, quase todos fiéis às suas convicções, devem a si mesmos protestar contra esta tentativa de implicar o Anarquismo na continuação de uma matança feroz que nunca foi promissora de qualquer benefício para a causa da Justiça e da Liberdade, e que agora mostra-se absolutamente estéril e sem resultados, mesmo do ponto de vista dos governantes de ambos os lados.

A boa fé e as boas intenções daqueles que assinaram o manifesto estão acima de qualquer dúvida. Mas, por mais doloroso que seja discordar de velhos amigos que prestaram tantos serviços àquilo que no passado foi nossa causa comum, não se pode – tendo em conta a sinceridade e o interesse de nosso movimento de emancipação – deixar de dissociar si mesmo de camaradas que se consideram capazes de conciliar ideias e cooperação anarquistas com os governos e classes capitalistas de certos países em sua luta contra os capitalistas e governos de alguns outros países.

Durante a atual guerra vimos republicanos se colocando a serviço dos reis, socialistas tornando comum a causa com a classe dominante, trabalhistas servindo aos interesses dos capitalistas; mas, na realidade, todas essas pessoas são, em vários graus, conservadores, crentes na missão do Estado, e sua hesitação pode ser compreendida quando o único remédio está na destruição

de todas as cadeias governamentais e no desabrochar da Revolução Social. Mas tal hesitação é incompreensível no caso dos anarquistas.

Sustentamos que o Estado é incapaz de fazer o bem. No campo das relações internacionais e individuais, ele só pode combater a agressão tornando-se o agressor; só pode impedir o crime organizando e cometendo crimes ainda maiores.

Mesmo supondo – o que está longe de ser verdade – que a Alemanha foi a única responsável pela presente guerra, está provado que, enquanto os métodos governamentais forem seguidos, a Alemanha só pode ser resistida pela supressão de toda liberdade e reviver o poder de todas as forças de reação. Exceto a Revolução Popular, não há outra maneira de resistir à ameaça de um Exército disciplinado, senão tentar ter um Exército mais forte e disciplinado; de modo que os antimilitaristas mais severos, se não são anarquistas, e se temem a destruição do Estado, são inevitavelmente levados a militaristas fervorosos.

De fato, na problemática esperança de esmagar o militarismo prussiano, renunciaram a todo o espírito e a todas as tradições da Liberdade; eles prussianizaram a Inglaterra e a França; submetem-se ao czarismo; eles restauraram o prestígio do trono cambaleante da Itália.

Os anarquistas podem aceitar esse estado de coisas por um único momento sem renunciar ao direito de se chamarem anarquistas? Para mim, mesmo a dominação estrangeira sofrida pela força e levando à revolta, é preferível à opressão doméstica humildemente, quase com gratidão, aceita, na crença de que assim somos preservados de um mal maior.

É inútil dizer que se trata de um tempo excepcional, e que depois de ter contribuído para a vitória da Entente nesta “guerra”, voltaremos, cada um ao seu campo, à luta pelo seu ideal.

Se hoje é necessário trabalhar em harmonia com o governo e o capitalista para nos defendermos da “ameaça alemã”, será necessário depois, assim como durante a guerra.

Por maior que seja a derrota do exército alemão - se é verdade que será derrotado - nunca será possível impedir que os patriotas alemães pensem e se preparem para a vingança; e os patriotas dos outros países, muito razoavelmente do seu próprio ponto de vista, quererão estar prontos para não serem novamente pegos de surpresa. Isso significa que o militarismo prussiano se tornará uma instituição permanente e regular em todos os países.

O que então será dito pelos autodenominados anarquistas que hoje desejam a vitória de uma das alianças em guerra? Continuarão se autodenominando antimilitaristas e pregando o desarmamento, a recusa do serviço militar e a sabotagem contra a Defesa Nacional, para se tornarem, à primeira ameaça de guerra, sargentos recrutadores dos governos que tentaram desarmar e paralisar?

Dir-se-á que essas coisas terminarão quando o povo alemão se livrar de seus tiranos e deixar de ser uma ameaça para a Europa, destruindo o militarismo em seu próprio país. Mas, se for esse o caso, os alemães que pensam, e com razão, que a dominação inglesa e francesa (para não falar da Rússia czarista) seria tão mais agradável para os alemães do que a dominação alemã sobre os franceses e ingleses, desejaram primeiro esperar que os russos e os outros destruam o seu próprio militarismo e, entretanto, continuarão a aumentar o exército do seu próprio país.

E então, por quanto tempo a Revolução será adiada? Quanto tempo Anarquia? Devemos sempre esperar que os outros comecem?

A linha de conduta dos anarquistas é claramente marcada pela própria lógica de suas aspirações.

A guerra deveria ter sido evitada fazendo a Revolução, ou pelo menos fazendo o governo temer a Revolução. Falta a força ou a habilidade necessária para isso.

A paz deve ser imposta provocando a Revolução, ou pelo menos ameaçando fazê-lo. Até o momento, falta a força ou habilidade.

Nós vamos! Há apenas um remédio: fazer melhor no futuro. Mais do que nunca devemos evitar compromissos; aprofundar o abismo entre capitalistas e escravos assalariados, entre governantes e governados; pregar a expropriação da propriedade privada e a destruição dos Estados como único meio de garantir a fraternidade entre os povos e a Justiça e a Liberdade para todos; e devemos nos preparar para realizar essas coisas.

Entretanto, parece-me que é criminoso fazer qualquer coisa que tenda a prolongar a guerra, que massacra homens, destrua riquezas e impeça toda retomada da luta pela emancipação. Parece-me que pregar “guerra até o fim” é realmente jogar o jogo dos governantes alemães, que estão enganando seus súditos e inflamando seu ardor pela luta, persuadindo-os de que seus oponentes desejam esmagar e encantar o povo alemão.

Hoje, como sempre, que este seja o nosso slogan: Abaixo os capitalistas e governos, todos os capitalistas e governos!

Viva os povos, todos os povos!

MANIFESTO DA LIGA DA CONSCRIÇÃO (1917)

Emma Goldman e Alexander Berkman

“A Lei de Conscrição, ou Lei do Serviço Seletivo, foi promulgada em 18 de maio de 1917, obrigando a todos os homens estadunidenses de idade entre 21 e 31 anos a se registrarem no Exército a partir do dia 5 de junho, podendo assim serem convocados, mediante sorteio, a lutar contra a Alemanha na guerra europeia iniciada em 1914.”

A conscrição tornou-se um fato neste país. A Inglaterra demorou 18 meses para impor o serviço militar obrigatório a seu povo depois que entrou na guerra. Foi deixada para a América “livre” a aprovação de uma lei de Conscrição Militar seis semanas após ter sido declarada a guerra contra a Alemanha. O que ocorreu com o orgulho patriótico da América para ter entrado na guerra europeia em nome do princípio da democracia? E isso não é tudo. Todos os países da Europa reconheceram o direito dos objetores de consciência, dos homens que recusam engajar-se na guerra por se oporem a tirar a vida de outrem. No entanto, neste país democrático não há nenhuma prescrição legal para aqueles que não cometerão assassinatos a pedido dos especuladores da guerra. Assim, a “terra dos livres e lar dos valentes” está pronta para coagir homens livres ao jugo militar.

Ninguém considere que o princípio fundamental da liberdade e da justiça como uma frase inútil, pode evitar dar-se conta de que a charlatanice patriótica, agora gritada pela imprensa, púlpito e autoridades, expõe um esforço desesperado da classe dominante deste país para jogar areia nos olhos das massas e cegá-las para a verdadeira questão que as confronta. Essa questão é a

“prussianização” da América destruindo as poucas liberdades que as pessoas conquistaram por meio de uma luta incessante de muitos anos.

Todas as leis protetoras do trabalho já foram revogadas, e isso significa que, enquanto os maridos, os pais e os filhos são trucidados nos campos de batalha, as mulheres e as crianças serão exploradas em nossas fortalezas industriais para a profunda satisfação dos patriotas americanos com lucro e poder.

As liberdades de expressão, de imprensa e reunião estão prestes a serem jogadas no monte de esterco das garantias políticas. Mas há o crime de todos os crimes: a juventude do país está para ser forçada a assassinar, acreditando ou não na guerra ou na eficácia em salvar a democracia na Europa pela destruição da democracia em casa.

A liberdade de consciência é o mais fundamental de todos os direitos humanos, o pivô de todo progresso. Ninguém pode ser privado dela sem perder todo vestígio de liberdade de pensamento e ação. Nestes dias em que cada princípio e concepção de democracia e de liberdade estão sendo lançados no lixo sob o pretexto de democratizar a Alemanha, cabe a cada homem e mulher amante da liberdade insistir nos seus direitos de escolha individual para a determinação de suas vidas e ações.

A Liga da Não Conscrição foi formada com o objetivo de encorajar os objetores de consciência a afirmar sua liberdade de consciência e a fazer sua objeção ao abate humano se recusando a participar do assassinato de seus semelhantes. A Liga da Não Conscrição deve ser a voz do protesto contra a coerção feita sobre os objetores de consciência para que participem da guerra. Nossa plataforma pode ser resumida da seguinte forma:

- Nós nos opomos à conscrição porque somos internacionalistas, anti-militaristas e nos opomos a todas as guerras empreendidas pelos governos capitalistas.
- Lutaremos pelo que escolhemos lutar; nunca lutaremos simplesmente porque nos ordenaram lutar.
- Acreditamos que a militarização da América é um mal que ultrapassa, em seus efeitos antissociais e anti-libertários, qualquer benefício que possa vir da participação dos Estados Unidos na guerra.
- Resistiremos à conscrição por todos os meios ao nosso alcance, e vamos apoiar aqueles que, por razões semelhantes, se recusam a ser conscritos.

Não desconhecemos as dificuldades em nosso caminho. Mas decidimos continuar e não poupar esforços para fazer da voz do protesto uma força moral na vida deste país. Os esforços iniciais dos objetores de consciência na Inglaterra estavam repletos de muitas dificuldades e perigos, mas, finalmente, o governo da Grã-Bretanha foi obrigado a prestar atenção ao crescente volume de protesto público contra a coerção sobre os objetores de consciência. Então, nós, também, nos Estados Unidos, sem dúvida enfrentaremos a severidade total do governo e a condenação dos jingles loucos da guerra, e estamos ainda determinados a ir em frente. Sentimo-nos confiantes em despertar milhares de pessoas que são conscientemente objetores do assassinato de seus semelhantes e para quem esse princípio representa o mais importante na vida.

Resista à Conscrição. Organize reuniões. Participe da nossa Liga. Envie-nos dinheiro. Ajude-nos a dar assistência a quem entra em conflito com o governo. Ajude-nos a publicar literatura contra o militarismo e contra a conscrição.

Consideramos essa campanha de extrema importância nos tempos atuais. Em meio a um odioso e covarde silêncio, uma voz poderosa e um vasto amor são necessários para que os mortos-vivos estremeçam.

LIGA DA NÃO CONSCRIÇÃO

East 125th St., 20; Nova York

*Tradução do inglês por Eliane K. Carvalho e Beatriz Scigliano Carneiro

OS PRINCÍPIOS DO SOCIALISMO E A GUERRA

(1915)

Vladimir I. Lenin

A Atitude dos Socialistas em Relação às Guerras

Os socialistas sempre condenaram as guerras entre os povos como coisa bárbara e brutal. Mas a nossa atitude em relação à guerra é fundamentalmente diferente da dos pacifistas (partidários e pregadores da paz) burgueses e dos anarquistas. Distinguimo-nos dos primeiros pelo fato de compreendermos a ligação inevitável das guerras com a luta de classes no interior do país, de compreendermos a impossibilidade de suprimir as guerras sem a supressão das classes e a edificação do socialismo, e também pelo fato de reconhecermos inteiramente o caráter legítimo, progressista e necessário das guerras civis, isto é, das guerras da classe oprimida contra a classe opressora, dos escravos contra os escravistas, dos camponeses servos contra os senhores feudais, dos operários assalariados contra a burguesia. Nós, marxistas, distinguimo-nos tanto dos pacifistas como dos anarquistas pelo fato de reconhecermos a necessidade de estudar historicamente (do ponto de vista do materialismo dialético de Marx) cada guerra em particular. Na história houve repetidamente guerras que, apesar de todos os horrores, atrocidades, calamidades e sofrimentos, inevitavelmente ligados a qualquer guerra, foram progressistas, isto é, foram úteis ao desenvolvimento da humanidade, ajudando a destruir instituições particularmente nocivas e reacionárias (por exemplo a autocracia ou a servidão), os despotismos mais bárbaros da Europa (o turco e o russo). Por isso é necessário analisar as particularidades históricas da guerra atual.

Tipos Históricos das Guerras dos Tempos Modernos

A grande revolução francesa abriu uma nova época na história da humanidade. Desde então e até à Comuna de Paris, de 1789 a 1871, um dos tipos de guerras foram as guerras de caráter progressista burguês, nacional-libertador. Por outras palavras, o conteúdo principal e o significado histórico dessas guerras consistiam em derrubar o absolutismo e o feudalismo, em miná-los, em derrubar o jugo estrangeiro. Eram por isso guerras progressistas, e todos os democratas honestos, revolucionários, bem como todos os socialistas, em semelhantes guerras, sempre desejaram o êxito do país (isto é, da burguesia) que contribuía para derrubar ou minar os mais perigosos pilares do feudalismo, do absolutismo, e da opressão de outros povos. Por exemplo, nas guerras revolucionárias da França havia o elemento de pilhagem e de conquista de terras alheias pelos franceses, mas isso em nada altera o significado histórico fundamental dessas guerras, que destruíam e abalavam o feudalismo e o absolutismo de toda a velha Europa, a Europa da servidão. Na guerra franco-prussiana, a Alemanha pilhou a França, mas isso não modificou o significado histórico fundamental dessa guerra, que libertou dezenas de milhões de alemães do fracionamento feudal e da opressão de dois déspotas, o tsar russo e Napoleão III.

Diferença entre Guerra Ofensiva e Guerra Defensiva

A época de 1789 a 1871 deixou marcas profundas e recordações revolucionárias. Antes da derrubada do feudalismo, do absolutismo e do jugo estrangeiro nem sequer se podia falar de desenvolvimento da luta proletária pelo

socialismo. Falando da legitimidade da guerra defensiva a propósito das guerras dessa época, os socialistas sempre tiveram em vista precisamente esses objetivos, que se reduzem à revolução contra o regime medieval e a servidão. Os socialistas sempre entenderam por guerra defensiva uma guerra justa neste sentido (assim se exprimiu uma vez W. Liebknecht). Só neste sentido os socialistas reconheciam e reconhecem hoje o caráter legítimo progressista e justo da defesa da pátria ou da guerra defensiva. Por exemplo, se amanhã Marrocos declarasse guerra à França, a Índia à Inglaterra, a Pérsia ou a China à Rússia, etc., essas seriam guerras justas, defensivas, independentemente de quem primeiro atacasse, e qualquer socialista desejaria a vitória dos Estados oprimidos, dependentes, sem plenos direitos, contra as grandes potências opressoras, escravistas, espoliadoras. Mas imaginemos que um escravista que possui 100 escravos faz guerra a um escravista que possui 200 escravos por uma partilha mais justa dos escravos. É evidente que a aplicação a semelhante caso do conceito de guerra defensiva ou de defesa da pátria seria historicamente falsa e na prática uma simples mistificação do povo simples, da pequena burguesia, das pessoas ignorantes pelos escravistas. É precisamente assim que a atual burguesia, imperialista, mistifica os povos por meio da ideologia nacional e do conceito de defesa da pátria na presente guerra entre os escravistas para consolidar e reforçar a escravidão.

A Guerra Atual é uma Guerra Imperialista

Quase todos reconhecem que a guerra atual é uma guerra imperialista, mas na maior parte dos casos deturpam este conceito ou aplicam-no unilateralmente, ou insinuam em todo o caso a possibilidade de que esta guerra tenha um significado progressista burguês, nacional-libertador. O imperialismo é o grau

superior de desenvolvimento do capitalismo, atingido apenas no século XX. O capitalismo passou a sentir-se apertado nos velhos Estados nacionais, sem cuja formação ele não teria podido derrubar o feudalismo. O capitalismo desenvolveu de tal modo a concentração que ramos inteiros da indústria foram açambarcados pelos consórcios, trusts e associações de capitalistas milionários, e quase todo o globo terrestre está dividido entre esses senhores do capital, sob a forma de colônias ou enredando países estrangeiros com os milhares de fios da exploração financeira. O comércio livre e a concorrência foram substituídos pela tendência para o monopólio, para a conquista de terras, para o investimento do capital, para a extração de matérias-primas, etc. De libertador de nações que o capitalismo foi na luta contra o feudalismo, o capitalismo imperialista tornou-se o maior opressor das nações. De progressista o capitalismo tornou-se reacionário, desenvolveu as forças produtivas a tal ponto que a humanidade terá ou de passar ao socialismo ou de sofrer durante anos ou mesmo decênios a luta armada das grandes potências pela manutenção artificial do capitalismo por meio das colônias, dos monopólios, dos privilégios e de opressões nacionais de toda a espécie.

A Guerra entre os Maiores Escravistas pela Manutenção e Reforço da Escravidão

A fim de tornar claro o significado do imperialismo, apresentaremos dados precisos sobre a partilha do mundo pelas chamadas grandes potências (isto é, as que têm êxito na grande pilhagem):

Partilha do mundo pela «grandes» potências escravistas (Em milhões)								
	Colónias				Metrópoles		Total	
	1876		1914		1914			
	Km2	Hab	Km2	Hab	Km2	Hab	Km2	Hab
Inglaterra	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	39,6	11,1	95,1
Alemanha			2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
Japão			0,3	19,2	0,4	53	0,7	72,2
EUA			0,3	9,7	9,4	97	9,7	106,7
Total das 6 grandes potências	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colónias não pertencentes às grandes potências (mas à Bélgica, Holanda e outros Estados)			9,9	45,3			9,9	45,3
Três países semi-colónias (Turquia, China e Pérsia)							14,5	361,2
Total							105,9	1367,1
Restantes Estados e países							28,0	289,9
Todo o globo terrestre (excepto a região polar)							133,9	1957

Por aqui se vê como os povos que em 1789-1871 lutavam na sua maior parte à frente dos outros povos pela liberdade se tornaram agora, depois de 1876, na base de um capitalismo altamente desenvolvido e "ultra maduro", os opressores e escravizadores da maioria das populações e nações do globo. De 1876 a 1914, seis grandes potências apoderaram-se de 25 milhões de quilómetros quadrados, ou seja, uma superfície 2,5 vezes maior que toda a Europa! Seis potências escravizam mais de quinhentos milhões (523 milhões) de habitantes das colónias. Para cada 4 habitantes das grandes potências há 5 habitantes nas suas colónias. E toda a gente sabe que as colónias foram conquistadas a ferro e fogo, que nas colónias tratam cruelmente a população, que a exploram de mil maneiras (através da exportação de capitais, das concessões, etc.; enganando-as na venda de produtos, submetendo-as às autoridades da nação dominante, etc. e assim por diante). A burguesia anglo-francesa engana o povo ao dizer que faz a guerra pela liberdade dos povos e da Bélgica: na realidade ela faz a guerra para conservar as colónias que rouba desmesuradamente. Os imperialistas alemães libertariam imediatamente a Bélgica, etc., se os ingleses e franceses partilhassem amigavelmente com eles as suas colónias. A singularidade da situação consiste em que nesta guerra a sorte

das colônias se decide pela guerra no continente. Do ponto de vista da justiça burguesa e da liberdade nacional (ou do direito das nações à existência), a Alemanha teria incontestavelmente razão contra a Inglaterra e a França, pois ela foi privada de colônias, os seus inimigos oprimem incomparavelmente mais nações do que ela, e na sua aliada, a Áustria, os escravos oprimidos gozam sem dúvida de maior liberdade do que na Rússia tsarista, essa verdadeira prisão dos povos. Mas a própria Alemanha não faz a guerra pela libertação, mas pela opressão das nações. Não cabe aos socialistas ajudar o bandoleiro mais jovem e forte (a Alemanha) a roubar os bandoleiros mais velhos e saciados. Os socialistas devem utilizar a luta entre os bandoleiros para os derrubar todos. Para isso os socialistas devem antes de mais dizer a verdade ao povo, a saber, que esta guerra é, num triplo sentido, uma guerra de escravistas pelo reforço da escravidão. É uma guerra, em primeiro lugar, pelo reforço da escravidão das colônias através de uma partilha mais justa e da sua ulterior exploração mais harmoniosa; em segundo lugar, pelo reforço da opressão sobre as nações estrangeiras nas próprias grandes potências, pois tanto a Áustria como a Rússia (a Rússia muito mais e muito pior que a Áustria) só se mantêm por meio dessa opressão, intensificando-a com a guerra; em terceiro lugar, pelo reforço e o prolongamento da escravidão assalariada, pois o proletariado está dividido e esmagado, enquanto os capitalistas estão a ganhar, lucrando com a guerra, exacerbando os preconceitos nacionais e intensificando a reação, que ergueu a cabeça em todos os países, mesmo nos mais livres e republicanos.

“A Guerra é a continuação da Política por outros meios (a saber: pela violência)”

Esta célebre sentença pertence a Clausewitz, um dos autores mais profundos sobre as questões militares. Os marxistas sempre consideraram justamente esta tese como base teórica das concepções sobre o significado de

cada guerra determinada. Marx e Engels sempre encararam as diferentes guerras precisamente deste ponto de vista.

Apliquemos esta concepção à presente guerra. Veremos que durante decênios, durante quase meio século, os governos e as classes dominantes da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Itália, da Áustria e da Rússia praticaram uma política de pilhagem das colônias, de opressão de nações estrangeiras, de repressão do movimento operário. É precisamente essa política, e apenas essa, que é continuada na atual guerra. Em particular, na Áustria e na Rússia a política tanto do tempo de paz como do tempo de guerra consiste na escravização das nações e não na sua libertação. Pelo contrário, na China, na Pérsia, na Índia e noutros países dependentes vemos ao longo dos últimos decênios uma política de despertar para a vida nacional de dezenas e centenas de milhões de pessoas, da sua libertação da opressão das grandes potências reacionárias. A guerra nesse terreno histórico pode ser ainda hoje uma guerra progressista burguesa, uma guerra de libertação nacional.

Basta considerar a presente guerra do ponto de vista da continuação nela da política das grandes potências e das classes fundamentais no seio delas para ver imediatamente o caráter clamorosamente anti-histórico, mentiroso e hipócrita da opinião segundo a qual seria possível justificar a ideia de defesa da pátria na atual guerra.

O Exemplo da Bélgica

Os sociais-chauvinistas da Tripla (atualmente Quádrupla) Entente (na Rússia Plekhanov e C^a) gostam acima de tudo de invocar o exemplo da Bélgica. Mas esse exemplo fala contra eles. Os imperialistas alemães violaram sem

vergonha a neutralidade da Bélgica, como fizeram sempre e em toda parte os Estados beligerantes, que, em caso de necessidade, espezinharam todos os tratados e compromissos. Admitamos que se todos os Estados interessados na observância dos tratados internacionais declarassem guerra à Alemanha exigindo a libertação e uma indenização à Bélgica. Em tal caso a simpatia dos socialistas estaria, claro, do lado dos inimigos da Alemanha. Contudo, a questão está precisamente em que não é pela Bélgica que a Tripla (e Quádrupla) Aliança faz a guerra: isso é perfeitamente conhecido e só os hipócritas o dissimulam. A Inglaterra rouba as colônias da Alemanha e da Turquia, a Rússia rouba a Galícia e a Turquia, a França obtém a Alsácia-Lorena e mesmo a margem esquerda do Reno; com a Itália foi concluído um tratado sobre a partilha do saque (a Albânia e a Ásia Menor); com a Bulgária e a Roménia está em curso um regateio também quanto à partilha do saque. No terreno da guerra atual dos governos atuais é impossível ajudar a Bélgica a não ser ajudando a estrangular a Áustria ou a Turquia, etc.! Que vem aqui fazer a defesa da pátria?? É nisso precisamente que consiste a especificidade da guerra imperialista, da guerra entre governos burgueses reacionários, historicamente caducos, conduzida para a opressão de outras nações. Quem justifique a participação nesta guerra perpetua a opressão imperialista das nações. Quem advoga a utilização das atuais dificuldades dos governos para lutar pela revolução socialista defende a liberdade real realmente de todas as nações, que só é realizável no socialismo.

Por que está a Rússia em guerra?

Na Rússia, o imperialismo capitalista de tipo moderno revelou-se plenamente na política do tsarismo em relação à Pérsia, à Manchúria, à

Mongólia, mas na Rússia, de modo geral, predomina o imperialismo militar e feudal. Em nenhuma outra parte do mundo existe uma tal opressão da maioria da população do país como na Rússia: os grãos-russos constituem apenas 43% da população, isto é, menos da metade, e todos os restantes estão privados de direitos, como alógenos. Dos 170 milhões de habitantes da Rússia, cerca de 100 milhões são oprimidos e privados de direitos. O tsarismo faz a guerra para conquistar a Galícia e estrangular definitivamente a liberdade dos ucranianos, para conquistar a Armênia, e Constantinopla, etc. O tsarismo vê na guerra um meio para desviar a atenção do crescimento do descontentamento no interior do país e esmagar o crescente movimento revolucionário. Presentemente, para cada dois grão-russos há na Rússia dois ou três alógenos privados de direitos: por meio da guerra o tsarismo procura aumentar o número de nações oprimidas pela Rússia, consolidar a sua opressão e fazer desse modo fracassar a luta pela liberdade dos próprios grão-russos. A possibilidade de oprimir e de roubar outros povos reforça a estagnação econômica, pois em vez do desenvolvimento das forças produtivas, a fonte de rendimentos é frequentemente constituída pela exploração semifeudal dos alógenos. Deste modo, por parte da Rússia a guerra distingue-se por um extremo reacionarismo e por um carácter anti libertador.

O que é o social-chauvinismo?

O social-chauvinismo é a defesa da ideia de defesa da pátria na presente guerra. Dessa ideia decorrem, seguidamente, a renúncia à luta de classes durante a guerra, a votação dos créditos de guerra, etc. De fato os sociais-chauvinistas praticam uma política anti proletária, burguesa, pois de fato preconizam não a defesa da pátria no sentido de luta contra a opressão estrangeira, mas o direito de tais ou tais grandes potências de pilhar as colônias e de oprimir outros povos.

Os sociais-chauvinistas repetem a mistificação burguesa do povo segundo a qual a guerra é travada pela defesa da liberdade e da existência das nações, e passam assim para o lado da burguesia contra o proletariado. São sociais-chauvinistas tanto aqueles que justificam e embelezam os governos e a burguesia de um dos grupos de potências beligerantes como aqueles que, a exemplo de Kautsky, reconhecem aos socialistas de todas as potências beligerantes igual direito a defender a pátria. O social-chauvinismo, que é de fato a defesa dos privilégios, das vantagens, das pilhagens e das violências da sua burguesia (ou de qualquer burguesia em geral) imperialista, constitui uma completa traição a todas as convicções socialistas e à resolução do congresso socialista internacional de Basileia.

O Manifesto de Basileia

O manifesto sobre a guerra adotado por unanimidade em 1912 em Basileia tem em vista precisamente a guerra entre a Inglaterra e a Alemanha com os seus atuais aliados, que eclodiu em 1914. O manifesto declara expressamente que nenhum interesse popular pode justificar semelhante guerra, conduzida pelo lucro dos capitalistas e pelas vantagens das dinastias com base na política imperialista e espoliadora das grandes potências. O manifesto declara expressamente que a guerra é perigosa para os governos (todos sem exceção), assinala o seu medo da revolução proletária, aponta da maneira mais definida o exemplo da Comuna de 1871 e o de Outubro-Dezembro de 1905, isto é, o exemplo da revolução e da guerra civil. Deste modo, o manifesto de Basileia estabelece precisamente para a presente guerra a tática da luta revolucionária dos operários à escala internacional contra os seus governos, a tática da revolução proletária. O manifesto de Basileia repete as palavras da resolução de

Estugarda, dizendo que, em caso de eclosão da guerra, os socialistas deviam aproveitar a crise econômica e política por ela criada para acelerar a queda do capitalismo, isto é, utilizar as dificuldades criadas pela guerra aos governos e a indignação das massas para a revolução socialista.

A política dos sociais-chauvinistas, a justificação por eles da guerra de pontos de vista libertadores burgueses, a admissão por eles da defesa da pátria, a votação a favor dos créditos, a entrada nos ministérios, etc., etc., são uma traição direta ao socialismo, só explicável, como veremos adiante, pela vitória do oportunismo e da política operária nacional-liberal no seio da maioria dos partidos europeus.

As referências falsas a Marx e Engels

Os sociais-chauvinistas russos (encabeçados por Plekhanov) referem a tática de Marx na guerra de 1870; os sociais-chauvinistas alemães (do tipo de Lensch, David e C^a) referem às declarações de Engels em 1891 sobre a obrigatoriedade de os socialistas alemães defenderem a pátria em caso de guerra com a Rússia e a França juntas; finalmente, os sociais-chauvinistas do tipo de Kautsky, desejando reconciliar-se com o chauvinismo internacional e legitimá-lo, referem-se ao fato de Marx e Engels, condenando as guerras, se terem no entanto colocado constantemente, de 1854-1855 até 1870-1871 e 1876-1877, ao lado de um ou de outro Estado beligerante, uma vez que a guerra apesar de tudo se desencadeava.

Todas essas referências constituem uma revoltante deturpação das concepções de Marx e Engels para agradar à burguesia e aos oportunistas, tal como os escritos dos anarquistas Guillaume e C^a deturpam as concepções de

Marx e Engels para justificar o anarquismo. A guerra de 1870-1871 foi historicamente progressista por parte da Alemanha até Napoleão III ser derrotado, pois este, juntamente com o tsar, oprimiu a Alemanha durante longos anos, mantendo ali o fraccionamento feudal. E logo que a guerra se transformou em pilhagem da França (a anexação da Alsácia e da Lorena) Marx e Engels condenaram decididamente os alemães. De resto, logo no início dessa guerra Marx e Engels aprovaram a recusa de Bebel e Liebknecht de votar a favor dos créditos e aconselharam a social-democracia a não se juntar à burguesia, mas defender os interesses de classe independentes do proletariado. Transferir uma apreciação dessa guerra progressista burguesa e nacional-libertadora para a atual guerra imperialista é escarnecer da verdade. O mesmo diz também respeito, com maior força ainda, à guerra de 1854-1855 e a todas as guerras do século XIX, quando não existiam nem o imperialismo contemporâneo, nem as condições objetivas maduras do socialismo, nem partidos socialistas de massas em todos os países beligerantes, isto é, não existiam precisamente as condições das quais o manifesto de Basileia deduziu a tática da revolução proletária em ligação com a guerra entre as grandes potências.

Quem refere hoje a atitude de Marx em relação às guerras da época da burguesia progressista e esquece as palavras de Marx que os operários não têm pátria — palavras que dizem respeito precisamente à época da burguesia reacionária, caduca, à época da revolução socialista — deturpa Marx sem vergonha e substitui o ponto de vista socialista pelo burguês.

A Falência da II Internacional

Os socialistas de todo o mundo declararam solenemente em 1912 em Basileia que consideravam a futura guerra europeia como uma empresa criminosa e reacionaríssima de todos os governos, que deveria acelerar a

derrocada do capitalismo, gerando inevitavelmente a revolução contra ele. Começou a guerra, começou a crise. Em vez da tática revolucionária, a maioria dos partidos sociais-democratas aplicaram uma tática reacionária, colocando-se ao lado dos seus governos e da sua burguesia. Esta traição ao socialismo significa a falência da II Internacional (1889-1914), e nós devemos aperceber-nos do que causou essa falência, do que gerou o social-chauvinismo, daquilo que lhe deu força.

O Social-Chauvinismo é o oportunismo acabado

Durante toda a época da II Internacional decorreu por toda parte uma luta no interior dos partidos sociais-democratas entre a ala revolucionária e a ala oportunista. Em vários países houve cisão segundo esta linha (Inglaterra, Itália, Holanda, Bulgária). Nenhum marxista duvidava de que o oportunismo expressava a política burguesa no movimento operário, expressava os interesses da pequena burguesia e da aliança de uma ínfima parte de operários aburguesados com a sua burguesia contra os interesses da massa dos proletários, da massa dos oprimidos.

As condições objetivas de fins do século XIX reforçavam particularmente o oportunismo, transformando a utilização da legalidade burguesa em servilismo para com ela, criando a pequena camada da burocracia e da aristocracia da classe operária, atraindo para as fileiras dos partidos sociais-democratas muitos companheiros de jornada pequeno-burgueses.

A guerra acelerou o desenvolvimento, transformando o oportunismo em social-chauvinismo, transformando a aliança secreta dos oportunistas com a burguesia numa aliança aberta. Além disso, as autoridades militares decretaram por toda a parte a lei marcial e a mordaza para a massa operária, cujos velhos chefes se passaram, quase sem exceção, para a burguesia.

A base econômica do oportunismo e do social-chauvinismo é a mesma: os interesses de uma ínfima camada de operários privilegiados e da pequena burguesia, que defendem a sua situação privilegiada, o seu direito às migalhas dos lucros obtidos pela sua burguesia nacional com a pilhagem de outras nações, com as vantagens da sua situação de grande potência, etc.

O conteúdo ideológico-político do oportunismo e do social-chauvinismo é o mesmo: a colaboração de classes em vez da sua luta, a renúncia aos meios revolucionários de luta, a ajuda ao seu governo em situação difícil em vez da utilização das suas dificuldades para a revolução. Se considerarmos todos os países europeus no conjunto, se não tivermos em atenção personalidades isoladas (mesmo as de maior prestígio), verificaremos que foi precisamente a corrente oportunista que se tornou o principal esteio do social-chauvinismo, e no campo dos revolucionários se ouve quase por toda parte um protesto mais ou menos consequente contra ele. E se considerarmos, por exemplo, o agrupamento das tendências no congresso socialista internacional de Estugarda de 1907, verificaremos que o marxismo internacional era contra o imperialismo, enquanto o oportunismo internacional já então era a favor dele.

A Unidade com os oportunistas é a aliança dos operários com a sua burguesia nacional e a cisão da classe operária revolucionária internacional

Na época passada, antes da guerra, o oportunismo era frequentemente considerado um desvio, um extremismo, mas em todo o caso uma parte constitutiva legítima do partido social-democrata. A guerra mostrou que isso é impossível no futuro. O oportunismo amadureceu, levou até o fim o seu papel de emissário da burguesia no movimento operário. A unidade com os

oportunistas tornou-se uma hipocrisia completa, de que vemos um exemplo no partido social-democrata alemão. Em todos os casos importantes (por exemplo na votação de 4 de agosto) os oportunistas aparecem com o seu ultimato, pondo-o em prática com a ajuda das suas numerosas ligações com a burguesia, da sua maioria nas direcções dos sindicatos, etc. A unidade com os oportunistas significa presentemente de fato a subordinação da classe operária à sua burguesia nacional, a aliança com ela para oprimir outras nações e lutar pelos privilégios de grande potência, sendo uma cisão do proletariado revolucionário de todos os países.

Por mais dura que seja em certos casos a luta contra os oportunistas que dominam em muitas organizações, por mais peculiar que seja em certos países o processo de depuração dos partidos operários dos oportunistas, esse processo é inevitável e fecundo. O socialismo reformista agoniza; o socialismo que renasce será revolucionário, intransigente, insurrecto, segundo a justa expressão do socialista francês Paul Golay.

O Kautskismo

Kautsky, a maior autoridade da II Internacional, representa um exemplo extremamente típico e expressivo de como o reconhecimento verbal do marxismo conduziu na prática à sua transformação em struvismo ou em brentanismo. Vemo-lo também no exemplo de Plekhanov. Por meio de sofismas evidentes extirpam do marxismo a sua alma revolucionária viva, reconhecem no marxismo tudo, menos os meios revolucionários de luta, a propaganda e a preparação destes, a educação das massas precisamente nesse sentido. Kautsky concilia sem princípios o pensamento fundamental do social-chauvinismo, a aceitação da defesa da pátria na presente guerra, com uma

concessão diplomática e aparente à esquerda na forma de abstenção na votação dos créditos, de reconhecimento verbal da sua oposição, etc. Kautsky, que em 1909 escreveu todo um livro sobre a aproximação de uma época de revoluções e sobre a ligação da guerra com a revolução, Kautsky, que em 1912 subscreveu o manifesto de Basileia sobre a utilização revolucionária da guerra futura, justifica e embeleza hoje de todas as maneiras o social-chauvinismo e, tal como Plekhanov, junta-se à burguesia para ridicularizar quaisquer ideias de revolução, quaisquer passos no sentido da luta diretamente revolucionária.

A classe operária não pode desempenhar o seu papel revolucionário mundial sem travar uma luta implacável contra essa renegação, essa irresolução, esse servilismo em relação ao oportunismo e esse incrível aviltamento teórico do marxismo. O kautskismo não é fruto do acaso, mas o produto social das contradições da II Internacional, da junção da fidelidade em palavras ao marxismo com a submissão de fato ao oportunismo.

Esta mentira fundamental do kautskismo manifesta-se de diferentes formas nos diferentes países. Na Holanda, Roland-Holst, rejeitando a ideia de defesa da pátria, defende a unidade com o partido dos oportunistas. Na Rússia, Trotsky, rejeitando igualmente essa ideia, defende do mesmo modo a unidade com o grupo oportunista e chauvinista do Nacha Zariá. Na Roménia, Rakovski, ao mesmo tempo que declara guerra ao oportunismo como culpado da falência da Internacional, está disposto a reconhecer a legitimidade da ideia de defesa da pátria. Tudo isto são manifestações do mal a que os marxistas holandeses (Gorter, Pannekoek) chamaram radicalismo passivo e que se reduz à substituição do marxismo revolucionário pelo ecletismo na teoria e ao servilismo ou à impotência perante o oportunismo na prática.

A palavra de ordem dos marxistas é a palavra de ordem da social-democracia revolucionária.

A guerra gerou indubitavelmente uma crise violentíssima e agudizou incrivelmente os sofrimentos das massas. O caráter reacionário desta guerra, a desavergonhada mentira da burguesia de todos os países, que dissimula os seus objetivos de pilhagem com a ideologia nacional, tudo isso cria inevitavelmente, na base da situação objetivamente revolucionária, um estado de espírito revolucionário nas massas. O nosso dever é ajudar a tomar consciência desse estado de espírito, a aprofundá-lo e a dar-lhe forma. Essa tarefa só é corretamente expressa pela palavra de ordem de transformação da guerra imperialista em guerra civil, e qualquer luta de classe consequente durante a guerra, qualquer tática de ações de massas seriamente aplicada conduz inevitavelmente a isso. Não se pode saber se será devido à primeira ou à segunda guerra imperialista das grandes potências, durante ela ou depois dela que nascerá um forte movimento revolucionário, mas em qualquer caso é nosso dever absoluto trabalhar de modo sistemático e constante precisamente nesse sentido.

O manifesto de Basileia refere diretamente o exemplo da Comuna de Paris, isto é, a transformação da guerra de governos em guerra civil. Há meio século o proletariado era demasiado fraco, as condições objetivas do socialismo ainda não tinham amadurecido, não podia haver correspondência e cooperação dos movimentos revolucionários em todos os países beligerantes, o entusiasmo de uma parte dos operários parisienses pela ideologia nacional (tradição de 1792) era uma fraqueza pequeno-burguesa, a seu tempo assinalada por Marx e que foi uma das causas do fracasso da Comuna. Meio século depois dela desapareceram as condições que enfraqueciam a revolução de então, e presentemente é

imperdoável para um socialista conformar-se com a recusa de atuar precisamente no espírito dos communards parisienses.

O exemplo da confraternização nas trincheiras

Os jornais burgueses de todos os países beligerantes citaram exemplos de confraternização dos soldados das nações beligerantes mesmo nas trincheiras. E a promulgação de decretos draconianos pelas autoridades militares (da Alemanha, da Inglaterra) contra essa confraternização demonstrou que os governos e a burguesia lhe atribuíam uma séria importância. Se mesmo com o completo domínio do oportunismo nas cúpulas dos partidos sociais-democratas da Europa ocidental e com o apoio ao social-chauvinismo por toda a imprensa social-democrata, por todas as autoridades da II Internacional, foram possíveis casos de confraternização, isso mostra-nos até que ponto seria possível abreviar a atual guerra criminosa, reacionária e escravista e organizar um movimento revolucionário internacional com um trabalho sistemático nesse sentido, nem que fosse só dos socialistas de esquerda de todos os países beligerantes.

Importância da organização ilegal

Os mais destacados anarquistas de todo o mundo não se desonraram menos que os oportunistas com o social-chauvinismo (no espírito de Plekhanov e de Kautsky) nesta guerra. Um dos resultados úteis desta guerra será, sem dúvida, que ela matará tanto o oportunismo como o anarquismo.

Sem renunciar em nenhum caso e em nenhuma circunstância à utilização da mínima possibilidade legal para organizar as massas e fazer propaganda do

socialismo, os partidos sociais-democratas devem romper com o servilismo perante a legalidade. Disparem primeiro, senhores burgueses, escreveu Engels aludindo precisamente à guerra civil e à necessidade de nós violarmos a legalidade depois da burguesia a ter violado. A crise mostrou que a burguesia a viola em todos os países, mesmo nos mais livres, e que é impossível conduzir as massas à revolução sem criar uma organização ilegal para propagar, discutir, apreciar e preparar os meios revolucionários de luta. Na Alemanha, por exemplo, tudo aquilo que os socialistas fazem de honesto é feito contra o vil oportunismo e o kautskismo hipócrita e é feito precisamente na ilegalidade. Na Inglaterra é-se condenado a trabalhos forçados devido a apelos impressos à recusa do serviço militar.

Considerar compatível com a condição de membro do partido social-democrata a negação dos métodos ilegais de propaganda e ridicularizá-los na imprensa legal é uma traição ao socialismo.

Sobre a derrota do seu governo na guerra imperialista

Os defensores da vitória do seu governo na presente guerra, tal como os defensores da palavra de ordem, nem vitória nem derrota, adotam do mesmo modo o ponto de vista do social-chauvinismo. Numa guerra reacionária, a classe revolucionária não pode deixar de desejar a derrota do seu governo, não pode deixar de ver a ligação entre os fracassos militares deste e a facilitação do seu derrubamento. Só o burguês, que acredita que uma guerra iniciada pelos governos terminará necessariamente como uma guerra entre governos, e que o deseja, acha ridícula ou absurda a ideia de que os socialistas de todos os países beligerantes afirmam que desejam a derrota de todos os seus governos. Pelo

contrário, essa afirmação corresponderia precisamente aos pensamentos secretos de qualquer operário consciente e inscrever-se-ia na linha da nossa atividade, orientada para a transformação da guerra imperialista em guerra civil.

Sem dúvida que a importante agitação contra a guerra de uma parte dos socialistas ingleses, alemães e russos enfraquecia o poderio militar dos respectivos governos, mas essa agitação foi um mérito dos socialistas. Os socialistas devem explicar às massas que para elas não há salvação a não ser no derrubamento revolucionário dos seus governos e que as dificuldades desses governos na guerra atual devem ser utilizadas precisamente com esse objectivo.

Sobre o pacifismo e a palavra de ordem de paz

O estado de espírito das massas a favor da paz exprime frequentemente o início de um protesto, da revolta e da consciência do carácter reaccionário da guerra. Aproveitar esse estado de espírito é um dever de todos os sociais-democratas. Eles participam do modo mais ardente em todos os movimentos e em todas as manifestações neste terreno, mas não enganarão o povo admitindo a ideia de que, na ausência de um movimento revolucionário, é possível a paz sem anexações, sem opressão das nações, sem pilhagem, sem os germes de novas guerras entre os actuais governos e classes dominantes. Enganar assim o povo apenas faria o jogo da diplomacia secreta dos governos beligerantes e dos seus planos contrarrevolucionários. Quem deseja uma paz sólida e democrática deve ser a favor da guerra civil contra os governos e a burguesia.

Sobre o direito das nações à autodeterminação

A mistificação mais comum do povo pela burguesia na presente guerra é o encobrimento dos seus objetivos de pilhagem com a ideologia da libertação

nacional. Os ingleses prometem a liberdade à Bélgica, os alemães à Polónia, etc. Na realidade, como vimos, esta é uma guerra entre os opressores da maioria das nações do mundo pelo reforço e o alargamento dessa opressão.

Os socialistas não podem alcançar o seu grande objectivo sem lutar contra toda a opressão das nações. Por isso eles devem obrigatoriamente exigir que os partidos sociais-democratas dos países opressores (particularmente das chamadas grandes potências) reconheçam e defendam o direito das nações oprimidas à autodeterminação, e precisamente no sentido político da palavra, isto é, o direito à separação política. Um socialista de uma nação que seja uma grande potência ou possua colónias e que não defende esse direito é um chauvinista.

A defesa desse direito não só não estimula a criação de pequenos Estados como, pelo contrário, conduz à formação mais livre, mais ousada e por isso mais ampla e mais generalizada de grandes Estados e de uniões entre Estados, mais vantajosos para as massas e respondendo melhor ao desenvolvimento económico.

Os socialistas das nações oprimidas, por sua vez, devem obrigatoriamente lutar pela completa unidade (incluindo organizativa) dos operários das nacionalidades oprimidas e opressoras. A ideia de separação jurídica de uma nação de outra (a chamada autonomia nacional cultural de Bauer e Renner) é uma ideia reaccionária.

O imperialismo é a época da progressiva opressão das nações de todo o mundo por um punhado de grandes potências, e por isso a luta pela revolução socialista internacional contra o imperialismo é impossível sem o reconhecimento do direito das nações à autodeterminação. Não pode ser livre

um povo que oprime outros povos (Marx e Engels). Não pode ser socialista um proletariado que admite a mínima violência da sua nação sobre outras nações.

A RECONSTITUIÇÃO DA INTERNACIONAL (1915)

Vladimir I. Lenin

Como reconstituir a Internacional? Mas, primeiro, algumas palavras sobre como não se deve reconstituir a Internacional.

O Método dos Sociais-Chauvinistas e do Centro

Oh, os sociais-chauvinistas de todos os países são grandes internacionalistas! Desde o próprio início da guerra eles estão cheios de preocupações com a Internacional. Por um lado, asseguram que o que se diz acerca da falência da Internacional é exagerado. Na verdade, nada de extraordinário aconteceu. Ouçam Kautsky: simplesmente, a Internacional é um instrumento do tempo de paz, e é natural que em tempo de guerra esse instrumento não se tenha mostrado inteiramente à altura. Por outro lado, os sociais-chauvinistas de todos os países encontraram um meio muito simples — e o que é mais importante: internacionalista — para sair da situação criada. O meio não é nada complicado: basta esperar o fim da guerra; até o fim da guerra, os socialistas de cada país devem defender a sua pátria, apoiar os seus governos e, depois de terminada a guerra, amnistiar-se uns aos outros, reconhecer que todos tinham razão quando, em tempo de paz viviam como irmãos mas, em tempo de guerra - na base precisa de tais ou tais resoluções -, chamavam os operários alemães a exterminar os seus irmãos franceses e inversamente.

Nisto coincide igualmente Kautsky, Plekhanov, Victor Adler, Heine. Victor Adler escreve que quando tiver passado este duro período, o nosso primeiro dever será não nos acusarmos uns aos outros. Kautsky assevera que

até agora não se ouviu de nenhum dos lados vozes de socialistas sérios que fizessem rezear pelo destino da Internacional. Plekhanov diz que é desagradável apertar mãos (de sociais-democratas alemães) que cheiram ao sangue de vítimas inocentes. Mas imediatamente oferece uma amnistia; aqui será plenamente indicado, escreve ele, submeter o coração à razão. Em nome da sua grande causa, a Internacional deverá ter em conta mesmo os arrependimentos tardios. Heine, nos *Sozialistische Monatshefte*, qualifica de corajoso e digno o comportamento de Vandervelde e aponta-o como exemplo aos elementos de esquerda alemães.

Em suma, quando a guerra terminar, nomeiam uma comissão composta por Kautsky e Plekhanov, Vandervelde e Adler, e num instante será elaborada uma resolução unânime no espírito da amnistia mútua. A controvérsia será eficientemente atenuada. Em vez de ajudarem os operários a orientarem-se nos acontecimentos, enganá-los-ão com uma aparente unidade no papel. A união dos sociais-chauvinistas e dos hipócritas de todos os países será denominada reconstrução da Internacional.

É inútil disseminá-lo: o perigo de uma tal reconstrução é muito grande. Os sociais-chauvinistas de todos os países estão igualmente interessados nela. Ninguém de entre eles quer que as próprias massas operárias do seu país se orientem na questão: socialismo ou nacionalismo. Todos eles estão igualmente interessados em ocultar os pecados uns dos outros. Nenhum deles pode propor qualquer coisa que não seja o que propõe Kautsky, esse virtuoso da hipocrisia internacionalista.

Entretanto, pouco se tem em conta esse perigo. Durante um ano de guerra vimos uma série de tentativas de reconstituição das ligações internacionais. Não falaremos das conferências de Londres e de Viena, onde se reuniram

determinados chauvinistas a fim de ajudar os estados-maiores e a burguesia das suas pátrias. Referimo-nos às conferências de Lugano e de Copenhaga, à conferência internacional das mulheres, e à conferência internacional da juventude. Essas assembleias foram animadas pelas melhores intenções. Mas elas não viram de modo nenhum o perigo apontado. Elas não indicaram a linha de combate dos internacionalistas. Elas não apontaram ao proletariado o perigo que para ele representa o método social-chauvinista de reconstituição da Internacional. No melhor dos casos, limitaram-se a repetir as velhas resoluções, sem apontar aos operários que sem lutar contra os sociais-chauvinistas a causa do socialismo não tem futuro. No melhor dos casos, limitaram-se a marcar passo.

A Situação no seio da Oposição

Não há qualquer dúvida de que é a situação no seio da oposição social-democrata alemã que apresenta o maior interesse para todos os internacionalistas. A social-democracia oficial alemã, que era o partido mais forte, o partido dirigente na II Internacional, desferiu o mais rude golpe na organização internacional dos operários. Mas, ao mesmo tempo, foi na social-democracia alemã que se verificou a mais forte oposição. Entre os grandes partidos europeus, foi nela que em primeiro lugar ergueram uma sonora voz de protesto os camaradas que se mantiveram fiéis à bandeira do socialismo. Foi com alegria que lemos as revistas *Lichtstrahlen* e *Die Internationale*. Foi com maior alegria ainda que soubemos da difusão na Alemanha de apelos revolucionários ilegais, como, por exemplo, o apelo *O Inimigo Principal Está no Nosso Próprio País*. Isso mostrava que entre os operários alemães estava vivo o espírito do

socialismo, que na Alemanha ainda há pessoas capazes de defender o marxismo revolucionário.

Foi no seio da social-democracia alemã que se delineou com maior evidência a cisão do socialismo contemporâneo. Vemos aqui com toda a clareza 3 correntes: os oportunistas-chauvinistas, que em parte nenhuma como na Alemanha atingiram um tal grau de decadência e de negação; o centro kautskista, que se mostrou aqui completamente impotente para desempenhar qualquer outro papel além do de servidor dos oportunistas; e a esquerda, que representa os únicos sociais-democratas da Alemanha.

Naturalmente, o que mais nos interessa é a situação no seio da esquerda alemã. Vemos nela os nossos camaradas, a esperança de todos os elementos internacionalistas.

Qual é essa situação?

A revista *Die Internationale* tinha toda a razão ao dizer que na esquerda alemã tudo se encontra ainda em processo de fermentação, que haverá ainda grandes reagrupamentos, que no seu seio há elementos mais resolutos e menos resolutos.

Nós, internacionalistas russos, naturalmente não pretendemos imiscuir-nos minimamente nos assuntos internos dos nossos camaradas da esquerda alemã. Compreendemos que só eles são plenamente competentes para determinar os seus métodos de luta contra os oportunistas, tendo em conta as condições de tempo e de lugar. Apenas consideramos nosso direito e nosso dever expressar abertamente a nossa opinião sobre a situação.

Estamos convencidos de que o autor do editorial da revista *Die Internationale* tinha profunda razão ao afirmar que o centro kautskista é mais prejudicial à causa do marxismo do que o social-chauvinismo declarado. Quem neste momento dissimula as divergências, quem prega agora aos operários, sob a aparência de marxismo, aquilo que prega o kautskismo, adormece os operários, é mais prejudicial do que Südekum e Heine, que colocam a questão abertamente e obrigam os operários a orientar-se.

A discordância contra as instâncias, que Kautsky e Haase se permitem nos últimos tempos, não deve induzir ninguém a erro. As divergências entre eles e os Scheidemann não são divergências de princípio. Uns consideram que Hindenburg e Mackensen já venceram e que agora já se podem dar ao luxo de protestar contra as anexações. Os outros consideram que Hindenburg e Mackensen ainda não venceram e que por isso é preciso conter-se até ao fim.

O kautskismo trava contra as instâncias apenas uma luta de fachada — precisamente para, depois da guerra, dissimular perante os operários o debate de princípio e escamotear a questão com mil e uma resoluções infladas num espírito indeterminado de esquerda, em que são tão peritos os diplomatas da II Internacional.

É inteiramente compreensível que na sua difícil luta contra as instâncias a oposição alemã tenha de utilizar também essa discordância sem princípios do kautskismo. Mas a pedra-de-toque para qualquer internacionalista deve continuar a ser a atitude negativa em relação ao neokautskismo. Só é realmente internacionalista aquele que luta contra o kautskismo, que compreende que o centro, mesmo depois da pretensa viragem dos seus chefes, continua a ser, do ponto de vista dos princípios, aliado dos chauvinistas e dos oportunistas.

Tem uma enorme importância a nossa atitude para com os elementos vacilantes no seio da Internacional em geral. Esses elementos - sobretudo os socialistas de matiz pacifista — existem tanto nos países neutros como em alguns países beligerantes (na Inglaterra, por exemplo, o Partido Trabalhista Independente). Esses elementos podem ser nossos companheiros de jornada. A aproximação com eles contra os sociais-chauvinistas é necessária. Mas é preciso recordar que são apenas companheiros de jornada, que no principal e no essencial, em caso de reconstituição da Internacional, esses elementos não estarão conosco, mas contra nós, estarão com Kautsky, Scheidemann, Vandervelde e Sembat. Nas reuniões internacionais não podemos limitar o nosso programa àquilo que é aceitável para esses elementos. De outro modo ficaremos nós próprios prisioneiros dos pacifistas vacilantes. Assim aconteceu, por exemplo, na conferência internacional de mulheres em Berna. A delegação alemã, que partilhava o ponto de vista da camarada Clara Zetkin, desempenhou de facto nessa conferência o papel do centro. A conferência de mulheres disse apenas aquilo que era aceitável para as delegadas do partido oportunista holandês de Troelstra e para as delegadas do ILP (Partido Trabalhista Independente), o qual — não o esqueçamos — na conferência de Londres dos chauvinistas da Entente votou pela resolução de Vandervelde. Nós expressamos o nosso maior respeito ao ILP pela sua luta corajosa contra o governo inglês durante a guerra. Mas sabemos que esse partido não se situou e não se situa no terreno do marxismo. E nós consideramos que a principal tarefa da oposição social-democrata no presente momento é erguer a bandeira do marxismo revolucionário, dizer firme e claramente aos operários como nós encaramos as guerras imperialistas, lançar a palavra de ordem das ações revolucionárias de

massas, isto é, da transformação da época das guerras imperialistas no princípio de uma época de guerras civis.

Elementos sociais-democratas revolucionários existem, apesar de tudo, em muitos países. Eles existem na Alemanha, na Rússia, na Escandinávia (uma tendência influente de que é representante o camarada Höglund), nos Balcãs (o partido dos estreitos búlgaros), na Itália, na Inglaterra (uma parte do Partido Socialista Britânico), em França (o próprio Vaillant reconheceu no *L'Humanité* ter recebido cartas de protesto dos internacionalistas, mas não publicou nem uma delas integralmente), na Holanda (os tribunistas), etc. Unir estes elementos marxistas — por pouco numerosos que eles sejam a princípio —, recordar em seu nome as palavras agora esquecidas do autêntico socialismo, chamar os operários de todos os países a romper com os chauvinistas e a colocarem-se sob a velha bandeira do marxismo — tal é a tarefa do momento.

As reuniões com os chamados programas de ação reduziram-se até agora a que nelas se proclamou, mais ou menos integralmente, um programa de simples pacifismo. O marxismo não é pacifismo. É necessário lutar pela mais rápida cessação da guerra. Mas só com o apelo à luta revolucionária a reivindicação de paz adquire um sentido proletário. Sem uma série de revoluções, a chamada paz democrática é uma utopia filistina. O único verdadeiro programa de ação seria o programa marxista, que dá às massas uma resposta completa e clara sobre aquilo que aconteceu, que explica o que é o imperialismo e como combatê-lo, que declara abertamente que a falência da II Internacional foi provocada pelo oportunismo, que apela abertamente a edificar uma Internacional marxista sem e contra os oportunistas. Só um tal programa, que mostraria que nós acreditamos em nós próprios, acreditamos no marxismo,

declaramos ao oportunismo uma luta de vida ou de morte, nos asseguraria mais cedo ou mais tarde a simpatia das verdadeiras massas proletárias.

O Partido Operário Social-Democrata da Rússia e a III Internacional

O POSDR há muito que se cindiu dos seus oportunistas. Os oportunistas russos tornaram-se agora também chauvinistas. Isso apenas reforça a nossa opinião de que a cisão com eles era necessária no interesse do socialismo. Estamos convencidos de que as atuais divergências entre os sociais-democratas e os sociais-chauvinistas não são em nada menores que as que havia entre os socialistas e anarquistas quando os sociais-democratas se separaram destes últimos. O oportunista Monitor, no *Preussische Jahrbücher*, disse com razão que para os oportunistas e para a burguesia é vantajosa a atual unidade, porque ela obriga os elementos de esquerda a submeter-se aos chauvinistas e impede os operários de verem claro nos debates e de criarem o seu partido verdadeiramente operário, verdadeiramente socialista. Estamos profundamente convencidos de que, na atual situação, a cisão com os oportunistas e os chauvinistas é o primeiro dever de um revolucionário - do mesmo modo que a cisão com os amarelos, com os antisemitas, com os sindicatos operários liberais, etc., era necessária para educar mais rapidamente os operários atrasados e atraí-los para as fileiras do partido social-democrata.

A III Internacional, em nossa opinião, deveria ser edificada precisamente sobre essa base revolucionária. Para o nosso partido não existe a questão da conveniência da ruptura com os sociais-chauvinistas. Essa questão está para ele irrevogavelmente resolvida. Para ele existe apenas a questão de saber se isso é realizável nos tempos mais próximos à escala internacional.

Compreende-se perfeitamente que para tornar realidade uma organização marxista internacional é necessário que exista a disposição de criar partidos marxistas independentes em diversos países. A Alemanha, como país do mais antigo e mais forte movimento operário, tem uma importância decisiva. O futuro próximo mostrará se já amadureceram as condições para a criação de uma nova Internacional marxista. Se sim, o nosso partido adotará com alegria a essa III Internacional, depurada do oportunismo e do chauvinismo. Se não, isso mostrará que essa depuração exigirá ainda uma evolução mais ou menos prolongada. E então o nosso partido será a oposição extrema dentro da antiga Internacional — enquanto nos diferentes países não estiver criada a base para uma associação internacional dos operários que se situe no terreno do marxismo revolucionário.

Não sabemos nem podemos saber como se desenvolverão as coisas nos próximos anos na arena internacional. Mas aquilo que sabemos de certeza, aquilo de que estamos inabalavelmente convencidos, é de que o nosso partido, no nosso país, entre o nosso proletariado, trabalhará incansavelmente nessa direção e com toda a sua ação quotidiana criará uma seção russa da Internacional marxista.

Também na Rússia não faltam os sociais-chauvinistas declarados e os grupos do centro. Essa gente lutará contra a criação de uma Internacional marxista. Sabemos que Plekhanov se situa no mesmo terreno de princípios que Südekum e já hoje lhe estende a mão. Sabemos que o chamado Comitê de Organização, dirigido por Axelrod, prega o kautskismo no solo russo. Sob a aparência de unidade da classe operária essa gente prega a unidade com os oportunistas e, através deles, com a burguesia. Mas tudo aquilo que conhecemos do movimento operário atual na Rússia dá-nos a plena certeza de que o

proletariado consciente da Rússia permanecerá, como antes, com o nosso partido.

O PROGRAMA MILITAR DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA (1916)

Vladimir I. Lenin

Na Holanda, Escandinávia e na Suíça, entre os sociais-democratas revolucionários que lutam contra a mentira dos sociais-chauvinistas sobre a defesa da pátria na atual guerra imperialista, ouvem-se vozes em favor da substituição do velho ponto do programa mínimo da social-democracia: “milícia ou armamento do povo” — por um novo: “desarmamento”. O *Jugend-Internationale*, abriu a discussão sobre esta questão e no seu n.º 3 publicou um artigo da redação a favor do desarmamento. Nas mais recentes teses de R. Grimm encontramos também, infelizmente, uma concessão à ideia do desarmamento. Nas revistas *Neues Leben* e *Vorbote* abriu-se uma discussão.

Analisemos a posição dos defensores do desarmamento.

O argumento fundamental consiste em que a reivindicação do desarmamento é a expressão mais clara, mais decidida e mais consequente da luta contra todo o militarismo e contra toda a guerra.

Mas é neste argumento fundamental que reside o principal erro dos partidários do desarmamento. Os socialistas não podem, sem deixarem de ser socialistas, ser contra toda a guerra.

Em primeiro lugar, os socialistas nunca foram e nunca poderão ser adversários de guerras revolucionárias. A burguesia das grandes potências imperialistas tornou-se totalmente reacionária, e nós reconhecemos que a guerra conduzida agora por essa burguesia é uma guerra reacionária, escravista e

criminosa. Mas que se pode então dizer de uma guerra contra esta burguesia? Por exemplo, de uma guerra dos povos oprimidos por esta burguesia e dela dependentes ou coloniais pela sua libertação? Nas teses do grupo Internacional, no parágrafo 5, lê-se: “Na era deste imperialismo desenfreado já não pode haver quaisquer guerras nacionais” — isto é evidentemente falso.

A história do século XX, este século do imperialismo desenfreado, está cheia de guerras coloniais. Mas aquilo a que nós, europeus, opressores imperialistas da maioria dos povos do mundo, com o odioso chauvinismo europeu que nos é próprio, chamamos guerras coloniais, são frequentemente guerras nacionais ou insurreições nacionais destes povos oprimidos. Uma das propriedades mais fundamentais do imperialismo consiste precisamente em que ele acelera o desenvolvimento do capitalismo nos países mais atrasados e com isso amplia e agudiza a luta contra a opressão nacional. Isto é um fato. E daqui decorre, inevitavelmente, que o imperialismo em muitos casos tem que gerar guerras nacionais. Junius, que na sua brochura defende as teses citadas, diz que na época imperialista qualquer guerra nacional contra uma das grandes potências imperialistas leva à intervenção de outra grande potência, também imperialista e concorrente da primeira, e que, deste modo, qualquer guerra nacional se transforma em imperialista. Mas também este argumento é falso. Isto pode acontecer, mas nem sempre acontece. Muitas guerras coloniais nos anos de 1900 a 1914 não seguiram este caminho. E seria simplesmente ridículo se declararmos que, por exemplo, depois da guerra atual, se ela terminar com um esgotamento extremo dos países beligerantes, não pode haver nenhuma guerra nacional, progressiva, revolucionária, por parte, digamos, da China em aliança com a Índia, Pérsia, Sião, etc, contra as grandes potências.

A negação de qualquer possibilidade de guerras nacionais sob o imperialismo é teoricamente falsa, evidentemente errada no plano histórico e equivalente no plano prático ao chauvinismo europeu: nós, que pertencemos às nações que oprimem centenas de milhões de pessoas na Europa, na África, na Ásia, etc, nós devemos declarar aos povos oprimidos que a sua guerra contra as nossas nações é impossível!

Em segundo lugar, as guerras civis também são guerras. Quem reconhece a luta de classes não pode deixar de reconhecer as guerras civis, que em qualquer sociedade de classes representam a natural, e em determinadas circunstâncias inevitável, continuação, desenvolvimento e agudização da luta de classes. Todas as grandes revoluções o confirmam. Negar as guerras civis ou esquecê-las significaria cair num oportunismo extremo e renegar a revolução socialista.

Em terceiro lugar, o socialismo vitorioso num só país de modo algum exclui imediatamente todas as guerras em geral. Pelo contrário, pressupõe-nas. O desenvolvimento do capitalismo realiza-se de modo extremamente desigual nos diferentes países. Nem pode ser de outra forma na produção mercantil. Daí decorre a indiscutível conclusão de que o socialismo não pode vencer simultaneamente em todos os países. Ele vencerá inicialmente num só ou em vários países, continuando os restantes a ser, durante certo tempo, burgueses ou pré-burgueses. Isto deverá provocar não apenas atritos mas também a tendência direta da burguesia dos outros países para derrotar o proletariado vitorioso do Estado socialista. Em tais casos a guerra seria da nossa parte legítima e justa. Seria uma guerra pelo socialismo, pela libertação de outros povos da burguesia. Engels tinha inteira razão quando, na sua carta a Kautsky de 12 de Setembro de 1882, reconhecia expressamente a possibilidade de

guerras defensivas do socialismo já vitorioso. Ele tinha em vista, precisamente, a defesa do proletariado vitorioso contra a burguesia dos outros países.

Só depois de termos derrubado, vencido e expropriado definitivamente a burguesia no mundo inteiro, e não apenas num só país, é que as guerras se tornarão impossíveis. E, do ponto de vista científico, seria portanto completamente incorreto e completamente não-revolucionário se dissimularmos exatamente o que é mais importante: o esmagamento da resistência da burguesia — o mais difícil, o que mais luta exige durante a passagem ao socialismo. Os padres sociais e os oportunistas estão sempre prontos a sonhar com o futuro socialismo pacífico, mas aquilo que os distingue dos sociais-democratas revolucionários é exatamente eles não quererem pensar e sonhar com a encarniçada luta de classes e com as guerras de classes para tornar realidade este futuro maravilhoso.

Não nos devemos deixar enganar por palavras. Por exemplo, a noção de defesa da pátria é odiosa para muitos, porque os oportunistas declarados e os kautskistas encobrem e dissimulam com ela a mentira da burguesia na presente guerra de rapina. Isto é um fato. Mas disto não decorre que devamos deixar de saber meditar sobre o significado das palavras de ordem políticas. Reconhecer a defesa da pátria nesta guerra significa considerá-la justa, conforme com os interesses do proletariado, e nada mais, e mais uma vez nada mais, porque a invasão não se exclui em nenhuma guerra. Seria simplesmente uma estupidez negar a defesa da pátria por parte dos povos oprimidos na sua guerra contra as grandes potências imperialistas ou por parte do proletariado vitorioso na sua guerra contra qualquer Galliffet de um Estado burguês.

No plano teórico seria totalmente errado esquecer que qualquer guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios; a atual guerra

imperialista é a continuação da política imperialista de dois grupos de grandes potências, e esta política é gerada e alimentada pelo conjunto das relações da época imperialista. Mas esta mesma época deve necessariamente gerar e alimentar também a política de luta contra a opressão nacional e de luta do proletariado contra a burguesia e, por isso, a possibilidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições e guerras revolucionárias nacionais, em segundo lugar das guerras e insurreições do proletariado contra a burguesia, em terceiro lugar da unificação de ambas as espécies de guerras revolucionárias, etc.

A isto junta-se ainda a seguinte consideração geral.

Uma classe oprimida que não aspire a aprender a manejar as armas, a possuir armas, tal classe oprimida mereceria apenas ser tratada como são tratados os escravos. Pois não podemos esquecer, sem nos transformarmos em pacifistas burgueses ou oportunistas, que vivemos numa sociedade de classes e que dela não há nem pode haver outra saída que não seja a luta de classes. Em qualquer sociedade de classes, seja ela baseada na escravatura, na servidão ou, como agora, no trabalho assalariado, a classe opressora está armada. Não só o atual exército permanente, mas também a atual milícia, mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, por exemplo na Suíça, são o armamento da burguesia contra o proletariado. Esta é uma verdade tão elementar que talvez não haja necessidade de nos determos nela em especial. Basta lembrar o emprego de tropas contra os grevistas em todos os países capitalistas.

O armamento da burguesia contra o proletariado é um dos fatos mais consideráveis, fundamentais e importantes da moderna sociedade capitalista. E perante este facto propõe-se aos sociais-democratas revolucionários que

apresentem a reivindicação do desarmamento! Isso seria uma negação total do ponto de vista da luta de classes, uma renúncia de qualquer ideia de revolução. A nossa palavra de ordem deve ser: armar o proletariado para vencer, expropriar e desarmar a burguesia. Esta é a única tática possível para a classe revolucionária, tática que decorre de todo o desenvolvimento objetivo do militarismo capitalista e é determinada por este desenvolvimento. Só depois de o proletariado desarmar a burguesia é que poderá, sem trair a sua tarefa histórico-universal, atirar para o ferro-velho todo o armamento em geral e, indubitavelmente, o proletariado fará isso, mas só então, de modo nenhum antes.

Se a guerra atual provoca nos reacionários socialistas cristãos e nos choramingas pequeno-burgueses apenas o horror e medo, apenas repugnância por qualquer emprego das armas, pelo sangue, pela morte, etc, nós devemos dizer: a sociedade capitalista foi e é sempre um horror sem fim. E se agora a mais reacionária de todas as guerras prepara a esta sociedade um fim horrível, nós não temos nenhuma razão para cair no desespero. E, pelo seu significado objetivo, outra coisa não é senão uma manifestação precisamente de desespero, a reivindicação de desarmamento — melhor dizendo: o sonho com o desarmamento, numa altura em que diante dos olhos de todos se prepara, com as forças da própria burguesia, a única guerra legítima e revolucionária, a saber: a guerra civil contra a burguesia imperialista.

A quem diga que isto é uma teoria separada da vida, recordaremos dois factos históricos universais: por um lado o papel dos trustes e do trabalho das mulheres nas fábricas e, por outro, a Comuna de 1871 e a insurreição de Dezembro de 1905 na Rússia.

A burguesia encarrega-se de desenvolver os trustes, de empurrar as crianças e as mulheres para as fábricas, de aí as martirizar, perverter e condenar

à extrema miséria. Nós não reivindicamos tal desenvolvimento, não o apoiamos, lutamos contra ele. Mas como lutamos? Sabemos que os trustes e o trabalho das mulheres nas fábricas são progressivos. Não queremos andar para trás, para o trabalho artesanal, para o capitalismo pré-monopolista, para o trabalho doméstico das mulheres. Avante, através dos trustes, etc, e mais além, para o socialismo!

Este raciocínio é aplicável também, com as devidas modificações, à atual militarização do povo. Hoje a burguesia imperialista militariza não só todo o povo, mas também a juventude. Amanhã talvez comece a militarizar as mulheres. Nós devemos dizer a este propósito: tanto melhor! Rápido para a frente! Quanto mais rápido, mais nos aproximamos da insurreição armada contra o capitalismo. Como podem os sociais-democratas deixar-se amedrontar pela militarização da juventude, etc, se não esquecem o exemplo da Comuna? Isto não é uma teoria separada da vida, não é um sonho, mas um fato. E seria na verdade muito mau se os sociais-democratas, apesar de todos os fatos económicos e políticos, comessem a duvidar de que a época imperialista e as guerras imperialistas devem conduzir inevitavelmente à repetição de tais fatos.

Um observador burguês da Comuna escreveu em Maio de 1871 num jornal inglês: Se a nação francesa fosse constituída só por mulheres, que terrível nação seria! As mulheres e as crianças com mais de 13 anos de idade lutaram durante a Comuna juntamente com os homens. Não poderá ser de outra forma também nos futuros combates pelo derrubamento da burguesia. As mulheres proletárias não contemplarão passivamente como a burguesia bem armada irá metralhar os operários mal armados ou desarmados. Elas pegarão em armas, tal como em 1871, e, das atuais nações amedrontadas -ou melhor: do atual movimento operário, desorganizado mais pelos oportunistas do que pelos

governos — surgirá, indubitavelmente, mais cedo ou mais tarde, mas de modo absolutamente indubitável, uma aliança internacional de terríveis nações do proletariado revolucionário.

Agora a militarização penetra toda a vida social. O imperialismo é uma luta encarniçada das grandes potências pela partilha e redistribuição do mundo, por isso deve conduzir inevitavelmente ao reforço da militarização em todos os países, mesmo nos neutros e nos pequenos. Que farão contra isso as mulheres proletárias?? Apenas maldizer toda a guerra e tudo o que é militar, apenas reivindicar o desarmamento? Nunca as mulheres duma classe oprimida, que é efetivamente revolucionária, se conformarão com um papel tão vergonhoso. Elas dirão aos seus filhos: Em breve serás grande. Dar-te-ão uma espingarda. Toma-a e aprende bem a manejar as armas. Esta ciência é indispensável para os proletários — não para atirar contra os teus irmãos, os operários de outros países, como se faz na atual guerra e como os traidores do socialismo te aconselham a fazer — mas para lutar contra a burguesia do teu próprio país, para pôr fim à exploração, à miséria e às guerras não por meio de votos piedosos, mas por meio da vitória sobre a burguesia e do seu desarmamento.

Se se renunciar a fazer tal propaganda, e precisamente tal propaganda em relação à guerra atual, é melhor não dizer grandes palavras sobre a social-democracia revolucionária internacional, sobre a revolução socialista e sobre a guerra contra a guerra.

III

Os partidários do desarmamento pronunciam-se contra o ponto programático do armamento do povo, entre outras coisas porque esta última

reivindicação conduziria mais facilmente a concessões ao oportunismo. Nós analisamos acima o mais importante: a relação do desarmamento com a luta de classes e com a revolução social. Analisemos agora a questão da relação da reivindicação do desarmamento com o oportunismo. Uma das mais importantes causas da inadmissibilidade desta reivindicação consiste precisamente em que ela e as ilusões que gera debilitam e retiram força inevitavelmente à nossa luta contra o oportunismo.

Não há dúvida de que esta luta é a questão principal imediata da Internacional. Uma luta contra o imperialismo que não esteja indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo é uma frase oca ou um logro. Um dos principais defeitos de Zimmerwald e de Kiental, uma das causas fundamentais do possível fracasso destes germes da III Internacional consiste exatamente no fato de a questão da luta contra o oportunismo não ter sido sequer colocada abertamente, não falando já da sua resolução no sentido da necessidade da ruptura com os oportunistas. O oportunismo venceu — temporariamente — no seio do movimento operário europeu. Em todos os grandes países formaram-se dois matizes principais do oportunismo: primeiro, o social-imperialismo aberto, cínico, e por isso menos perigoso, dos senhores Plekhanov, Scheidemann, Legien, Albert Thomas e Sembat, Vandervelde, Hyndman, Henderson, etc. Segundo, o encoberto, kautskiano: Kautsky—Haase e o Grupo Social-Democrata do Trabalho na Alemanha; Longuet, Pressemane, Mayéras, etc, na França; Ramsay MacDonald e outros chefes do Partido Trabalhista Independente da Inglaterra; Martov, Chkheidze, etc, na Rússia; Treves e outros reformistas ditos de esquerda na Itália.

O oportunismo franco é aberta e diretamente contra a revolução e contra os movimentos e explosões revolucionárias que se estão a iniciar e está em

aliança direta com os governos, por mais diferentes que sejam as formas desta aliança, a começar com a participação nos ministérios e a terminar com a participação nos comitês industriais de guerra (na Rússia). Os oportunistas encobertos, os kautskianos, são muito mais perniciosos e perigosos para o movimento operário, porque eles escondem a sua defesa da aliança com os primeiros com a ajuda de palavrinhas marxistas e palavras de ordem pacifistas que soam a plausível. A luta contra estas duas formas do oportunismo dominante devem ser travadas em todos os terrenos da política proletária: no parlamento, nos sindicatos, nas greves, nas questões militares, etc. A principal particularidade que distingue ambas estas formas do oportunismo dominante consiste em que é silenciada, encoberta ou tratada com os olhos postos nas proibições policiais a questão concreta da ligação da guerra atual com a revolução e outras questões concretas da revolução. E isto apesar de antes da guerra se ter assinalado inúmeras vezes a ligação precisamente dessa guerra iminente com a revolução proletária, tanto de modo não oficial, como oficialmente no Manifesto de Basileia. Mas o principal defeito da reivindicação do desarmamento consiste precisamente em que aqui se levantam todas as questões concretas da revolução. Ou será que os partidários do desarmamento são por um tipo totalmente novo de revolução desarmada?

Continuemos. Nós não somos de modo algum contra a luta por reformas. Não queremos ignorar a triste possibilidade de que a humanidade sofra, no pior dos casos, ainda uma segunda guerra imperialista, se a revolução não surgir da guerra atual, apesar das numerosas explosões da efervescência das massas e do descontentamento das massas, apesar dos nossos esforços. Somos partidários de um programa de reformas que também deve estar voltado contra os oportunistas. Os oportunistas ficariam muito felizes se nós deixássemos só para

eles a luta por reformas e nos levássemos para as nuvens de um vago desarmamento, fugindo de uma triste realidade. O desarmamento é precisamente a fuga a uma detestável realidade e de modo nenhum uma luta contra ela.

Num tal programa nós diríamos mais ou menos assim: A palavra de ordem e o reconhecimento da defesa da pátria na guerra imperialista de 1914-1916 são apenas a corrupção do movimento operário com mentiras burguesas. Tal resposta concreta às questões concretas seria teoricamente mais correta, muito mais útil para o proletariado, mais insuportável para os oportunistas, do que a reivindicação do desarmamento e do que a renúncia a toda a defesa da pátria. E poderíamos acrescentar: A burguesia de todas as grandes potências imperialistas, da Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Rússia, Itália, Japão e Estados Unidos, tornou-se tão reacionária e tão penetrada da aspiração ao domínio mundial que toda a guerra por parte da burguesia desses países só pode ser reacionária. O proletariado deve ser não só contra toda a guerra deste tipo, mas também deve desejar a derrota do 'seu' governo em tais guerras e aproveitá-la para uma insurreição revolucionária, se não tiver êxito na insurreição com o fim de impedir a guerra.

Sobre a questão da milícia deveríamos dizer: não somos pela milícia burguesa, mas apenas pela proletária. Por isso, nem um centavo e nem um homem não só para o exército permanente, mas também para a milícia burguesa, mesmo em países como os Estados Unidos ou a Suíça, a Noruega, etc. Tanto mais que nós vemos nos países republicanos mais livres (por exemplo na Suíça) uma prussificação cada vez maior da milícia, especialmente em 1907 e 1911, e a sua prostituição para a mobilização das tropas contra os grevistas. Nós podemos reivindicar: a eleição dos oficiais pelo povo, a abolição de toda a justiça

militar, a igualdade de direitos dos operários estrangeiros e nacionais (um ponto especialmente importante para os Estados imperialistas que, como a Suíça, exploram em número cada vez maior e de modo cada vez mais desavergonhado os operários estrangeiros, deixando-os privados de direitos), mais: o direito de, digamos, cada centena de habitantes de um dado país formar livres uniões para o estudo de toda a arte militar, com a livre escolha dos instrutores, com o pagamento do seu trabalho pelo erário público, etc. Só em tais condições o proletariado poderia estudar a arte militar efetivamente para si, e não para os seus escravizadores, e os interesses do proletariado exigem indiscutivelmente esse estudo. A revolução russa demonstrou que qualquer êxito, mesmo um êxito parcial do movimento revolucionário — por exemplo, a conquista de uma determinada cidade, de uma determinada povoação fabril, de uma determinada parte do exército —, obrigará inevitavelmente o proletariado vitorioso a realizar precisamente tal programa.

Por fim, não se pode lutar contra o oportunismo, como é evidente, só com programas, mas apenas através de uma constante vigilância para que eles sejam efetivamente postos em prática. O maior e fatal erro da fracassada II Internacional consistiu em que as palavras não correspondiam aos atos, em que se inculcou o hábito da hipocrisia e das desavergonhadas frases revolucionárias (ver a atual atitude de Kautsky e cia para com o Manifesto de Basileia). O desarmamento, como ideia social, isto é, como ideia gerada por determinado ambiente social e que pode atuar sobre determinado ambiente social e não permanece como simples capricho pessoal, foi gerado, evidentemente, pelas condições de vida especiais, excepcionalmente tranquilas, de alguns pequenos Estados, que durante um período de tempo bastante longo se mantiveram à margem do sangrento caminho mundial das guerras e têm esperanças de

continuar à margem. Para se convencer disso basta pensar, por exemplo, na argumentação dos partidários noruegueses do desarmamento: nós somos um pequeno país, o nosso exército é pequeno, não podemos fazer nada contra as grandes potências (por isso também são impotentes contra a inclusão pela força numa aliança imperialista com este ou aquele grupo de grandes potências)... queremos continuar em paz no nosso recanto perdido e continuar a nossa política de recanto perdido, reivindicar o desarmamento, tribunais de arbitragem obrigatórios, neutralidade permanente, etc. (permanente - talvez como a belga?).

A pequena aspiração dos pequenos Estados a ficarem à margem, o desejo pequeno-burguês de ficar o mais longe possível das grandes batalhas da história mundial, de aproveitar a sua situação relativamente monopolista para permanecer numa empedernida passividade, eis o ambiente social objetivo que pode assegurar um certo êxito e uma certa difusão à ideia do desarmamento em alguns Estados pequenos. Naturalmente que esta aspiração é reacionária e assenta totalmente em ilusões, pois o imperialismo arrasta de uma forma ou de outra os pequenos Estados para o turbilhão da economia mundial e da política mundial.

À Suíça, por exemplo, o seu ambiente imperialista impõe objetivamente duas linhas do movimento operário: os oportunistas em aliança com a burguesia aspiram a fazer da Suíça uma união monopolista republicano-democrática para receber os lucros dos turistas da burguesia imperialista e para que esta tranquila situação do monopólio seja aproveitada do modo mais vantajoso, mais tranquilo possível.

Os verdadeiros sociais-democratas da Suíça esforçam-se por aproveitar a relativa liberdade e a posição internacional da Suíça para ajudar a estreita aliança dos elementos revolucionários dos partidos operários da Europa a vencer. A

Suíça fala, graças a Deus, não a sua própria língua, mas três línguas mundiais, e exatamente aquelas que falam os países beligerantes limítrofes.

Se os 20.000 membros do partido suíço contribuíssem semanalmente com dois cêntimos a título de imposto extraordinário de guerra, nós receberíamos anualmente 20.000 francos, mais do que suficiente para, apesar das proibições dos Estados-Maiores, imprimir periodicamente e difundir em três línguas entre os operários e os soldados dos países beligerantes tudo aquilo que contém a verdade sobre a indignação que começa a surgir nos operários, sobre a sua confraternização nas trincheiras, sobre as suas esperanças no aproveitamento revolucionário das armas contra a burguesia imperialista dos seus próprios países, etc.

Tudo isto não é novo. É exatamente o que fazem os melhores jornais como La Sentinelle, Volksrecht, Berner Tagwacht, mas, infelizmente, em medida insuficiente. Apenas na via de tal atividade a magnífica resolução do congresso do partido em Aarau pode tornar-se algo mais do que simplesmente uma magnífica resolução.

A questão que nos interessa agora coloca-se assim: corresponde a reivindicação de desarmamento à corrente revolucionária entre os sociais-democratas suíços? É evidente que não. Objetivamente, o desarmamento é o programa mais nacional, especificamente nacional, dos pequenos Estados, mas de modo nenhum o programa internacional da social-democracia revolucionária internacional.

A GUERRA E O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL

Nikolai Bukharin

A guerra, tornada inevitável pelo curso da evolução anterior, não poderia deixar de exercer formidável influência sobre a vida econômica mundial. Operando verdadeira revolução no interior de cada país e nas relações de força entre países, nas economias nacionais e na economia mundial; acarretando selvagem dilapidação das forças produtivas, a destruição dos meios materiais de produção e da mão de obra humana; sangrando a economia até a exaustão por despesas fenomenais, funestas do ponto de vista social — a guerra, como se fora uma gigantesca crise, acentuou, além disso, as tendências fundamentais do desenvolvimento capitalista, acelerando a um grau incrível o desenvolvimento dos elementos financeiros capitalistas e a centralização do capital em escala mundial. O caráter centralizador (segundo o método imperialista) da guerra moderna não deixa dúvidas. É preciso ver, antes de tudo, o desmoronamento dos pequenos Estados independentes, tanto os de tipo superior (concentração horizontal e centralização), quanto os de tipo agrário (centralização vertical); e, tratando-se embora de fenômeno de pequena importância, há ainda a absorção das organizações mais fracas (e retardatárias) pelas grandes unidades. É duvidoso que a Bélgica, sendo embora um país extremamente desenvolvido e possuindo sua política colonial própria, possa continuar uma existência independente; nos Bálcãs, a perspectiva de uma nova divisão de caráter centralizador é certa; não deverá tardar, também, a supressão dos enclaves coloniais na África. Por outro lado, assistimos a uma aproximação (sob a forma de sólido acordo entre sindicatos industriais) entre a Alemanha e a Áustria-

Hungria. Qualquer que seja o resultado da guerra, torna-se desde já previsível (e a previsão poderia mesmo ter sido feita a priori) que o mapa político será modificado no sentido de maior homogeneidade estatal, fato que explica, precisamente, o crescimento das “nacionalidades estatais” imperialistas (*Nationalitätenstaaten*).

Se a tendência geral da evolução, que a guerra só fez agravar, reside no desenvolvimento da centralização, esta guerra terá tido como resultado a entrada em cena de um dos principais trustes capitalistas nacionais, cuja organização interna apresenta enorme força. Referimo-nos aos Estados Unidos.

A guerra colocou os Estados Unidos em posição excepcional. A cessação das exportações do trigo russo, etc., determinou o aumento da procura de produtos da agricultura estadunidense; por outro lado, a prodigiosa demanda de produtos da indústria, por parte dos países beligerantes, voltou-se, igualmente, para os Estados Unidos.

Até mesmo a procura de crédito (empréstimos externos, etc.), orientou-se nesse sentido. Tendo sido, até então, devedor da Europa, os Estados Unidos encontraram na guerra a oportunidade para inverter a situação: a dívida total estadunidense extinguiu-se rapidamente e, no domínio das operações correntes e de crédito a curto prazo, a Europa tornou-se sua devedora. Além deste aspecto, o papel financeiro dos Estados Unidos cresceu também em outro setor importante. Sabemos que os Estados americanos de segunda ordem importavam capitais da Europa, principalmente da Inglaterra e da França, e que a importação do capital dos Estados Unidos, eles próprios importadores do capital europeu, só tinha lugar em última instância. Pois bem, durante a guerra, os pedidos de empréstimos do Canadá, da Argentina, do Panamá, da Bolívia, da Costa Rica, foram dirigidos aos EUA, e não mais à Europa.

“Países americanos obtiveram fundos de pouca monta, mas o que há de característico é o fato de pertencerem à clientela habitual do mercado de Londres. Assim, durante a guerra. Nova Iorque substituiu Londres e, por assim dizer, fez progredir a parte financeira do programa pan-americano”.

O desenvolvimento da guerra, a regulamentação das despesas militares e dos pedidos de empréstimos, e a procura considerável de capital no pós-guerra (em consequência da reconstituição do capital de fundos destruídos, etc.) acentuarão ainda mais a importância dos EUA. A aceleração da acumulação do capital estadunidense ampliou sua influência sobre as outras partes da América e o colocará rapidamente em primeiro plano na arena mundial da competição.

Os EUA ilustram bem a consolidação e o desenvolvimento de um vasto truste capitalista nacional, encaminhando-se para a assimilação de países e regiões anteriormente em poder da Europa. Paralelamente à extensão das relações mundiais da América do Norte, constata-se aí um desenvolvimento intensivo da coesão nacional. As tendências nacionalistas são ainda mais visíveis nos grupos em guerra; o comércio internacional está desorganizado, a circulação de capitais e mão de obra cessou, quase todos os vínculos que os uniam foram rompidos. Nos quadros da economia nacional (o melhor exemplo é fornecido pela Alemanha, por ser o país mais hermeticamente fechado), uma redistribuição das forças produtivas opera-se a toda pressa. Não se trata somente da indústria de guerra (sabe-se que, na Alemanha, até as fábricas de piano são adaptadas às novas necessidades: a fabricação de balas), mas também da de produtos alimentícios e da agricultura em geral. Dessa forma, a guerra agravou singularmente a tendência para a “autarquia” econômica, para a conversão da economia nacional em um sistema autossuficiente, mais ou menos isolado do resto do mundo. Pode-se supor que essa tendência continuará a

prevalecer e que a economia mundial se decompõe em uma ou várias partes independentes e completamente estanques? O imperialismo utópico crê ou está disposto a crer nessa suposição. Os ideólogos do imperialismo aspiram a produzir tudo “por si próprios” para não depender do estrangeiro. Obtendo um complemento econômico adequado, a garantia de matérias primas, tudo estará, segundo eles, resolvido. Tais raciocínios não resistem, porém, à crítica.

Os senhores imperialistas esquecem completamente que sua política de conquista implica o desenvolvimento das relações econômicas mundiais, a extensão das exportações de capital e de mercadorias, o aumento das importações de matérias primas, e assim por diante. Deste modo, vista de certo ângulo, a política imperialista é contraditória: de um lado, a burguesia tem de desenvolver ao máximo suas relações econômicas mundiais (“dumping” dos cartéis); de outro, fecha-se dentro de uma muralha aduaneira; de um lado, exporta capital; de outro, protesta contra a violência estrangeira; em resumo, internacionaliza a vida econômica e, ao mesmo tempo, procura por todos os meios contê-la dentro das fronteiras nacionais.

Ora, apesar de todos esses obstáculos, os vínculos internacionais desenvolvem-se sem cessar, e daí a justeza da observação de F. Pinner:

“Se se tem em mente que a extraordinária expansão do comércio exterior realizou-se exatamente na época de uma política econômica rigorosamente nacionalista, é necessário admitir que a guerra e a mentalidade política que ela engendrou nas grandes potências não têm maior possibilidade de destruir as relações internacionais do que tiveram para eliminar o estancamento hermético das fronteiras até aqui”.

Na realidade, já durante a guerra, o desaparecimento ou enfraquecimento dos vínculos econômicos em um país tinha, como efeito, fortalecê-los dentro

de outro. A violência "da Alemanha na Rússia desapareceu simplesmente para dar lugar à violência dos Aliados". Mas isto não é tudo. Devemos lembrar que o fator regulador da atividade capitalista é a obtenção do lucro. A guerra é um dos "negócios" do "burguês moderno". Terminada esta, ele recomeça, com o zelo de antes, a restabelecer as antigas relações (não falamos das operações de contrabando durante a guerra). Assim o quer o interesse capitalista. A divisão internacional do trabalho, as diferenças das condições naturais e sociais são um princípio econômico que não pode ser suprimido, mesmo por uma guerra mundial. Por esta razão, temos aí elementos — valor bem definidos e, em consequência, as condições para obtenção do lucro máximo no processamento das operações internacionais. Assim, a evolução ulterior não acabará em uma "autarquia" econômica, mas no desenvolvimento das relações internacionais, ao mesmo tempo que em uma maior coesão nacional e na aparição de novos conflitos no terreno da competição mundial.

Se a guerra não pode deter o curso geral do desenvolvimento do capital mundial, se é, ao contrário, a expressão de uma expansão máxima do processo de centralização, ela não obstante age, em compensação, sobre a estrutura das economias nacionais isoladas para intensificar sua centralização dentro de cada corpo nacional, paralelamente a um desgaste considerável das forças produtivas, para organizar a economia nacional, colocando-a cada vez mais sob o poder conjugado do capital financeiro e do Estado.

Por sua influência econômica, a guerra faz lembrar, sob vários aspectos, as crises industriais, de que se distingue, está claro, por uma maior intensidade dos abalos e dos estragos que causa. Economicamente, esses estragos atingem, antes de tudo, as camadas médias da burguesia, que, nestas condições, assim como nos períodos de crises industriais, sucumbem muito mais rapidamente.

Quando desaparecem mercados, quando ramos inteiros de produção perecem, quando vínculos até então sólidos rompem-se, quando todo o sistema de crédito é subvertido, etc., são as camadas médias da burguesia as mais atingidas pela falência. Ao contrário, a grande indústria “cartelizada” fica longe de uma má situação. Poderíamos citar inúmeras estatísticas que ilustram o aumento do lucro (benefícios de guerra) de um grande número de empresas, especialmente aquelas cuja produção abastece, de alguma maneira, o exército, ou seja, em primeiro lugar, a grande indústria. Embora a soma da mais-valia produzida não acuse aumento (ela diminui devido à convocação de um número formidável de operários para o exército), os lucros dos grandes grupos burgueses apresentam tendência à alta. Esse lucro excedente é obtido, em grande parte, em detrimento de outros grupos menos fortes e não “cartelizados” da burguesia. (A alta dos lucros explica-se também pelo acréscimo de títulos de valores correspondentes, a futuras necessidades). O formidável desperdício de forças produtivas, a absorção do capital de fundos da sociedade, provocarão fatalmente um deslocamento acelerado e o desenvolvimento dos grandes bancos e, portanto, a centralização e a concentração acelerada do capital. Estaremos, então, no início de um período de tratamento febril das feridas deixadas pela guerra: restauração das estradas de ferro, fábricas e usinas, das máquinas, do material de rolamento, destruídos ou usados, e — o que não virá certamente em último lugar — reparação e desenvolvimento do aparelho militar nacional. Tudo isso aumentará em grande escala a procura de capital e reforçará a posição dos consórcios bancários.

Paralelamente ao reforçamento dos grupos financeiros, devemos ainda assinalar a intervenção do Estado na vida econômica.

Trata-se da constituição de monopólios de Estado (monopólios de produção e de comércio), da organização das “empresas mistas”, onde o Estado é acionista do mesmo modo que os trustes; do controle estatal sobre o sistema de produção das empresas privadas (produção obrigatória, regularização dos métodos de trabalho, etc.); do ordenamento da distribuição (obrigação de fornecer e receber produtos; organização dos “órgãos centrais de distribuição”, armazéns nacionais de matérias primas, de combustíveis, de produtos alimentícios; tabelamento de preços; racionamento de pão, carne, e outros; interdição de importação e exportações, etc.); da organização do crédito nacional; enfim, da organização do consumo nacional (restaurantes coletivos, etc.).

Na Inglaterra, instituiu-se o seguro nacional de cargas, a garantia nacional dos tratados comerciais, o pagamento por parte do Estado das somas pertencentes aos comerciantes ingleses no estrangeiro e que podiam ser recuperadas no momento. Medidas do mesmo teor foram tomadas pelos demais países em guerra.

A “mobilização da indústria” efetuou-se tanto mais facilmente quanto mais fortemente desenvolvidas eram as organizações patronais, cartéis, sindicatos, trustes. Essas uniões patronais (em cujo interesse, verdade seja dita, a guerra foi feita), puseram todo o seu aparelho regulador a serviço do Estado imperialista, ao qual estão profundamente ligadas. Possibilitaram, assim, técnica e economicamente, a militarização da vida econômica, desde o processo direto de produção à utilidade das operações de crédito. E, em todos os setores em que a indústria organizara-se em cartéis, sua “mobilização” tomou gigantescas proporções.

“Amplios setores industriais — escreve Pinner a propósito da Alemanha — fundidos há vários anos em estreitas associações, cuja atividade econômica possuía caráter quase coletivo, absorveram uma parte da produção e colocaram-se sob direção única: os cartéis e os sindicatos industriais”.

Os fins da mobilização industrial, assim como seu alcance, aparecem claramente no discurso pronunciado por Lloyd George, a 3 de junho, em Manchester:

“A lei sobre a defesa do país, declarou o ministro, dá ao governo completo poder sobre as fábricas, conferindo-nos a possibilidade de colocar em plano superior a todos os outros os trabalhos necessários do Estado. Podemos dispor de toda a fábrica, de cada máquina, e, se alguma dificuldade surgisse, o ministério do abastecimento estaria em condições para, com base nessa lei, aplicar medidas as mais drásticas.”

Providências análogas foram tomadas na França e na Rússia. Além do controle direto do Estado sobre a produção das empresas privadas, a guerra engendrou um certo número de monopólios estatais: na Inglaterra, as estradas de ferro tornaram-se propriedade nacional; na Alemanha, constituiu-se o monopólio do trigo, da batata, do azoto, etc., havendo ainda vários outros em projeto (voltaremos a este assunto); a indústria carbonífera converteu-se, por sua vez, em “cartel misto”, em que o sindicato industrial coopera com o Estado.

Se constatamos, nos exemplos acima, a interferência direta do Estado no domínio da produção, não devemos perder de vista que, por outro lado, essa interferência realiza-se, em larga escala, graças aos instrumentos de crédito. Ainda aqui, a organização da “mobilização financeira” e das operações que dela resultam é típica. Assim, a *Reichsbank*, que, no começo da guerra, operava por intermédio de certos grandes bancos, intensificou, mais tarde, sua ação, de outra

maneira; referimo-nos à criação das “caixas de empréstimo”, estabelecimentos estatais dependentes da *Reichsbank*, que se tornaram em pouco tempo fator importante nas operações creditícias do país. Vieram depois os empréstimos internos de guerra, levantados junto ao público pela *Reichsbank* e que tiveram papel considerável. Dessa maneira, a *Reichsbank*, que já possuía, antes da guerra, excepcional importância na vida econômica alemã, projetou-se ainda mais, convertendo-se em poderoso centro de atração para capitais disponíveis. Atuando cada vez mais como estabelecimento para financiamento das empresas estatais fluorescentes e suas organizações econômicas, o instituto central de emissão do Estado converteu-se na “cabeça de ouro” de todo o truste capitalista nacional.

A Alemanha não foi o único país a conhecer uma evolução desse tipo, pois, *mutatis mutandis*, processo idêntico operou-se em todas as nações beligerantes (e até nas não beligerantes, embora, na verdade, em grau menor).

Julgamos conveniente analisar, mais a fundo, uma questão que nos parece da maior importância, e que é a dos monopólios estatais e de seu futuro.

“Segundo cálculos precisos — declarou o Dr. Helferich, no *Reichstag*, em agosto último — a guerra mundial custou a seus participantes aproximadamente 300 milhões de marcos por dia, isto é, um total de 100 bilhões de marcos, constituindo-se na destruição mais formidável, no maior deslocamento de valores que a história mundial registra”.

É evidente que as cifras do “marechal financista”, o Dr. Helferich, não proporcionam, realmente, uma ideia correta do custo geral da guerra, visto que abrangem apenas as despesas diretas efetuadas pelo Estado. Em nosso caso, porém, são justamente essas despesas que interessam, parecendo-nos, também, útil, apresentar informações mais amplas sobre os empréstimos de guerra. Com

efeito, embora os Estados, para fazer a guerra, gastem ainda parte de suas receitas particulares, é possível ter-se uma ideia relativa do formidável montante das despesas militares, pelos dados que apresentamos adiante.

Lançamos mão de estatísticas constantes do n.º 44 do *Vestnik Finansov*, 1915, frisando que os dados citados referem-se exclusivamente às seis principais potências dos doze países em guerra. É natural que gastos tão consideráveis, levando a uma destruição posterior dos valores, tenham como consequência a expansão da dívida pública e a perturbação da organização financeira do Estado. O equilíbrio orçamentário rompe-se a tal ponto que se torna necessário procurar novas fontes para alimentar as caixas governamentais, sem o que as enormes despesas — que subsistirão mesmo depois da guerra (pagamento de juros dos empréstimos nacionais, auxílio às famílias dos inválidos, etc.) — ficariam a descoberto. Na Alemanha, por exemplo, ter-se-á pelo menos de dobrar as rendas do Estado. Se se permanece limitado às fontes ordinárias de receita (empresas estatais, impostos diretos e indiretos), as despesas não poderão ser cobertas e o Estado terá que ampliar seus monopólios — conclusão a que chegam progressivamente os círculos dirigentes da burguesia, em virtude de ser a força do Estado, em última instância, sua própria força. Eis o que, por intermédio do Dr. Felix Pinner, pensa do assunto o órgão “científico” dos bancos alemães:

“Os violentos desacordos de princípio que se haviam manifestado antes da guerra a propósito dos monopólios em geral, ou de tal ou qual monopólio em particular, desapareceram num piscar de olhos, e quase todo mundo admite hoje que projetos relativos ao monopólio do álcool, do petróleo, da energia elétrica, dos fósforos e talvez mesmo do carvão, do sal, da potassa, do fumo e dos seguros, estão maduros para ser realizados”.

Nessas condições, devemos prever, com certeza quase absoluta, o desenvolvimento futuro das tendências monopolísticas.

Empréstimos de guerra de seis países beligerantes											
Áustria-Hungria (em milhões de coroas)		Rússia (em milhares de rublos)		França (em milhares de Francos)		Itália (em milhares de libras)		Grã-Bretanha (em milhares de libras est.)		Alemanha (em milhões de marcos)	
Empr. 5,5% XI/1914	2.300	Obrigs. do Tesouro descontadas no Banco Nacional	2.650.000	Empr. do Banco de Fr.	7.000.000	Empr. 4,5% XII/1914	1.000.000	Empr. 3,5% XI/1914	350.000	Empr. 5% IX/1914	3.492
Empr. 6% XI/1914	1.170	Empr. 5% X/1914	500.000	Empr. do Banco de Fr. a Aliados	530.000	Empr. 5% VII/1915	1.000.000	Bônus 3% III/1915	33.600	Obrig. 5% IX/1914	1.000
Empr. 5,5% V/1915	2.780	Empr. 5% II/1915	500.000	Empr. 3,5% VII/1914	500.000	Empr. do Banco da Itália	1.216.350	Empr. 4,5% VII/1915	585.000	Empr. 5% II/1915	9.100
Empr. 6% VI/1915	1.124	Empr. 5,5% V/1915	1.000.000	Bônus	7.871.000			Empr. americ. 5% X/1915	50.000	Empr. 5% IX/1915	12.101
Empr. 6% na Alemanha, XI/1914	248	Série 4% VIII/1914	300.000	Obrigações	2.241.000			Obrigações do Tesouro	214.000	Obrigações do Tes.	4.304
Empr. 6% na Alemanha, VII/1915	253	Série 4% III/1915	300.000	Empr. da Ingl	1.250.000						
Dívida corrente	5.112	Obrigs. do Tesouro descontadas na Ingl.	1.248.324	Empr. dos EE.UU	1.250.000						
		Na França	234.750								
		Empr. em diversas IV/1915	200.000								
		Empr. 5,5% XI/1915	1.000.000								
Total	12.987	Total	7.933.074	Total	20.642.000	Total	3.216.350	Total	1.232.600	Total	30.000
Totais em Rublos											
Áustria-Hungria		Rússia	7.933.074	França	7.755.000.000	Itália	1.206.129.000	Grã-Bretanha	11.660.396.000	Alemanha	13.890.000.000
Total Geral em Rublos = 47.557.581.000 (ou seja, 15 orçamentos anuais do Estado russo)											

Tomemos, por exemplo, a produção de energia elétrica, que, sofrendo a concorrência da indústria de gás, torna provável o monopólio desta última. A ampliação do domínio estatal sobre os monopólios mistos é ainda mais certa. Monopolizando a indústria carbonífera, o Estado atinge a produção de ferro gusa. Poderíamos multiplicar exemplos desse gênero, sendo, todavia, necessário indagarmos se todos esses projetos não ficarão como letra morta e se não se chocarão com a resistência da própria burguesia.

Constatamos, anteriormente, a mudança de tom da burguesia em relação aos monopólios estatais. Sem dúvida, mesmo neste momento, há diferentes camadas da burguesia cujos interesses divergem num sentido ou noutro. A evolução econômica, acentuada neste particular pela guerra, deverá fazer, porém, e certamente fará com que a burguesia, em sua totalidade, mostra-se cada vez mais tolerante com referência à intervenção dos monopólios. Deve-se atribuir a causa principal disso ao fato de que o Estado estabelece relações cada vez mais estreitas com os círculos dirigentes do capital financeiro. Os

estabelecimentos estatais e os monopólios privados tendem a fundir-se nos quadros do truste capitalista nacional. Os interesses do Estado e os do capital financeiro coincidem em escala continuamente crescente. Por outro lado, a enorme tensão da concorrência no mercado mundial exige do Estado um máximo de centralização e de poder. Essas duas causas, de um lado, e razões fiscais, de outro, constituem os principais fatores de estatização da produção capitalista .

Não sendo o Estado moderno outra coisa senão uma união patronal que tem à frente os mesmos homens que dirigem os sindicatos de bancos, a burguesia nada perde, ao fazer passar a produção de uma mão para outra. Limita-se a receber seus dividendos, não mais do sindicato bancário, mas dos bancos do Estado. Em compensação, terá muito a ganhar, visto que somente através de uma produção centralizada, militarizada e, conseqüentemente, estatizada, pode esperar sair vitoriosa da anarquia sangrenta.

A guerra moderna não exige apenas um suporte financeiro. Para que possa ser levada a termo vitoriosamente, é necessário que fábricas e usinas, minas e agricultura, bancos e bolsas trabalhem para ela. “Tudo pela guerra” — é a palavra de ordem da burguesia. As necessidades da guerra e a preparação imperialista da guerra levam a burguesia a uma nova forma de capitalismo, à estatização da produção e da distribuição, à abolição definitiva do antigo individualismo burguês.

É evidente que todas as providências de tempo de guerra não sobreviverão ao fim desta. Medidas como o racionamento do pão e da carne, a interdição de produzir determinados bens, a proibição de exportações, etc., desaparecem com a paz. Não é menos certo, porém, que a tendência do Estado em apoderar-se da produção se desenvolverá cada vez mais. É muito provável

que, em várias indústrias, haverá cooperação entre o Estado e os monopólios privados, com base no modelo das “sociedades de economia mista”, mas, inversamente, nos setores da indústria bélica, o tipo puramente estatal aparece como o mais viável. Kunow definiu com felicidade o futuro das economias nacionais, nos seguintes termos:

“dominação dos financistas, desenvolvimento da concentração industrial, intensificação do controle e das empresas estatais”.

O processo organizativo da indústria e do desenvolvimento da atividade econômica coloca a questão geral do sentido social — segundo a expressão do professor Jaffé — da transformação básica da estrutura econômica. Os primeiros a levantar a cabeça foram os socialistas estatizantes, cujos partidários militam sobretudo nas universidades alemãs. Karl Ballod repõe seriamente em cena o problema do renascimento das utopias ao admitir que os monopólios estatais realizam desde já uma nova estrutura de produção⁽¹⁹⁾, enquanto Jaffé declara que a militarização da vida econômica distingue-se do socialismo antes de tudo pelo fato de que a noção de “socialismo” alia-se a uma “sucessão demoníaca de pensamentos”, e que ali o indivíduo é colocado inteiramente a serviço do “todo”. Encontramos ainda um ponto de vista assaz curioso no professor Krahmann, que define assim o futuro da indústria extrativa:

“O poderoso efeito atual das medidas de sustentação do Estado e de defesa do país, que o Estado aplica por razões de ordem militar, nos conduz certamente, mesmo no domínio da indústria extrativa, a uma organização semelhante ao socialismo de Estado, com a diferença de que não seguimos o caminho que alguns temiam antes da guerra, e que outros desejavam. Não se trata de um socialismo fundado no internacionalismo, mas, pelo contrário, fortemente imbuído de nacionalismo, esse de que nos aproximamos. Não é um

comunismo democrático, e ainda menos a dominação de uma classe aristocrática, mas um nacionalismo que reconcilia as classes sociais, isso de que nos acercamos, desde 1.º de agosto de 1914, a um ritmo que se considerava outrora impossível”(21).

Em que consiste, pois, o esquema “basicamente transformado” do “socialismo de Estado” moderno? De acordo com o que dissemos acima, a resposta apresenta-se por si mesma: estamos em presença de um processo de centralização acelerada nas estruturas do truste capitalista nacional, que se desenvolve em sua forma mais elevada, e que não é o socialismo de Estado, e sim o capitalismo de Estado. Em princípio, não se trata absolutamente de uma nova estrutura de produção, isto é, de uma transformação das relações de classe tendo à sua disposição meios de produção de inusitada importância. Por essa razão, seria não somente arriscado, como também fenômeno logicamente absurdo aplicar-se ao presente estado de coisas uma terminologia que vá além das relações capitalistas. *Kriegssozialismus* (socialismo de guerra) e *Staatssozialismus* (socialismo de Estado) são termos empregados com o claro objetivo de gerar o erro e de dissimular, através de uma expressão enfeitada, o verdadeiro mundo das coisas — que está longe de ser belo. O modo capitalista de produção baseia-se no fato de que os meios de produção são monopolizados pela classe capitalista nos quadros de uma economia mercantil, sendo, a esse respeito, de pouca monta que o Estado constitua a expressão direta dessa monopolização, ou que esta resulte da “iniciativa privada”. Em um como em outro caso, mantém-se a economia mercantil (no mercado mundial, em primeiro lugar) e — o que é ainda mais importante — as relações de classe entre o proletariado e a burguesia.

Nesta perspectiva, e na medida em que o capitalismo subsistirá, o futuro pertence a formas econômicas próximas ao capitalismo de Estado. Essa evolução dos trustes capitalistas nacionais, que a guerra acelera ao máximo, repercutirá, por sua vez, sobre a luta mundial que eles travam entre si. Vimos quais foram as repercussões da tendência à transformação dos Estados capitalistas em trustes capitalistas nacionais sobre as relações mútuas desses Estados. As tendências monopolistas, no interior de cada corpo nacional, provocaram tendências monopolistas de conquista exterior, que agravaram singularmente a competição e suas diferentes formas. Sobre esse fenômeno interferiu ainda o processo acelerado de restrição do campo de atividade capitalista que continuava livre. Não é, portanto, duvidoso que o futuro próximo será fértil em conflitos violentos, e que a atmosfera social não deixará um momento de saturar-se com uma ameaça permanente de guerra. O extraordinário desenvolvimento do militarismo e das ideias imperialistas é uma das manifestações exteriores. A Inglaterra, o país da “liberdade” e do “individualismo”, já estabeleceu tarifas alfandegárias e organizou um exército permanente, enquanto seu orçamento militarizava-se. Os Estados Unidos entregam-se visivelmente a formidáveis preparativos militares, o que se verifica em toda parte: Alemanha, França e Japão. Os tempos idílicos de uma existência “pacífica” dissiparam-se para sempre, e a sociedade capitalista gira num turbilhão de guerras mundiais.

Restam-nos algumas palavras a dizer sobre as perspectivas das relações entre as classes, visto que, a priori, já se tornou evidente que as novas formas de relações capitalistas não podem deixar de influir na situação dos diversos grupos sociais. A questão econômica essencial é a de saber qual será a sorte das diversas parcelas da renda nacional, isto é, de que maneira o produto nacional

será dividido entre as classes sociais e, antes de tudo, como evoluiu a “parcela” da classe operária. Neste ponto, suporemos que o processo se desenvolva de modo aproximadamente idêntico em todos os países avançados e que as teses corretas para as economias nacionais sejam-no igualmente para a economia mundial.

Inicialmente, é forçoso constatar uma tendência profundamente enraizada à baixa do salário real. A carestia, essencialmente baseada na deformação da produção capitalista, não somente não desaparecerá, como também se agrava (não nos referimos, é claro, à carestia especial de tempo de guerra). A desproporção entre a indústria mundial e a agricultura se acentuará progressivamente pelo fato de haveremos entrado em um período de industrialização acelerada dos países agrários. A expansão do militarismo e da guerra aumentarão terrivelmente os impostos, levando-os ao extremo limite do possível: “tudo o que pode ser taxado, sê-lo-á: tudo o que for taxado suportará o peso de uma contribuição esmagadora”, afirmou a *Torgovo-Promychlennaia Gazeta*. E não se trata de uma frase vazia: o aumento dos impostos diretos e indiretos é coisa certa, tendo-se em vista a enormidade das despesas improdutivas e a reorganização do orçamento. O agravamento do custo da vida efetua-se ainda de outra maneira: primeiro, os preços sobem em função da elevação dos direitos alfandegários; depois, junta-se a esse aumento a alta dos preços monopolistas nos setores “cartelizados”; enquanto os monopólios estatais encarecem os produtos por razões fiscais. Resultado: uma parcela cada vez maior do produto caberá à burguesia e a seu governo.

Por outro lado, a tendência contrária, oriunda da classe operária, se chocará com a resistência crescente da burguesia consolidada e organizada, e

estritamente associada ao Estado. As conquistas operárias habituais da época anterior não serão, por assim dizer, possíveis, de uma agravação, não relativa, mas absoluta, da situação da classe operária. Os antagonismos de classe se intensificarão, necessariamente, e o farão ainda mais por outra razão: a estrutura de capitalismo de Estado, apresentada pela sociedade, acarreta, além do agravamento da situação econômica da classe operária, a sua escravização ao Estado imperialista. Antes da guerra, os empregados e trabalhadores das empresas estatais estavam privados de um certo número de direitos elementares: direito de associação, de greve, etc., e pouco faltava para que uma greve de ferroviários ou de trabalhadores dos correios fosse considerada como crime contra o Estado. A guerra acentuou mais a sujeição dessas camadas do proletariado em relação a seus senhores. Na medida em que o capitalismo de Estado confere importância estatal à quase totalidade dos setores de produção, e na medida em que estes são colocados a serviço da guerra, o código penal aplica-se a toda a vida produtiva. Os operários não têm liberdade de locomoção, não possuem nem direito de greve, nem direito de pertencer aos partidos ditos “anticonstitucionais”, nem o de escolher os estabelecimentos em que desejam trabalhar, etc. Tornam-se escravos brancos do agressivo Estado imperialista, que absorve nos quadros de sua organização toda a vida produtiva.

Dessa maneira, os antagonismos de classe adquirem uma importância fundamental, que não podiam ter antes. As relações entre as classes encontram uma expressão que não poderia ser mais nítida; o mito do “Estado acima das classes” se desfaz, visto que o Estado se transforma diretamente em patrão e organizador da produção. Dissimuladas até então por uma série de elos intermediários, as relações de propriedade aparecem hoje em toda a sua nudez. Ora, se essa deve ser a situação da classe operária nos rápidos intervalos que

separam as guerras, é indubitável que se agravará nos períodos de conflito. E é porque o jornal dos financistas ingleses, o *Economist*, tinha razão em dizer, ao começar a guerra, que ela representava para o mundo o advento de uma era de conflitos da maior violência.

O INTERNACIONALISMO DEVE SER PRIORIDADE PARA A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA (2022)

J. Nascimento

Hoje existem várias iniciativas de articulação internacional mantidas pela esquerda revolucionária e anti-imperialista no mundo, algumas mais orgânicas e outras puramente voluntaristas. Das mais orgânicas podemos citar a Liga Internacional de Luta dos Povos (ILPS) e o Movimento Comunista Internacional como iniciativas de partidos maoístas, algumas das muitas frações trotskistas que reivindicam a continuidade da Quarta Internacional, a Confederação Internacional do Trabalho (CIT/ICL), uma articulação de organizações sindicalistas revolucionárias e anarcossindicalistas, ou mesmo articulações do campo reformista ou apenas sindical, como é o caso do Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (IMCWP), da Federação Sindical Mundial (WFTU), da Via Campesina e da Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC). As de caráter voluntarista se traduzem principalmente em campanhas pontuais ou comitês como os que existem em solidariedade a Rojava e ao povo curdo, a causa palestina e contra o Estado de Israel ou ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o Congresso Nacional Indígena (CNI), por exemplo. Apesar de todas estas iniciativas serem importantes, é notável a falta de capacidade para gerar alguma resposta política conjunta neste período de crise pandêmica, social e política. A atual crise mostra que é preciso resgatar a solidariedade ativa e o internacionalismo proletário para o campo da ação

política, pois somente os fóruns de discussão ou as notas públicas não dão conta dos desafios da atual fase da luta de classes.

Nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro de 2022 foi realizado o XIII Encontro Guevarista Internacional em Montevideu, Uruguai. O encontro contou com representações de países da América do Sul em um momento oportuno, pois a desorientação política impera nos meios de esquerda, o oportunismo reformista e o progressismo neoliberal ganham mais fôlego a cada dia. O encontro teve como objetivo o alinhamento político da militância revolucionária espalhada pelo nosso continente para combater as burguesias nacionais, o avanço imperialista e a conciliação dentro dos movimentos da classe trabalhadora. Este espaço de unidade e troca de experiências entre diferentes organizações revolucionárias, além de ser extremamente necessário neste período de avanço do conservadorismo e do oportunismo de esquerda, também cumpre o papel de manter vivo o legado do internacionalismo latino-americano, que foi fundamental para resistência contra as ditaduras militares à serviço de Washington nas décadas de 1960/70 e nas lutas anticoloniais pelo mundo. Por isso, todos devemos nos espelhar e saudar esse importante encontro. Experiências impulsionadas pelos ventos da Revolução Cubana e do guevarismo como a OSPAAAL (Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina), a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), e depois, a Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), devem servir para inspirar novas redes internacionais de solidariedade na América Latina e o apoio ativo às lutas insurgentes de nossos povos.

Um encontro como esse num momento de crise global, onde na maior parte do mundo os trabalhadores encontram-se esmagados pelo capital, mesmo pequeno, aponta a articulação internacional entre a esquerda revolucionária

como uma das saídas para a atual impotência política. Mas também serve de estímulo para os revolucionários brasileiros entenderem de uma vez por todas que se tratando de América do Sul, o Brasil é um país determinante no que diz respeito à economia, política e poder militar, de modo que a relação internacional com nossos vizinhos deve ser uma prioridade estratégica e não uma questão de simpatia ideológica ou uma simples manifestação de solidariedade.

O slogan “trabalhadores do mundo, uni-vos!” imortalizado pela Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), significou muito mais do que um princípio ou ideologia reivindicada pelos trabalhadores do mundo em luta contra o capital, foi uma necessidade de resposta à aliança internacional da burguesia, seus Estados e aparelhos ideológicos. Contudo, mais do que uma necessidade, representava estratégias revolucionárias distintas dentro do movimento proletário internacional. Para os discípulos de Marx os países mais desenvolvidos ocupavam papel central na estratégia de conquista do poder, por esses países concentrarem maior contingente do proletariado industrial e em tese possuírem um maior grau de consciência de classe. Já para os partidários de Mikhail Bakunin, os países periféricos eram o foco da estratégia, pois a exploração nas margens do capitalismo era a base de sustentação dos países centrais e os trabalhadores estariam, em tese, menos domesticados pela institucionalidade burguesa.

O fato é que independente da melhor estratégia ou dos objetivos finais distintos, ambas as escolas socialistas tinham como horizonte revolucionário a destruição do poder estatal-burguês, além de contribuírem para a expansão das ideias socialistas pelo globo. Um exemplo disso é que graças a estratégia bakuninista de construção da periferia para o centro, assimilada por diferentes

correntes anarquistas, o sindicalismo combativo se expandiu para além da Europa e da América do Norte, constituindo as raízes de praticamente todo movimento operário latino-americano.

Com o declínio da União Soviética e a cristalização da hegemonia do reformismo na esquerda, houve o abandono progressivo das perspectivas de tomada de poder. Se na Primeira Internacional as divergências estratégicas sobre o internacionalismo residiam em diferenças de base teórica, pois mesmo Marx e Engels apontando como útil a disputa eleitoral, tal tática era subordinada ao objetivo de organizar as massas para uma ruptura violenta, algo que pode ser constatado nos escritos de Marx, Engels ou Bakunin, antes e depois da Comuna de Paris. O internacionalismo proletário perdeu seu conteúdo estratégico e se tornou meramente ideológico, resumindo-se a propaganda ou um tipo de solidariedade não-ativa.

Houve o abandono do legado internacionalista que articulou insurreições em vários países, ergueu a bandeira da defesa da autodeterminação dos povos contra as guerras imperialistas e conseguiu reunir comunistas e anarquistas para uma ofensiva da classe trabalhadora. Exemplos desse legado, que retomam a AIT, ainda permaneceram na resistência antifascista espanhola, que contou com militantes de todo o mundo pegando em armas, no internacionalismo cubano que garantiu apoio material para a resistência guerrilheira nos países periféricos, nas importantes lutas de libertação e anticoloniais em África e nas redes guerrilheiras de organizações da Europa, América Latina e Oriente Médio até o fim dos anos 1980, mas que se perderam no tempo, pois o internacionalismo ao não ter uma função clara dentro de uma estratégia de tomada do poder se tornou estéril.

Muitos no Brasil podem questionar sobre as campanhas de solidariedade de organizações maoístas em favor da insurgência naxalita na Índia dirigida pelo PCI e a guerra popular nas Filipinas sob direção do Novo Exército Popular (NEP), assim como, as campanhas de anarquistas e autonomistas em apoio aos zapatistas e combatentes de Rojava, mas todas essas ações são impulsionadas a partir de aspirações ideológicas e resultam em manifestações de solidariedade limitadas, na maioria dos casos se resumem a publicização de fatos políticos. Já uma política internacionalista proletária deve ser impulsionada por objetivos estratégicos claros e resultar em fortalecimentos de elos políticos reais. Com certeza é importante a manifestação de solidariedade aos trabalhadores e revolucionários em luta pelo mundo, porém é mais importante determinar através da análise materialista da realidade quais países são imprescindíveis para uma estratégia de tomada do poder em nosso país. Em poucas palavras, as organizações revolucionárias devem buscar boas relações principalmente em países que possuem vínculos econômicos, alianças militares ou nos que são fronteiriços com o Brasil. Logo, encontros como da Coordenação Guevarista Internacional (CGI) e as insurgências na Colômbia e Paraguai, deveriam ter mais atenção das organizações da esquerda brasileira que se reivindicam revolucionárias.

O objetivo principal de toda a política internacionalista proletária a nível de organização de massas deve ser unificar o proletariado de diferentes países em uma luta conjunta contra a burguesia mundial e contra o imperialismo, já a nível de organização revolucionária, devem ser alianças com as vanguardas revolucionárias de cada país, ou seja, aquelas organizações revolucionárias com influência real ou inseridos em parte dos setores de trabalhadores organizados de determinado país de nosso interesse estratégico.

Por exemplo, no verão europeu de 1914 estourou a Primeira Guerra Mundial, a primeira grande guerra do século XX e o primeiro conflito em estado de guerra total, ou seja, quando uma nação mobiliza todos os seus recursos para uma campanha militar. Nesse período Lênin conseguiu de longe ter as posições mais claras e acertadas estrategicamente, num período extremamente complexo, de desorientação na esquerda internacional e de sacrifícios incalculáveis para a classe trabalhadora. Lenin sabia que as guerras eram uma consequência inevitável da concorrência entre os capitalistas, sendo assim, não era suficiente somente se posicionar contra a guerra, mas também era necessário trabalhar para fazer uma “única guerra verdadeiramente emancipadora, quer dizer, a guerra civil contra a burguesia, tanto em seu “próprio” país, quanto nos demais países. Mesmo sendo em uma situação histórica muito diferente da nossa, a utilização do internacionalismo como uma arma estratégica possibilitou o avanço da revolução socialista para além da Rússia e a ofensiva proletária revolucionária nos países centrais evitou que os aparatos burocrático-militares dos demais Estados somassem todas as forças na campanha contra revolucionária contra o poder soviético.

Em tempos de “paz” o internacionalismo proletário serve para dar resposta a nível mundial aos ataques da burguesia, seja paralisando simultaneamente a produção de uma indústria multinacional em mais de um país, seja para realizar protestos, sabotagens e boicotes articulados internacionalmente. Já em tempos de guerra o internacionalismo proletário serve como defesa a autodeterminação dos povos articulando protestos contra a guerra e o imperialismo, por exemplo, mas principalmente agindo para impedir o apoio à reação da burguesia de um país onde há uma insurreição revolucionária. Porém, é importante deixar claro que são nos períodos de “paz”

que se deve construir as relações internacionais necessárias para haver possibilidade de vitória nos períodos de guerra.

Logo, o internacionalismo proletário é essencial para garantir uma estratégia socialista revolucionária, que deve ser baseada em questões objetivas e não ideológicas, partindo de uma concepção revolucionária em que os critérios de maior importância devem ser os econômicos, políticos e militares. Utilizando estes critérios, mesmo com uma análise superficial, é possível chegarmos a alguns países que são chaves para avançar, a partir do Brasil, em alianças proletárias internacionalistas.

A nível econômico os maiores compradores da produção brasileira são respectivamente: China, Estados Unidos, Países Baixos, Argentina, Japão, México, Alemanha, Espanha e Coréia do Sul. Já os maiores fornecedores para o Brasil, pela ordem, são: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Coréia do Sul, Índia, México, Japão, Itália e Rússia. A nível de políticas de Estado, o Brasil tem diversos acordos comerciais pelo Mercosul e outros por meio da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). No ramo automotivo o Brasil possui acordo com Uruguai, México, Argentina e Paraguai, também acordos alfandegários com o Chile e de facilitação de circulação de mercadorias com o Suriname. Além destes, existem acordos comerciais com vários outros países como Egito, Índia e Israel, por exemplo.

A nível militar, hoje, o Brasil é a maior potência bélica da América Latina e possui acordos militares com a Argentina, Chile, Peru, Colômbia, Paraguai e EUA, sendo todos vinculados à OTAN. Isto significa que o Brasil é a maior força militar de apoio ao imperialismo estadunidense na América do Sul. Comparando com a Argentina, por exemplo, o Brasil tem quatro vezes mais pessoal militar, três vezes mais aeronaves, o dobro de veículos terrestres e quase

o triplo de embarcações. O Brasil possui um efetivo de 334.500 mil militares, 437 tanques, 110 navios, 5 submarinos, 706 aeronaves, 43 caças, 121 bombardeiros e 180 lança-mísseis de longa distância. Apesar de muitas dessas armas serem obsoletas, ainda assim o país possui o maior poder de fogo no subcontinente.

Ainda que em uma análise inicial, esses dados servem como uma direção sobre quais países são determinantes para o estabelecimento de alianças nas Américas e nos demais continentes. Em resumo, devemos criar elos proletários em países onde a classe trabalhadora e os revolucionários tenham condições de gerar pressão político-econômica para a burguesia e governantes do nosso país, e vice-versa. Como nos tem mostrado o exemplo atual e o esforço do internacionalismo guevarista em Nossa América, a história mostra que se não fosse uma política internacionalista com uma estratégia acertada, feitos como a Comuna de Paris, a Revolução Russa e a Insurreição de 1936-39 na Espanha não teriam passado dos primeiros dias, por isso é urgente resgatar o internacionalismo proletário como parte estratégica de tomada do poder pela classe trabalhadora de cada país.

**Prezado Steffen,
Você pergunta minha opinião
sobre a guerra. Já o expressei em
várias ocasiões na França, e os
acontecimentos atuais,
infelizmente, apenas o reforçam.
Considero que o dever de todos
aqueles que acalentam totalmente
a ideia do progresso humano, e
especialmente aqueles que foram
inscritos pelos proletários
europeus na bandeira da
Associação Internacional dos
Trabalhadores, é fazer tudo o que
estiver ao seu alcance, de acordo
com as suas capacidades, para
esmagar a invasão dos alemães na
Europa Ocidental.**

– KROPOTKIN



**Dizemos: não se pode, no século
XX, na Europa (ainda que seja na
Europa extremo-oriental),
"defender a pátria" de outra forma
que não seja lutando com todos os
meios revolucionários contra a
monarquia, os latifundiários e os
capitalistas da própria pátria, isto
é, contra os piores inimigos da
nossa pátria.**

– LENIN



**Grito do
POVO**

Uma Editora de Luta!